UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

BÁRBARA CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA

**O Conhecimento Tradicional dos Pescadores da Praia do Forte-BA no Projeto
Tamar**

São Paulo
2016

BÁRBARA CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA

**O Conhecimento Tradicional dos Pescadores da Praia do Forte-BA no Projeto
Tamar.**

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Orientadora:

Prof.^a. Dr.^a. Silvia Helena Zanirato

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Oliveira, Bárbara Caroline Santos de
O conhecimento tradicional dos pescadores da Praia do Forte –
BA no Projeto Tamar / Bárbara Caroline Santos de Oliveira ;
orientadora, Silvia Helena Zanirato. – São Paulo, 2016
136 f.: il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola
de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Transmissão cultural - Bahia. 2. Pescadores - Bahia. 3.
Mudança social. 4. História oral. 5. Projeto Tamar. I. Zanirato,
Silvia Helena, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 306.4098142

Nome: OLIVEIRA, Bárbara.

Título: O Conhecimento Tradicional dos Pescadores da Praia do Forte-BA no Projeto Tamar.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Aos pescadores da Praia do Forte: Nuca, Buduga, Teteu, Santana, Zé Mero, Natureza e Dedé, Pela generosidade em me receber e relatar suas memórias indispensáveis para essa pesquisa. Sem dúvidas as melhores contribuições neste trabalho são os conhecimentos dos senhores, muito obrigada pelas falas e pela oportunidade de conhecê-los.

Ao Projeto Tamar, especialmente aos funcionários entrevistados, Adriana, Mariucha, Mazinho, Neca e Norma, pelas informações que tanto contribuíram para esta pesquisa e pela disponibilidade em me atender. Também por me oferecer livre acesso as instalações do projeto na Praia do Forte inúmeras vezes e disponibilizarem meios para que eu pudesse conhecer o funcionamento do Projeto Tamar.

À Lina Speth, por ter sido uma espécie de madrinha, me colocando em contato com os pescadores da Praia do Forte, na minha primeira ida a campo, quando cheguei sem saber como encontrar os informantes-chave e me aproximar deles. Além disso, pela grande generosidade em me hospedar em sua casa e me receber tão abertamente, mesmo sendo uma desconhecida até então. Mil vezes obrigada Lina!

À minha orientadora, Silvia Zanirato, à qual recordo seu apoio desde a minha candidatura para ingressar no mestrado, pela sua disponibilidade e atenção sempre que precisei durante a pesquisa. Além de suas contribuições, pois uma dissertação não se escreve sozinho, há muito de você neste trabalho que não é só meu, é nosso.

Aos Professores da banca da qualificação Ivana Simili e Sidnei Raimundo, pelas importantes contribuições que fizeram, e me ajudaram a seguir o caminho até aqui. Pela forma como conduziram suas críticas ao meu trabalho, com generosidade e muita delicadeza, tornando a qualificação um momento gratificante.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa Bruno Avellar, Carine Previatti, Filipe de Oliveira, Julio Braconi, Luciano Leite e Thymon Santana, por dividirem comigo os mesmos momentos, anseios e experiências da vida acadêmica, além da companhia e amizade. Também ao Lauro Figueiredo e ao Prof. Edegar Tomazonni, sempre presentes no grupo de pesquisa, pelas suas contribuições durante esses encontros.

Ao Professor Elbio Trocolli Pakman, por seus incentivos desde os tempos da graduação, que tanto influenciaram para eu seguir na área acadêmica, e por até hoje mesmo longe me dar injeções motivação quando eu preciso.

À minha grande família, meus pais, avós, tias, tios, irmãos e irmã, primas, primos e namorado pelo apoio e torcida e estarem sempre presente mesmo à distancia. É muito importante saber que aconteça o que acontecer tenho uma família a qual posso recorrer, um porto seguro. Especialmente a minha mãe Antonita Clarindo muito me incentivou para fazer o mestrado e por sempre respeitar e apoiar minhas decisões.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa de mestrado.

“Os dois conhecimentos (tradicional e científico) na verdade são importantes, nenhum conhecimento tá acima do outro, ninguém sabe de tudo, a gente se completa.”

(TETEU, pescador entrevistado, 2015).

RESUMO

OLIVEIRA, Bárbara Caroline Santos de. **O Conhecimento Tradicional dos Pescadores da Praia do Forte-BA no Projeto Tamar**. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão original.

Esta pesquisa foi realizada na Praia do Forte, localizada no Município de Mata de São João-BA, onde está instalada uma das três primeiras bases de pesquisa do Projeto Tamar, desde o final do ano de 1982, (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000), época em que o local era uma modesta vila de pescadores, que tinham o hábito da caça, pesca e consumo da tartaruga marinha e seus ovos. O Projeto Tamar é um projeto conservacionista brasileiro que atua na busca pela preservação das espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção. A motivação do desenvolvimento desta pesquisa foi a constatação de que, antes do Projeto Tamar, os conhecimentos sobre as tartarugas marinhas, especialmente no Brasil, eram propriedade dos pescadores, e foram esses que orientaram o grupo do Tamar sobre o comportamento desses animais *in loco*. Esta pesquisa tem como objetivo identificar de que modo a Comunidade de Pescadores da Praia do Forte-BA contribuiu, através da transmissão do seu conhecimento tradicional, para as ações de conservação do Projeto Tamar com as tartarugas marinhas. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, o método da História Oral, através de entrevistas semiestruturadas aplicadas com os pescadores mais antigos da Praia do Forte e com representantes do Projeto Tamar. Como resultado desta pesquisa podemos afirmar que o conhecimento tradicional dos pescadores da Praia do Forte, contribuíram para as de conservação do Projeto Tamar, especialmente em relação ao modo de reprodução, épocas de desova e hábitos dessas espécies no litoral Brasileiro, até então desconhecidas pelos técnicos do projeto.

Palavras-chave: Conhecimento Tradicional. Pescadores. Projeto Tamar. Praia do Forte. História Oral.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Bárbara Caroline Santos de. **Traditional knowledge of Fishermen from Praia do Forte, Bahia in Tamar Project**. 2016. 136 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Original version.

This research was conducted in Praia do Forte, located in City of Mata de São João, Bahia State, where it operates one of the three research bases of the Tamar Project, since the end of 1982, (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000), the time when the place was a modest fishing village, who had the habit of hunting, fishing and consuming sea turtles and their eggs. Tamar Project is a Brazilian conservation project dedicated in preserving sea turtle species extinction threats. The motivation of development this research was the realization that before the Tamar Project, knowledge about sea turtles, especially in Brazil, were the property of the fishermen, and that they were the ones who guided the Tamar group on the behavior of these animals on the spot. This research aims to identify how the Community of Fishermen of Praia do Forte contributed, through the transmission of their traditional knowledge, for the Tamar Project conservation actions with the turtles. The methodology was qualitative, the method of oral history, through semi-structured interviews applied to the older fishermen from Praia do Forte and representatives of the Tamar Project. As a result of this research we can say that the traditional knowledge of Praia do Forte fishermen contributed to the conservation of the Tamar Project, especially in relation to the reproduction mode, spawning seasons and habits of these species on the Brazilian coast, until then unknown by project technicians.

Keywords: Traditional knowledge. Fishermen. Tamar Project. Praia do Forte. Oral History.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA/LN	Área de Proteção Ambiental/Litoral Norte
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CV's	Centros de Visitação
ETI's	Empreendimentos Turísticos imobiliários
IBAMA	Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional
IUNC	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources Conservation
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
PNT	Plano Nacional do Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SUDEPE	Superintendência Regional do Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	14
2	METODOLOGIA.....	18
2.1	PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS.....	22
3	A PRAIA DO FORTE.....	31
3.1	A PRAIA DO FORTE NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA DOS PESCADORES.....	31
3.2	PRODETUR, TURISTIFICAÇÃO E AS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS NA PRAIA DO FORTE.....	34
3.3	A PRAIA DO FORTE DE ONTEM E DE HOJE.....	41
4	O PROJETO TAMAR.....	50
4.1	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE E O SURGIMENTO DO TAMAR.....	50
4.2.	O COMEÇO, OBJETIVOS E FUNÇÕES DO PROJETO TAMAR.....	55
4.2.1	A atuação do Projeto Tamar <i>in loco</i>.....	58
4.3	A GESTÃO INTEGRADA ENTRE O ICMBIO E A FUNDAÇÃO PRO- TAMAR.....	61
4.4	OS CENTROS DE VISITANTES E A AUTO SUSTENTAÇÃO DO PROJETO TAMAR	65
5.	O PROJETO TAMAR NA PRAIA DO FORTE –BA.....	69
5.1	HÁBITOS DE PESCA E CAÇA DA TARTARUGA MARINHA NA PRAIA DO FORTE ANTES DA CHEGADA DO PROJETO TAMAR.....	69
5.1.1	O consumo dos ovos e da carne da tartaruga marinha.....	70
5.1.2	A festa	74
5.2	A CHEGADA DO PROJETO TAMAR E A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE NA PRAIA DO FORTE.....	76
5.2.1	A geração de emprego através do Projeto Tamar.....	86
6.	O CONHECIMENTO TRADICIONAL DOS PESCADORES DA PRAIA DO FORTE NO PROJETO TAMAR.....	96
6.1	AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O CONHECIMENTO TRADICIONAL.....	96

6.2 PESCADORES, MUITO ALÉM DE CONTADORES DE HISTÓRIA.....	104
6.3 O CONHECIMENTO TRADICIONAL DOS PESCADORES DA PRAIA DO FORTE SOBRE AS TARTARUGAS MARINHAS.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERENCIAS.....	129

1 APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar de que modo a Comunidade de Pescadores da Praia do Forte-BA contribuiu, através da transmissão do seu conhecimento tradicional, para as ações de conservação do Projeto Tamar com as tartarugas marinhas. Dentre os objetivos específicos, compreender esse conhecimento e o modo dos pescadores de lidarem com as tartarugas marinhas antes e depois da instalação do Projeto Tamar na localidade.

A Praia do Forte está localizada no Município de Mata de São João-BA, distante 80 km de Salvador, capital do Estado da Bahia. Lá foi instalada uma das três primeiras bases de pesquisa do Projeto Tamar, no final do ano de 1982, (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000), época em que o local era uma modesta vila de pescadores, que tinham o hábito da caça, pesca e consumo da tartaruga marinha e seus ovos. Na Praia do Forte, além da base de pesquisa e um dos principais centros de visitação do Tamar, está a sede nacional do projeto.

O Projeto Tamar é um projeto conservacionista brasileiro que atua na busca pela preservação das espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção. O nome Tamar é uma abreviação das palavras tartaruga e marinha, essa abreviação foi feita no início do projeto na década de 1980, para que coubesse nas pequenas placas utilizadas na identificação das espécies das tartarugas, para estudos de biometria e monitoramento dos ninhos. O Tamar é executado atualmente pelo ICMBio-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas. O Projeto Tamar possui vinte e três bases de pesquisa distribuídas na costa litorânea do Brasil, uma delas localizada na Praia do Forte.

Os termos conservação e preservação serão utilizados nesta pesquisa para se referir as ações do Tamar. Portanto, se faz necessário destacar que tratam-se de conceitos distintos que muitas vezes são usadas de maneira errada e/ou com o mesmo significado. Conservação implica em uso racional de um recurso, ou seja, em adotar um manejo de forma a garantir a auto sustentação do meio ambiente explorado. Já preservação significa a ação de apenas proteger um ecossistema ou recurso natural de dano ou degradação, ou seja, não utilizá-lo, nem mesmo racionalmente ou de modo planejado.

Alguns conceitos são fundamentais nessa pesquisa, portanto vamos introduzir brevemente aqui, para posteriormente retomarmos nos capítulos. O primeiro é o

conceito de Conhecimento Tradicional, que é definido por Antonio Carlos Diegues (2000, p.30), como “o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”, portanto esse conhecimento é característico de comunidades tradicionais, como é o caso dos pescadores da Praia do Forte.

O pescador tradicional é aquele que vive quase exclusivamente da pesca, trabalha sozinho ou conta com mão de obra familiar, não remunerada. Sua atividade depende dos ventos, das marés e dos recursos capturados que lhes dão o alimento do dia a dia. Seu espaço de atuação é a costa, pois a embarcação e a aparelhagem que emprega são limitadas (DIEGUES, 1973). Esse tipo de pescador não se define como alguém que vive da pescaria, mas sim alguém que domina, plenamente, “o controle de como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca” (DIEGUES, 1983, p. 193).

Outro conceito importante é o de conflito, que aparecerá com frequência para tratarmos de relações existentes entre o Projeto Tamar e os Pescadores da Praia do Forte. Os conflitos socioambientais para Little (2001; 2006) constituem-se por diferentes grupos sociais que apresentam distintas formas de inter-relacionamento com seus respectivos meios, social e natural, no qual cada agente social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida específico que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com sua realidade, formando a dimensão social e cultural do conflito ambiental.

Henri Acserald (2004) define os conflitos ambientais como os que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, por impactos indesejáveis em decorrência do exercício das práticas de outros grupos.

A motivação do desenvolvimento desta pesquisa foi a constatação de que, antes do Projeto Tamar, os conhecimentos sobre as tartarugas marinhas, especialmente no Brasil, eram propriedade exclusiva dos pescadores, e foram esses que orientaram o grupo do Tamar sobre o comportamento desses animais, o que também pôde ser observado na realização das entrevistas durante a pesquisa de campo. Além disso, não existem pesquisas sobre esse tema, que acreditamos ser relevante, inclusive pelo fato do Projeto Tamar ser reconhecido nacional e internacionalmente pelo trabalho de conservação das espécies de tartarugas marinhas, que encontram na lista dos animais em

risco de extinção e por se denominar de caráter socioambiental, devido à inclusão das comunidades locais.

O recorte temporal da pesquisa será de 1982 a 2016, que compreende o período a partir da instalação do Tamar na Praia do Forte, até o presente momento, a fim de contribuir para análise do processo e das mudanças ocorridas.

Em face do objetivo de, identificar como Pescadores da Praia do Forte-BA contribuíram, através da transmissão do seu conhecimento tradicional, para as ações de conservação do Projeto Tamar, consideramos que o mais apropriado seria utilizar entrevistas empregadas aos atores sociais envolvidos no projeto: pescadores e funcionários do Tamar. As entrevistas realizadas foram feitas com sete pescadores mais antigos da Praia do Forte, que hoje já são aposentados e não sobrevivem mais de pesca, e com seis funcionários representantes do Projeto Tamar.

Como produto dessas entrevistas semiestruturadas, foram produzidas fontes da pesquisa empírica, que chamamos de memória. Guggisberg (2013) define memória como narrações que se apresentam em permanente estado de alteração, pois o tempo coloca a memória em movimento, modificando-a a cada novo relato. Nessa mesma linha de pensamento, Ecléa Bosi (1994, p.55) atenta para o fato que memória não é reviver, é “refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado.” Ou seja, não é fruto apenas do passado, mas também a forma como enxergamos o que passou.

Esta pesquisa está estruturada em sete partes: esta apresentação, a metodologia, quatro capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo fizemos a apresentação do local da pesquisa, a Praia do Forte e a história do lugar, baseada na literatura e na memória dos pescadores. Além disso, iremos abordar o desenvolvimento do Turismo no local a partir de três acontecimentos: a abertura da linha do coco (BR-009); o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo; e a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – APA/LN. O desenvolvimento do turismo é uma das principais características da Praia do Forte hoje, e está fortemente relacionado com a perda da tradição da pesca, e com as mudanças socioespaciais ocorridas no lugar, por isso consideramos fundamental incluir essa discussão no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, apresentamos o Projeto Tamar: o surgimento deste projeto no cenário das Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil na década de 1980; os

objetivos e funções do Projeto Tamar; a gestão integrada entre o governo (Ibama/ICMBio) e o terceiro setor (Fundação Pró-Tamar).

No terceiro capítulo, abordamos a relação dos pescadores com as tartarugas marinhas antes da instalação do Projeto Tamar; a pesca, caça e consumo da tartaruga marinha e ovos; o modo de preparo desses alimentos. Posteriormente apresentamos a chegada do Projeto Tamar na Praia do Forte e as mudanças provocadas na relação dos pescadores com a tartaruga marinha, além da relação entre a comunidade da Praia do Forte e o Projeto Tamar.

No quarto e último capítulo discutimos os conceitos de comunidades tradicionais e conhecimento tradicional, especialmente em relação às comunidades de pescadores. E relacionamos as entrevistas realizadas com os conceitos discutidos, para apresentar o conhecimento tradicional específico dos pescadores da Praia do Forte, em relação às tartarugas marinhas e contribuição desses conhecimentos para as ações de preservação do Projeto Tamar.

2 METODOLOGIA

O trabalho de campo é a mãe e nutriz de toda dúvida (...) antropológica que consiste em se saber que nada se sabe, mas, também em expor o que se pensava saber, às pessoas que no campo podem contradizer nossas verdades mais caras. Lévi-Strauss.

Optamos em nossa pesquisa por um modelo metodológico de natureza qualitativa, o método da História Oral. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 1996).

Maria Cecília Minayo (1996) divide o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: 1. fase exploratória; 2. trabalho de campo; 3. análise e tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória consiste em antes do trabalho de campo, o pesquisador subsidiar-se de referencial teórico sobre os assuntos relacionados à pesquisa, necessários até mesmo para a elaboração dos questionários que serão aplicados na pesquisa de campo.

Considerado uma ferramenta da pesquisa qualitativa, o método da História Oral é utilizado não somente por historiadores, mas também por cientistas sociais, antropólogos, educadores e profissionais de diversas áreas das Ciências Humanas. Verena Alberti (2004) define história oral como:

[...] um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta para outros estudos. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (p.18).

Portanto, como esta pesquisa tem como objetivo o conhecimento tradicional de uma comunidade de pescadores, consideramos que a metodologia da história oral seria o mais apropriado, pelo fato dessa comunidade ser marcada pela oralidade. É pelo sistema de transmissão oral, da observação e experiência vivida que os conhecimentos tradicionais dos pescadores são adquiridos. A importância da história oral em uma comunidade que tem a oralidade sua forma substancial de produção e reprodução da vida é essencial.

Para o trabalho com a história oral é preciso acreditar na memória coletiva como forma de preservação da história local e da identidade social, como também a dar voz a quem somente tem a oralidade como expressão de si, a fim de perceber a visão deles. Nesse sentido, diversos estudos sobre memória, como o de Ecléa Bosi tem chamado atenção para a complexidade desse trabalho da reconstituição histórica pela história oral.

Em relação à definição de memória, Bosi chama atenção para o fato que a memória não é reviver: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994 p.55). Ou seja, a memória é fruto não somente do passado, mas também da forma como hoje nós enxergamos o que passou, como explica Sonia Guggisberg (2013, p.1), “as narrações se apresentam em permanente estado de alteração, pois o tempo coloca a memória em movimento, modificando-a a cada novo relato”. Por isso, em nossa memória, “nos esquecemos dos detalhes, mas nos lembramos que foi um momento muito dramático” (IZQUIERDO, 2010, p.16).

Ivan Izquierdo (2010) destaca a importância de reconstruir essa memória sem a expectativa de reviver a experiência passada, e sim pela possibilidade de ativar o passado e ser um gesto político. Dando assim, um papel ao testemunho. A memória documental pode ser também um dispositivo político de poder porque seleciona aqueles que “merecem” permanecer na memória pública. Os que não são documentados, pelos interesses políticos, correm o risco de serem apagados. Dessa forma, a história é construída e, ao mesmo tempo, deformada, pois preserva documento e arquivos selecionados, fragmentado, preserva aquilo que é do interesse político, e apaga rastros dos não eleitos (GUGGISBERG, 2013).

É importante considerar que o testemunho não deve ser confundido com o gênero autobiográfico e muito menos com a historiografia. O testemunho “apresenta uma outra voz, um ‘canto (ou lamento) paralelo’, que se junta à disciplina histórica no seu trabalho de colher os traços do passado” (SELIGMANN-SILVA, 2005).

A história oral foi desenvolvida a partir da necessidade de se conhecer as experiências vividas por ex-combatentes, familiares e vítimas da Segunda Guerra Mundial e avanços tecnológicos, entre eles o gravador, que permitia o registro das

histórias orais. O grande marco foi a criação do primeiro projeto de história oral, na Universidade de Columbia, Nova York. (GRELE, 2001, apud REINALDO; SAEKI 2003, p.2)

Segundo Alberti (2004, p.23), “uma entrevista de história oral permite reconstruir decursos cotidianos, que geralmente não estão registrados noutro tipo de fonte”. O método trabalha para tentar reconstruir situações ocorridas no passado (muitas vezes recentes do ponto de vista histórico), contada pelos próprios autores.

Na história oral existem dois modelos básicos de entrevistas de acordo com Lucília Neves (2003): histórias de vida e entrevistas temáticas. Histórias de vida constituem-se de depoimentos aprofundados, seguindo roteiros abertos e com o objetivo de retratar a trajetória de vida do sujeito, nas entrevistas temáticas objetivam saber a participação ou visão do entrevistado sobre o tema que está sendo pesquisado. Referem-se às experiências ou processos vivenciados ou testemunhados pelo entrevistado (NEVES, 2003).

Neste sentido, realizamos nesta pesquisa entrevistas temáticas, para obtenção de informações, percepções e interpretações sobre o conhecimento tradicional dos pescadores da Praia do Forte-BA no Projeto Tamar.

Nas entrevistas semiestruturadas, Boni e Quaresma (2005), consideram que o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto semelhante ao de uma conversa informal.

O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. (BONI; QUARESMA, 2005).

Esse tipo de entrevista é bastante utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

O tempo de inserção no campo – duas idas à campo com duração de uma semana cada - e a opção metodológica seguida, conforme apresentada, não caracteriza essa pesquisa como etnográfica, no entanto a inspiração etnográfica permeia toda a trajetória. Muito dos ensinamentos dos autores Clifford Geertz e Bronislaw Malinowski contribuíram para esse estudo.

Malinowski e Franz Boas foram os fundadores deste método ao explorarem uma sociedade distinta da deles na obra “Os argonautas do pacífico ocidental”, pois foi a partir desses autores que foi identificado a etnografia como método de investigação social característica da antropologia. Malinowski (1973) inovou o modo de se fazer etnografia ao permanecer por um longo período em campo, convivendo com os nativos, o que possibilitou uma análise aprofundada das culturas que estudou.

No começo, na fundação das ciências sociais, a etnografia era considerada como simples coleta de dados para representar a autenticidade de uma cultura, o pesquisador não explicitava como havia colhido esses dados, como havia desenvolvido o trabalho de campo, nem quais os pressupostos teóricos que o orientavam (CLIFFORD, 2002). Posteriormente, a etnografia passou a corresponder aos métodos e técnicas que se relacionam com o trabalho de campo, a descrição e a análise dos fenômenos culturais particulares (LÉVI-STRAUSS, 2005).

O processo etnográfico consiste em algumas etapas, sendo a demarcação de campo apenas a primeira, nesta está à escolha de uma comunidade, delimitada e observável. A etapa da investigação de campo diz respeito à chegada, ao contato com informantes, à observação participante propriamente dita, registros dos dados e finalmente a conclusão da investigação e o abandono do campo (AGUIRRE, 1995).

Geertz (2001), fala que o pesquisador deve descobrir os significados atribuídos pelos nativos as suas práticas e representações. Para ele, esta tarefa é dificultada pelo fato de o etnógrafo captar apenas parcialmente o que os outros percebem, por isso deve haver uma constante busca de entendimento das categorias nativas e uma articulação com os conceitos criados cientificamente (GEERTZ, 2001).

Geertz (1989), ainda acredita que após a investigação do universo pesquisado, o antropólogo sistematiza as informações coletadas sobre os informantes, de modo que os textos finais não são mais do que interpretações de “segunda e terceira mão”, pois somente um nativo seria capaz de interpretar a sua cultura em “primeira mão”, pois foram eles que tiveram acesso direto aos fatos e acontecimentos e qualquer outro esforço seria um relato de “segunda e terceira mão”. Sendo assim, a descrição etnográfica apresenta como princípio a interpretação dos discursos sociais e a análise dos mesmos, uma forma específica de construção de uma narrativa sobre o grupo social pesquisado, neste caso, os pescadores da Praia do Forte.

Nesta pesquisa utilizamos instrumentos etnográficos como: observação participante, registros de campo, entrevistas e fotografias.

2.1 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

As entrevistas foram realizadas na Praia do Forte-BA, em duas idas à campo, a primeira durante semana no mês de julho de 2014 e a segunda, que ocorreu posteriormente ao exame de qualificação para atender as solicitações da banca, também durante uma semana no mês de maio de 2016. . As entrevistas foram realizadas com os setes pescadores mais antigos da Praia do Forte, os únicos pescadores da época em que o Tamar se instalou no local, que estão vivos. Atualmente aposentados, algum continuam pescando por diversão. E com cinco funcionários representantes do Projeto Tamar. Há um pescador que trabalha para o Projeto Tamar e, portanto, se inclui nas duas categorias.

As perguntas feitas nas entrevistas para os pescadores, foram: 1. Quantos pescadores na função há hoje na Praia do Forte? 2. Você pesca há quanto tempo (Ou pescou durante quanto tempo.) 3. Houve diminuição no número de pescadores? Por quê? 4. Você se lembra como era a Praia do Forte antes do Projeto Tamar se instalar aqui? 5. Você se lembra como era a relação da comunidade com as tartarugas antes do Projeto? 6. Como foi por ocasião da chegada do Projeto Tamar na comunidade? 7. Seus conhecimentos sobre as tartarugas marinhas foram explicados para a equipe do Tamar? 8 Houve alguma mudança orientada pelo Tamar em relação ao modo como vocês pescavam? E em relação à captura da tartaruga? 9. O turismo que se vê na Praia do Forte parece, para você, que tem relação com a instalação do Projeto Tamar? 10. Você acha que o aumento do número de turistas contribui ou atrapalha a preservação da tartaruga? 11. Se você pudesse fazer alguma mudança no forma de ação do Projeto Tamar, o que seria? 12. Se fosse permitido um percentual de conservação e outro de consumo da tartaruga marinha, você acha que a carne da tartaruga poderia ser um alimento comum como o peixe é?

Para os funcionários do Projeto Tamar, foi perguntado: 1. A equipe do Tamar tem encontros periódicos com os pescadores? O que é tratado nesses encontros? 2. Quantos pescadores ou ex-pescadores participam das atividades do Projeto e que função

desempenham? 3. As atividades do Projeto Tamar dependem (busca, conta, precisa) da colaboração e saber dos pescadores? Se sim, em que nível? E como se busca estimulá-los? 4. Como foi o entrosamento inicial do Projeto com a comunidade? 5. E hoje, como é a relação com a comunidade de pescadores? 6. Há ameaça às ações do Projeto Tamar em relação à proteção das tartarugas marinhas? 7. Os hábitos dos pescadores no trato com a tartaruga (alimentação e outros usos com esse animal) constituem um problema para o desenvolvimento/manutenção da defesa da tartaruga marinha?

Na segunda ida a Praia do Forte voltei a entrevistar os pescadores que participaram da pesquisa na primeira vez, e mais dois que não tinha conseguido acesso na primeira ida à campo. Do projeto senti a necessidade de entrevistar desta vez apenas Neca Marcovaldi, por ter sido a primeira a chegar à Praia do Forte e, portanto ser uma fonte muito importante.

As perguntas feitas aos pescadores, nesta segunda fase, foram: 1. Como era o ritual da pesca antes da chegada do Tamar? 2. O pescado era vendido? 3. Como era limitada a frequência de ida ao mar? Como o estoque de pescado era tratado? 4. Quando o Tamar chegou à vila, o que vocês ensinaram aos técnicos do projeto? 5. O que vocês já sabiam sobre os hábitos das tartarugas que foram explicados para o Tamar? 6. Quem ensinou a você sobre os hábitos da tartaruga, como capturar, como achar os ninhos? 7. Vocês tinham nomes para as diferentes espécies de tartarugas? Quais? 8. O pessoal técnico do Tamar disse a vocês que vocês praticavam a pesca de forma não adequada? O que exatamente foi considerado errado? 9. Você lembra se os pescadores tinham alguma ideia de conservação das tartarugas marinhas antes da chegada do Tamar? 10. Havia forma de comer a tartaruga que viesse por acaso na rede? Quem fazia a comida? Como a mulher participava? 11. Como vocês explicaram para o pessoal do Tamar como e onde ficavam os ninhos? Como era a desova? 12. Esses saberes sobre o mar e sobre os hábitos antigos das tartarugas ainda se mantem? Você explica esses saberes para seus filhos e netos?

Para a coordenadora do projeto e pioneira do Tamar na Praia do Forte, foi perguntado: 1. Como foi a relação inicial entre os fundadores do Tamar e a comunidade de pescadores? 2. Como foi explicado pelos pescadores a diversidade de tartarugas marinhas na região e os hábitos delas? 3. Houve algum saber específico dos pescadores que orientou ações do Tamar? Quais saberes? 4. Houve dificuldades de entendimentos acerca da proteção às tartarugas marinhas? 5. Houve dificuldades em relação à prática

de arrasto? Houve resistência? 6. Como é hoje a colaboração dos pescadores em relação aos objetivos do Tamar?

Além dessas perguntas, que foram elaboradas para responder os objetivos da pesquisa, os dois questionários tinham em comum as perguntas estruturadas de identificação do entrevistado, que são nome; idade; função; há quanto tempo atua no projeto (para os funcionários do Tamar) e há quanto tempo está na Praia do Forte.

Em relação aos pescadores, todos possuem apelidos e optamos por adotar esses apelidos para identifica-los em suas falas, pois é assim que eles se apresentam. Porém, aqui apresentamos uma melhor identificação desses informantes chaves, para que o leitor possa conhecer melhor os personagens desta pesquisa:

- Buduga: Manoel Borges, 64 anos. Pescador aposentado trabalha atualmente na sua peixaria. As duas entrevistas foram realizadas na peixaria, que fica em sua residência na rua principal da Praia do Forte.
- Nuca: Manoel Conceição, 72 anos. Pescador aposentado, possui uma barraca de água de coco na Praça da Praia do Forte, onde o encontramos diariamente das 5h até às 16h. As entrevistas aconteceram na sua barraca de água de coco.
- Santana: Joaquim Falcão, 73 anos, pescador aposentado e dono de peixaria. O entrevistei nas duas vezes na Praça em frente à Praia do Forte, lugar onde os antigos pescadores costumam se encontrar.
- Zé Mero: José Pereira dos Santos, 52 anos, pescador e encarregado de embarcação do Projeto Tamar, também ministra aulas de pescaria para as crianças do Projeto Tamarzinho. Foi entrevistado somente na primeira ida a campo, na casa em que eu estava hospedada que ele foi gentilmente ao local. Na segunda ida procurei pelo entrevistado, porém ele reside em outra praia onde não há sinal de celular, e quando o encontrei na Praia do Forte ele havia passado o dia pescando e voltou ao anoitecer muito cansado.
- Teteu: Antonio Edson, 76 anos. Pescador aposentado. A primeira entrevista foi realizada também na Praça da Praia do Forte e a segunda na residência dele, localizada na principal rua da Praia do Forte.
- Natureza: João Bispo dos Santos. Aposentado pela Marinha, não teve a pescaria como profissão, porém nunca abandonou a arte da pesca, ainda hoje pesca duas vezes por semana. Foi entrevistado na minha segunda ida a campo, em sua residência.

A seguir, identificamos os demais informantes chaves, representantes do Projeto Tamar:

- Adriana Jardim, 33 anos. Bióloga do Tamar reside e trabalha na Praia do Forte há nove anos.
- Mariucha Ferreira da Luz dos Santos, nativa de Mata de São João. É Supervisora do Projeto Tamarzinho e trabalha no Tamar há vinte anos. Mariucha foi uma das crianças da turma pioneira do Projeto Tamarzinho.
- Claudemar da Silva Santana (Mazinho), 28 anos, também de Mata de São João. Supervisor do projeto, onde trabalha há quinze anos, quando ingressou como guia-mirim. É o primeiro Biólogo nativo da Praia do Forte.
- Norma Magali Santos, também nativa de Mata de São João. Secretária dos Coordenadores Nacionais do Projeto Tamar, onde trabalha há dezenove anos.
- Neca Marcovaldi, reside na Praia do Forte desde a instalação do Tamar, há 35 anos. Natural de Santa Catarina, chegou a Praia do Forte aos 23 anos. É a Coordenadora Técnica Nacional do Projeto Tamar.

Os encontros com os pescadores aconteciam em horários e espaços casuais, como na praça, na rua, no quintal ou na sala das casas visitadas, muitas vezes saía à procura deles por onde seus amigos ou familiares indicavam. Com os funcionários do Tamar as entrevistas eram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, e todas foram realizadas em seu local de trabalho, o Centro de Visitação e Base Administrativa do Tamar.

Uma preocupação em relação aos métodos de realização de entrevista antes de ir a campo, era como chegar aos informantes chaves? Como criar relação com as pessoas que possibilitem que elas falem suas histórias? Sendo o pesquisador um estranho, um estrangeiro. Para resolver essa questão optamos por utilizar o sistema de redes¹, no qual, de acordo com Rosália Duarte (2002, p.142) “se busca um ‘ego’ focal que disponha de informações a respeito do segmento social em estudo e que possa ‘mapear’ o campo de investigação, ‘decodificar’ suas regras, indicar pessoas com as quais se relaciona naquele meio e sugerir formas adequadas de abordagem”.

¹ Na pesquisa de Duarte (2002), o conceito de redes tem como referencia a concepção de Bott (1976), onde a rede é definida como todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com os quais um individuo particular ou um grupo está em contato.

De um modo geral, as pessoas indicadas pelo “ego” sugerem outras pessoas a serem procuradas ou fazem referência a sujeitos importantes no setor e assim por diante, acrescentando novos informantes (DUARTE, 2002). Essa metodologia é muito utilizada em pesquisas qualitativas e tem se mostrado produtiva, pois alguém do meio tem, relativamente, melhores condições de fornecer informações sobre esse meio do que quem observa de fora.

No caso dos pescadores da Praia do Forte, a aproximação foi feita por intermédio de uma pessoa local, que me apresentou ao seu tio, um dos pescadores antigos da Praia do Forte, e este me apresentou a outro pescador, e assim por diante. A cada entrevistado, eu perguntava sobre os pescadores mais antigos, qual eu poderia conversar e assim ia construindo uma rede e tomando conhecimento do nome e lugar onde encontra-los, além de chegar com uma referência por ter sido enviada por um amigo e colega de profissão. Dessa forma, foi construída uma rede de diálogos. Esse método também é conhecido como “bola de neve”, onde cada informante envia a outros informantes (LEQUIN; MÉTREAL, 1980, p.151). Esses conceitos – “rede”, “bola de neve” – são conceitos do senso comum que foram incorporados pela ciência, para designar justamente essas práticas de construção de conhecimento a partir do senso comum.

Da mesma forma, deu-se o contato com os funcionários do Projeto Tamar entrevistados, após o contato com o primeiro, fui perguntando sobre os funcionários que estavam lá há mais tempo e que eu poderia entrevistar, e assim as pessoas me colocavam em contato umas com as outras. Exceto com a Coordenadora Nacional, que foi necessário agendar o encontro de acordo com sua disponibilidade.

Para realizar as entrevistas, é importante considerar que a aceitação do pesquisador pelos entrevistados depende “muito mais das relações pessoais que se desenvolve do que das explicações que pudesse dar” (FOOTE-WHITE, 1990, p.79). É comum utilizarmos palavras como universidade, pesquisa, livro, para explicar o que pretendemos procurando o informante, porém, há situações em que essas palavras são muito distantes do universo dele. Não é o caso dos pescadores da Praia do Forte, visto que eles estão habituados em dar entrevistas, por conta da visibilidade do Projeto Tamar.

Porém, alguns se mostravam “cansados” de falar. Um dos pescadores entrevistados, contou que numa ocasião uma rede de TV nacional pediu para entrevistá-lo e ele se recusou a fazer gratuitamente. Esse pescador demonstrou certa revolta por conta de uma matéria de revista com sua foto (a qual ele guarda consigo) e o título “História de Pescador”, ou seja, acusando o relato do pescador de não ser verídico, ser inventado, fantasiado.

Essas críticas aos relatos orais são bastante comuns, a versão dos fatos contados pelos pescadores às vezes é questionada, e muitas vezes colocadas como fantasiosas. Porteli (1981) defende a utilização da memória como fonte, pois acredita que as fantasias são importantes para a memória das pessoas, os fatos dos quais as pessoas se lembram ou se esquecem seriam, para ele, a substância da qual é feita a história, pois esses fatos apenas sobrevivem por fazerem sentido para as pessoas e, por sobreviverem, tornam-se fatos históricos.

Uma diferença que marca os entrevistados (pescadores e funcionários do Tamar) são os sentidos veiculados nos discursos. Ambos produzem memórias, mas, as práticas discursivas dos pescadores e suas lembranças se apresentam mais como memórias pessoais, ao passo que os discursos dos funcionários expressam mais a versão institucional, em nome do projeto Tamar. Esse discurso é caracterizado por Marilena Chauí (2003) como discurso competente ou instituído; ela sintetiza bem essa ideia dos discursos autorizados, da seguinte forma:

Não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência. (CHAUÍ, 2003, p.7).

Colaborou para isso o fato das entrevistas terem sido realizadas na própria instituição e com horário previamente determinado. A representação da fala institucional nos discursos dos funcionários entrevistados se expressou também nas credenciais que

eles apresentam e nos títulos representativos de poder: bióloga, secretária, supervisor, sujeitos que representam o Tamar.

Outro aspecto a ser destacado nas entrevistas é que muitas vezes os pescadores convidados a falarem sobre algo que vivenciaram no passado, eram em sua maioria pessoas idosas. Regina Weber, (1996), afirma que as pessoas mais velhas tem disposição para rememorações, o que contribui para a receptividade do pesquisador. Bosi (1994) acredita que esse seja o papel dos velhos na narrativa, uma espécie de obrigação social, a obrigação de lembrar, e lembrar bem, apesar de que nem toda sociedade exige que eles desempenhem essa função. Para Henri Bergson (1959), isso ocorre devido ao fato de que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, restando-lhe, no entanto, uma função própria, a de lembrar, a de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade.

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as recebem mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças (BERGSON, 1959, p.142).

Haveria, portanto, de acordo com Bosi (1994), uma espécie de obrigação social para os velhos, que não pesa sobre os homens de outras idades, a obrigação de lembrar, e lembrar bem, apesar de que nem toda sociedade exige ou espera que eles desempenhem essa função. Na sociedade em que vivemos, podemos verificar que a hipótese mais comum é de que o homem ativo, independentemente da sua idade, se ocupa menos em lembrar, enquanto o homem afastado dos afazeres laborais se dá mais habitualmente a frequente atividade da memória, de lembrar o passado.

Os antigos pescadores da Praia do Forte, apesar de terem a idade que consideramos idosos ou velhos, e serem aposentados, ainda desenvolvem atividades de trabalho no seu cotidiano, são ativos. Porém, por outro lado, permitem-se gozar de tempo livre, pois era bastante comum encontra-los passeando ou conversando com seus velhos amigos na Praia do Forte em qualquer momento do dia. Provavelmente isso ocorre devido a um novo comportamento na nossa sociedade atual, os idosos, em sua

maioria, mesmo após atingirem idade e se aposentarem oficialmente, procuram desenvolver outras atividades de trabalho no seu cotidiano, como uma forma, sobretudo de se sentirem ativos, vivos e úteis, mas essas atividades em geral, não os impossibilitam de desfrutar do tempo livre para o lazer.

Outra questão é a relação do entrevistador sendo mais novo que o entrevistado, a diferença de gerações se interpõe à de classes, e faz com que o pesquisador seja visto como um estudante. No entanto, “as posturas podem variar conforme o assunto que está sendo investigado e o papel do entrevistado nos acontecimentos” (WEBER, 1996, p.14). Todas essas preocupações com os métodos utilizados para aproximar-se dos informantes e ter acesso aos seus relatos foram indispensáveis, já que as fontes orais são por primazia, objetos privilegiados desta pesquisa.

As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Tim May (2004, p.164), ratifica o uso do gravador, “pois permite que o entrevistador concentre-se na conversa e registre os gestos não verbais do entrevistado durante a entrevista”. Em relação aos processos de análise, após a realização das entrevistas, foram transcritas literalmente, evidenciando sentimentos, expressões e pausas. Não houve cortes ou omissões, por considerar importante o relato bruto da entrevista. Bourdieu (1999 apud BONI; QUARESMA; 2005), aponta que a transcrição de entrevista não é apenas o ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante, pois de alguma forma o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista.

Esses “sentimentos” que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista (BONI; QUARESMA, 2005). Manzine (2006) considera que esses apontamentos, na maioria das vezes, são muitos válidos para a interpretação dos dados.

Outro procedimento adotado nesta pesquisa foi iniciar a transcrição logo após as entrevistas, pois assim as impressões e lembranças são mais fáceis de serem acessadas, por estarem vivas e presentes na memória do pesquisador. O processo de análise das entrevistas, podemos considerar que começou a partir das transcrições, pois como destaca Eduardo José Manzini (2006, p.366), “quando está sendo realizada a transcrição, há uma tendência, intencional ou não, em interpretar a informação.”.

Posteriormente foram realizadas leituras exaustivas da transcrição literal das entrevistas, buscando captar assuntos relacionados aos objetivos da pesquisa. Na construção dos capítulos foram utilizados trechos das entrevistas de acordo com temas, e na ocasião também foram feitas marcações, destacando em negrito, palavras e temas comuns nas falas dos entrevistados, a fim de contribuir com a análise a partir de pontos interconectados, que foi observado em boa parte das entrevistas. Assim, as entrevistas foram organizadas no texto de acordo com os assuntos, não importando a ordem cronológica das perguntas, mas a organização das falas de acordo com os temas tratados em cada capítulo. Iniciaremos então os capítulos.

4. A PRAIA DO FORTE

4.1 A PRAIA DO FORTE NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA DOS PESCADORES

A Praia do Forte está situada no Município de Mata de São João, no Estado da Bahia. A cidade foi instalada em 1946 (COSTA, 2009, p.89). A área territorial corresponde a 633,198 Km², distante 80 km² de Salvador, capital do Estado (IBGE). Dentre seus limites territoriais estão diversos povoados, entres eles os principais: Diogo, Açuzinho, Açú da Torre, Malhadas, Vila do Sauípe, Imbassaí e Praia do Forte. De acordo com Anibal Moutinho Costa (2009, p.87), “a parte interior do Município tem uma economia voltada à agricultura e agropecuária, na parte litorânea o foco principal é o turismo”.

A Vila de Praia do Forte se caracteriza por possuir um clima privilegiado, com uma brisa constante. À noite, a partir de determinado horário que os nativos e turistas não estão mais transitando, a vila fica mais pacata e é possível ouvir, mesmo distante, o barulho das ondas do mar, um som alto, forte (Anotações no caderno de campo, 2014). O local também apresenta uma fauna e flora que enriquecem a região.

Figura 1: Mapa geográfico da área correspondente a Praia do Forte-BA. Fonte: Google Earth, 2016.

A história das terras que hoje são chamadas Praia do Forte, remete ao início da colonização do Brasil. Entre 1563 e 1609, foi construída, nas imediações da Praia do Forte, a primeira Casa da Torre, fortaleza que funcionava como observatório da Coroa

Portuguesa na Colônia, desempenhando funções típicas de proteção e defesa (MATTEDI, 1999). Essa era a primeira Casa da Torre, a qual não resta vestígios, e em 1976 foi concluída a construção da segunda Casa da Torre (Idem, 1999) que hoje se encontra nas proximidades da Praia do Forte, restaurada e tombada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O nome Praia do Forte vem dessa construção, que servia como uma fortaleza (COSTA, 2009, p.94).

Garcia D'Ávila, foi o primeiro proprietário dessas terras, que foram concedidas por Thomé de Souza, o primeiro Governador Geral do Brasil (MORAES, 2001). Ele era o almoxarife real da Coroa Portuguesa, na época de D. João II, e foi o responsável pela implantação dos sistemas de agricultura e pecuária na região, no início da colonização, por volta de 1551 (Idem, p.9). D'Ávila exerceu importante papel no desbravamento do Nordeste Brasileiro, capturando índios e na construção de currais para criação de gado bovino (IEL/FIEB, 2004, p. 9).

No Litoral Norte da Bahia, a partir da metade do séc. XVI e início do séc. XIX as terras foram herdadas por famílias descendentes dos primeiros proprietários (COSTA, 2009). Até a década de 1950, Mata de São João, assim como toda a região do Litoral Norte, tinha suas atividades voltadas à subsistência, as principais atividades na Região eram as fazendas de coco e gado, com base na agricultura e extrativismo vegetal e animal como caça e pesca (COSTA, 2009, p.95).

Maria Raquel Mattoso Mattedi (1999, p.102), conta que em 1922, o Coronel Otacílio Nunes de Souza comprou a Fazenda de Praia do Forte de Régis Pacheco, ex-governador da Bahia e descendente dos D'Ávila e iniciou então o cultivo do coco, desenvolvendo um programa de mudas associadas à pecuária extensiva. O Coronel Otacílio morreu em 1939, o que resultou na decadência econômica da família, intensificada por conflitos entre muitos herdeiros do Coronel, por questões relacionadas às benfeitorias e presenças de posseiros (MATTEDI, 1999, p.102).

Posteriormente, a Fazenda Praia do Forte, incluindo as ruínas do Castelo de Garcia D'Ávila, foi vendida a um empresário paulista e descendente de Alemães, conhecido como Klaus Peter, que segundo pesquisadores (MATTOS, 2010; COSTA, 2009) e relato dos pescadores, foi o responsável pelo desenvolvimento de um grande projeto turístico para a Praia do Forte, e o primeiro na região. Os pescadores testemunharam as mudanças ocorridas a partir da venda da Fazenda Praia do Forte, conforme se vê no extrato abaixo:

Depois que essa fazenda foi vendida, pra o Klaus, aí começou a ter outros horizontes. Ele investiu sim, hoje já não é mais dele, já morreu, mas deixou aí... É, quando ele comprou isso aqui melhorou muita coisa. – Buduga.

Seu Nuca, um senhor comunicativo e pescador aposentado que hoje vende água de coco para os turistas numa barraca, conta em detalhes essas mudanças que ocorreram na Praia do Forte:

Menina, a Praia do Forte até quando eu alcancei, era de uma família, dos Padilhas², então se você tinha uma casa de palha e fosse colocar telha, eles queriam ver se tomava pra poder derrubar, aí era uma questão de Mata de São João que é a cidade principal, que aqui é Município... Bom, chegou o cara que comprou na mão dos Padilhas, o Klaus, um alemão, aí liberou a Praia do Forte, ajudou muitos até em algumas obras de construção de casas eles ajudavam, doou terreno à Prefeitura, muitas pessoas fizeram casa, então aí a coisa melhorou demais.

Na história oral contada através das memórias dos pescadores, é sempre presente o relato da precariedade das casas existente enquanto Praia do Forte era fazenda, e como isso mudou quando Klaus Peter tornou-se proprietário do lugar.

Questionado sobre as mudanças mais recentes ocorridas na Praia do Forte, Teteu, pescador aposentado, antigo morador e “filho” da Praia do Forte enfaticamente apontou, “Foi depois de Klaus Peter!”.

Ele comprou a terra, investiu e liberou, que antigamente não podia se construir uma casa ali com telhado, de telha. Era só palha, entendeu? Então na época dos ex-proprietários, os Padilhas, tinha esse problema também, você queria consertar a casa, mas não podia, mas eles não permitiam. Que era fazenda, tido como fazenda, então depois do Klaus foi, comprou, ele não pôde deixar como fazenda porque existia um cartório e um colégio público, então quando existem essas duas coisas públicas não pode ser mais fazenda né? Então aí ele liberou pro povo consertar suas casas como pudesse, e aí começou o desenvolvimento chegar, ele começou a vender as terras caríssimas! – Pra vocês?- Não, pra nós não, pra quem chegasse. Pra nós ele fez o seguinte, ele doou a Prefeitura, e a Prefeitura nos doou. Nós somos moradores, a Prefeitura deu um título de posse, pra nós moradores antigos.

² Nos relatos dos pescadores, aparece diversas vezes o nome da família “Padilha” como um dos proprietários das terras onde está localizada a Praia do Forte. Porém, nas pesquisas realizadas não aparece informações sobre esses proprietários.

O fato de que os antigos donos da Praia do Forte não permitiam colocar telhados nas casas sempre aparece nos relatos, essa proibição acontecia para que os moradores não investissem nas construções das casas, o que permitiria que posteriormente reivindicassem a posse das mesmas. Terem o direito de construir e modificar suas moradias – que aconteceu após a compra das terras por Klaus Peter – foi importante para eles que antes eram privados dessa possibilidade.

Praia do Forte apesar de ter sido inicialmente uma fazenda e ter atividades ligadas ao extrativismo e pecuária, posteriormente passou a ter a pesca como uma das principais atividades dos moradores e por isso é até hoje divulgada e conhecida como uma antiga vila de pescadores, mesmo com as mudanças ocorridas principalmente pelo turismo na região, que serão discutidos a seguir. A vila preserva características rústicas, associada a edificações requintados nas suas poucas ruas onde estão localizadas pousadas, bares, restaurantes, lojas de grife e de artesanato e condomínios residenciais.

Entender como essas mudanças ocorreram é o objetivo da parte que segue.

3.2 PRODETUR, TURISTIFICAÇÃO E AS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS NA PRAIA DO FORTE.

Três intervenções governamentais certamente foram contribuintes e até decisórias para o Litoral Norte da Bahia e consequentemente a Praia do Forte se consolidarem como uma área que tem como principal atividade o turismo: O PRODETUR/Bahia, através da viabilização de recursos; a abertura da rodovia BA-009, que facilitou o acesso à região; e a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – APA/LN.

Com a crise mundial na década de 70 e a crise do pós-milagre econômico brasileiro, o turismo ganhou espaço privilegiado na pauta das ações governamentais, pois passou a representar uma alternativa econômica capaz de soerguer as economias deprimidas dos estados nordestinos (RODRIGUES, 1996). Além disso, o sonho de industrialização para esta área e o arranjo das atividades turísticas era a estratégia mais “racional” para inserir a região no mundo globalizado (PEREIRA E SILVA, 2014, p 65).

Assim, surge o Prodetur/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste-, principal programa em atuação até agora, e determinante para a atual configuração da zona costeira na Região Nordeste. A priori, o Prodetur tinha como foco

apenas essa região, depois expande para todo Brasil como parte integrante da Política Nacional de Turismo. É um programa de longo prazo que tem financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através de recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de investimentos estaduais.

O objetivo geral do programa é reforçar o potencial turístico da região Nordeste através dos investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos em áreas com potencial turístico. Os objetivos específicos vão da atração de atividades turísticas privadas de melhor padrão à geração de empregos e melhoria em níveis de renda, e principalmente financiar projetos de infraestrutura nos setores de saneamento, transportes, administração de resíduos sólidos, proteção e recuperação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e melhoramento de aeroportos. Ao que parece, de acordo com o Projeto e com as ações realizadas nas ultimas décadas no Nordeste Brasileiro, trata-se praticamente de um projeto de obras de infraestrutura, os demais objetivos como, por exemplo, geração de emprego e renda, podem ser interpretados como possíveis resultados do desenvolvimento do turismo nas áreas contempladas pelo Prodetur.

Dentre os objetivos do Prodetur, destacamos o inciso VI que versa sobre a regionalização do turismo (contemplando o macro programa quatro do PNT 2007/2010) contando com a efetiva participação das comunidades receptoras e preservação da sua identidade cultural (inciso IX); o aumento e a diversificação das linhas de financiamento para as pequenas e microempresas (inciso XV); a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços públicos (inciso XVI). (BRASIL, 2007).

Os incisos citados acima apontam para o desenvolvimento de uma política pública direcionada ao que poderíamos chamar de um turismo de base local, construído a partir das relações entre as pessoas do local e privilegiando o desenvolvimento econômico e sociocultural da população autóctone. Em contrapartida, o inciso XIII apresenta uma controvérsia ao referenciar a demanda como determinante do desenvolvimento do espaço turístico, induzindo a entrada de equipamentos turísticos que na maioria das vezes são incompatíveis com o destino (a exemplo dos resorts): XII- propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico de forma a permitir a ampliação, diversificação, modernização e segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferencias da **demand**a, e,

também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes. (grifo nosso).

O estado da Bahia passou a integrar o Prodetur, quando foram criadas doze zonas turísticas de acordo com a localização e tipos de atrativos turísticos, a fim de melhor planejar as ações e repassar os investimentos do Prodetur. A Praia do Forte está localizada na zona Costa dos Coqueiros, que corresponde também à Arembepe, Barra do Jacuípe, Guarajuba, Itacimirim, Imbassaí, Sauípe e Camaçari.

A abertura da rodovia BA-009, inaugurada em 1992, uma rodovia estadual e pedagiada foi outra ocorrência que contribuiu para que a Praia do Forte se configurasse no que é hoje em relação ao desenvolvimento do turismo. Antes da construção da BA-009, a falta de vias de acesso secundárias e a precariedade de serviços no Litoral Norte “mantiveram apenas um tipo de turismo ligado ao veraneio e às excursões de curta duração para uma clientela microrregional ou regional” (COSTA, 2009, p.84).

A BA-009 está entre a Estrada do Coco e a Linha Verde. A Estrada do Coco se inicia no Aeroporto de Salvador e vai até a Praia do Forte, onde começa a Linha Verde que vai até Mangue Seco, fazendo divisa com o Estado de Sergipe. A partir dessa rodovia, toda a região do Litoral Norte teve grande crescimento demográfico e também possibilitou novas atividades em relação ao turismo, como a hotelaria, pesca e desporto náutico (COSTA, 2009, p.89).

O mapa abaixo permite melhor compreensão da ligação rodoviária do local:

Figura 2: Mapa da Rodovia BA-009. Fonte: viagemefotos.blogspot.com

É notável o desenvolvimento turístico/imobiliário dos empreendimentos ao passar pela rodovia. Os recursos do Prodetur contribuíram e muito, para essas alterações e a maximização da oferta de meios de hospedagens no Litoral Norte da Bahia. Uma das mudanças ocorridas como consequência do Prodetur e da abertura da Rodovia BA-009, foi um verdadeiro *boom* de segundas residências, *resorts* e empreendimentos turísticos imobiliários (ETI's) nessa região. De acordo com Cristiane Pereira de Araújo e Heliana Comin Vargas (2013), a origem das segundas residências remonta aos anos 70, como consequência do surgimento da classe média e também pelo intenso processo de rodoviarização que acontecia com o Brasil, e os *resorts* a partir dos anos 90, sobretudo no litoral Nordeste.

Os motivos para a implantação desses equipamentos no Nordeste foram sintetizados por Araújo e Vargas (2013, p.33) em três:

I- a aposta no turismo “de sol e praia”: via de regra, a modalidade mais incentivada pelas políticas públicas federais de turismo; II- a disponibilidade de extensas áreas ainda não urbanizadas ao longo da costa nordestina, o que possibilita a implantação deste tipo de equipamento; III- as verbas do Prodetur/NE que nos anos 1990 priorizavam claramente investimentos que pudessem atrair o público estrangeiro, a fim de atrair divisas em dólares, visto que a nossa dívida externa era atrelada ao dólar.

A Praia do Forte, expressa bem todo esse processo de implantação de equipamentos turísticos e impactos causados por isso. Em 1986, Klaus Peter iniciou a instalação do primeiro grande equipamento de hospedagem em Praia do Forte, o Eco Resort Praia do Forte. Araújo e Vargas (2013) destacam que esse empreendimento buscou trazer características locais e um caráter preservacionista. Gomes Sobrinho (1998) aponta para uma controvérsia, quando afirma que foram registrados conflitos entre o empresário e os nativos que tinham barracas de praia em áreas próximas ao *resort* e tiveram que se retirar.

Para se ter uma ideia das dimensões do eco *resort*, que nada lembra as características originais da Vila da Praia do Forte, foi construído em 250.000 m² de terra, com 249 unidades habitacionais – todas de frente para o mar, possui SPA e é referência como um dos melhores *resorts* brasileiros. Surgiu então juntamente com o

eco resort um forte movimento especulativo na região e consequentemente construção de novos empreendimentos hoteleiros, muitos aliados a redes internacionais.

De acordo com Sandra Maria Cerqueira da S. Mattos (2010, p.2),

[...] para planejar e gerenciar o desenvolvimento da área, ele (Klaus Peter) criou a Fundação Garcia D'Ávila (FGD). Essa fundação, juntamente com empresários, busca estratégias que proporcionem altos padrões de qualidade nos produtos e serviços disponibilizados na vila. A partir daí, foram realizadas diversas ações colocando em prática um projeto de ocupação ordenada do solo. Os terrenos foram vendidos gradativamente, obedecendo a restrições rígidas impostas no contrato de compra e venda, quanto ao planejamento urbanístico arquitetônico da área, tais como: arquitetônicos e paisagísticos, possibilidade ou não de tornar-se um ponto comercial, dentre outras.

Seguiu-se, então, um forte movimento especulativo na região, que resultou na construção de novos empreendimentos hoteleiros, muitos aliados a redes internacionais (ARAUJO E VARGAS, 2013). . Muito provavelmente a forte concorrência gerada pela hotelaria internacional foi um fator relevante para a venda da propriedade que em 2008 passou para o grupo português Tivoli, que fez reforma no hotel e construiu residências na área do *resort*, cujo proprietário pode usufruir da mesma área de lazer que os hóspedes.

Ainda de acordo com Araújo e Vargas (2013, p.34), as ações do Estado para o Litoral norte da Bahia, através do Prodetur,

[...] associada à divulgação da 'imagem quente' do lugar, gerou um clima para bons negócios, traduzindo nos 66 empreendimentos entre hotelaria, resorts e ETIs lá instalados: praticamente o dobro, se contabilizados somente resorts e ETIs, do que o constante em qualquer outro litoral da costa brasileira.

Os autores também chamam à atenção em relação à Mata de São João, onde está localizada a Praia do Forte, por ser local de expressiva mudança em relação ao uso do solo, "caracterizado por maior incidência de segundas residências em 2010 se compararmos com o ano 2000; o município de Mata de São João, que têm na Praia do Forte o seu chamariz." (ARAUJO E VARGAS, 2013, p. 34).

A grande quantidade dessas segundas residências é nítida no trajeto pela rodovia, principalmente próximo à Praia do Forte. São dezenas de *outdoors* e anúncios de condomínios residências à venda, que chamam atenção pela quantidade e também pela discrepância com as pequenas cidades onde estão localizados.

Para melhor compreender os fatos mencionados, utilizamos o mapa da pesquisa de Araújo (2011), que trata dos empreendimentos do imobiliário-turístico concentrados principalmente nos Municípios de Camaçari e Mata de São João. Interpretando o mapa, os dois municípios somam treze empreendimentos, sendo a maioria de complexos residenciais de capital internacional, como mostra a legenda do mapa (figura 4).

Figura 3: Mapa representativo da quantidade de resorts e ETI's no Litoral Norte da Bahia. Fonte: Araújo, 2001.

Figura 4: Legenda do Mapa da figura 3. Fonte: Araújo, 2011.

O terceiro acontecimento que contribuiu para que a Praia do Forte se configure como é hoje, conforme citado acima, foi a criação da Área de Proteção Ambiental do

Litoral Norte da Bahia – APA/LN. A partir dela a região passou a ser preparada para a consolidação da atividade turística, associada à questão ambiental.

Para diversos autores, a criação da APA/LN em 1992, que aparece no discurso oficial como estratégia para controlar os impactos ambientais negativos resultantes da implantação da linha verde, tem como resultado a valorização econômica da natureza e das tradições, transformando-as em mercadoria. (MORAIS, 1994; LIMONAD, 2004) e para construir uma imagem turística capaz de atrair investidores, visitantes e turistas de todo o mundo. Segundo Souza (2004), isso pode ser reforçado pelo fato de que a maior parte das APA's no Estado da Bahia, na década de 1990, foram criados por iniciativas do órgão responsável pelo turismo, que também era responsável pelos planos de manejo.

Com a APA, iniciou-se um processo de redefinição socioespacial na Praia do Forte, marcada por alguns acontecimentos importantes para a compreensão da atividade turística e como foi implementada e também para análise das vinculações entre turismo, mudanças espaciais e populações locais. Klaus Peter optou por assumir um caráter preservacionista, construindo um eco resort, que buscava trazer características locais ao empreendimento, controversias a parte. Além de fazer parceria com o Projeto Tamar, buscando tornar a Praia do Forte sinônimo de destino turístico associado à preservação da natureza, contemplando a inserção da comunidade local (ARAÚJO, 2001).

Inicialmente, em 1977, os proprietários Klaus Peter e seu irmão, Manfred Peter, preocuparam-se com a proteção e conservação dos recursos naturais da Fazenda Praia do Forte, o que os levou a procurar o antigo IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, com o objetivo de transformar a área em Refúgio Particular de Animais Silvestres (COSTA, 2009, p.94). Trata-se de uma categoria de Unidade de Conservação, regulamentada pela Portaria IBDF nº 327/1977 como área particular onde qualquer atividade de caça é proibida por iniciativa do proprietário, legalmente amparado. Posteriormente, em 1985, duas outras intervenções foram significativas sobre o território da Praia do Forte de acordo com Carolina Spínola (1997), “a elaboração do Plano Diretor da Praia do Forte, regulamentando o uso e a ocupação do solo e o Plano de Manejo da Reserva Sapiroanga.”. Por fim, a APA Litoral Norte da Bahia, foi criada através de Decreto Estadual nº 1046/92.

Essa criação se deu tendo em vista que a implantação da BA-009 acarretaria relevantes impactos ambientais nos ecossistemas locais e, por outro lado, provocaria modificações importantes no contexto socioeconômico e cultural da região (CONDER,

2001). Todos esses fatos, a criação da APA Litoral Norte, da rodovia BA-009 e o PRODETUR, provocaram impactos sobre a estrutura social, ocupacional e territorial pré-existentes.

A partir daí observam-se um processo de redefinição das funções socioespaciais da Praia do Forte, que passa a ser preparada para a consolidação do turismo, concebido e planejado como uma importante alternativa econômica para a faixa costeira do Litoral Norte, sendo que o discurso dos interessados – empresas imobiliárias e governo – se associa à concepção de conservação ambiental.

3.3 A PRAIA DO FORTE DE ONTEM E DE HOJE

Com os avanços que aconteceram na Praia do Forte, as tradicionais populações que habitam a área como pequenas comunidades de pescadores e agricultores, cada vez mais se desviam de suas antigas formas de trabalho, dedicando-se a novas ocupações que surgem com a multiplicação das casas e dos hotéis de veraneio e do turismo em geral. Esse acontecimento na Praia do Forte é bastante claro e esteve presente no discurso dos pescadores entrevistados nesta pesquisa, quando convidados a falar sobre a profissão de pescador:

[...] antigamente só tinha essa, essa atividade, ou você trabalhava... era uma fazenda, ou trabalhava numa fazenda. Essa rede hoteleira cresceu muito, então a maioria dos rapazes, essa turma mais jovem, todo mundo procurou emprego, serviço. Essa rede de hotelaria aqui pra gente cresceu muito, muito, muito. Não foi aqui só não né? Na parte de Itaparica, por aí tudo, então diminuiu muito pescador. E hoje a pesca tá melhor. Porque hoje é tudo na base da tecnologia, GPS, sonda, isso, aquilo... Naquele tempo num era, tinha que marcar pela vista e artesanal. Dava mais trabalho! Hoje dá menos trabalho e o povo num quer pescar. Quer ver? Aqui no verão o peixe é pouco, eu mesmo apanho peixe de Vitória do Espírito Santo pra fornecer. – Disse Buduga, que foi pescador apaixonado pela profissão e hoje é dono de uma peixaria.

A opinião de Buduga em relação à diminuição de pescadores na Praia do Forte é compartilhada por seus ex-colegas de profissão:

Antigamente só tinha pescaria mesmo, não tinha nenhum serviço interno. Hoje em dia que muitos são vigilantes, outros seguranças, e tal e coisa e pá... A coisa melhorou, outros têm casa que vive na base de aluguel, então vão pescar não direto como, manter a média de primeiro a trinta e um do mês, que seja. Eles não vão, às vezes vão

quinze dias, menos do que isso, porque já tem outro jeitosinho pra passar por terra. Mas no meu tempo só tinha pescaria... É isso o fator principal que hoje em dia diminuiu muito o número de pescador, porque tem algumas coisas pra trabalhar em terra. Uns vão trabalhar, aprender a profissão de pedreiro, outra vez aprende carpinteiro, segurança, e aí diminuiu muito o fluxo de pescadores. – Seu Nuca.

Teteu, dentre outras coisas aponta aspectos negativos sobre profissão de pescador, para explicar por que houve a diminuição dos pescadores na Praia do Forte:

As outras condições foram aparecendo, condições de vida. Alguém já começou a trabalhar em terra, alguém já começou a esquecer da pescaria... Porque a pescaria em si é muito boa, mas estraga também muito a saúde, pra quando chegar na velhice olhava pra trás, não via nada. [...] A pescaria no antigo, bem antigo, não tinha valor porque você chegava com o peixe e não tinha a quem vender, tinha essa desvantagem, porque tinha muito peixe e não tinha quem comprasse. Hoje em dia não tem peixe e tem muita gente pra comprar, porque a população aumentou, o turista chegou, a cidade cresceu que antigamente a cidade era mínima, teve uma época que nem energia aqui tinha. Então o desenvolvimento veio vindo, começou, depois veio energia, aí começou o desenvolvimento a ser desenrolado aqui – Teteu.

Portanto os pescadores (que era a principal atividade local) acabam adaptando-se as novas circunstâncias, principalmente porque esses novos empregos trouxeram outros benefícios que eles não teriam como pescadores, como rendimentos imediatos e garantidos, assalariamento, etc., seja na construção civil, como caseiros, jardineiros, empregados ou empreendedores de pequenos comércios. Para Mattos (2010, p.3), eles “veem toda essa mudança de uma maneira muito positiva já que o desenvolvimento local tem aberto, para alguns deles, diversificadas oportunidades de se desenvolverem e se sustentarem de ‘maneira adequada’”.

Segundo Costa (2009, p.96), essas transformações que ocorreram gradativamente na vila Praia do Forte, foram,

as mesmas transformações porque passam as outras vilas de pescadores desde a orla marítima até à região norte, impulsionadas, em última análise, pelo desenvolvimento industrial da região metropolitana de Salvador.

Uma série de mudanças foi viabilizada, seja pelos proprietários da Praia do Forte, governo ou empreendedores que, em pouco tempo, transformaram completamente o cenário local. Apesar das mudanças ocorridas o lugar continua sendo conhecido e divulgado como uma vila de pescadores, não só pela história do lugar, mas

principalmente por dar a Praia do Forte uma caracterização bucólica, que serve como atrativo para o turismo.

A figura 2 traz uma imagem fotográfica da rua principal da Praia do Forte, a Alameda do Sol na década de 70. De acordo com a D. Alice Spech (moradora antiga da Praia do Forte, tem um Beco com seu nome na Vila), e serve para compreender a transformação e o desenvolvimento que ocorreu na Praia do Forte.

Figura 5: Fotografia da Alameda do Sol na década de 70. Fonte: Arquivo pessoal de Alice Spech, antiga moradora da Praia do Forte.

Nessa época, podiam-se observar na vila, bares bastante precários e, até mesmo casas particulares onde se afixavam avisos de venda de bebidas geladas e venda de peixes (MATTOS, 2010).

No início da década de 90, segundo Costa (2009, p.100) o comércio era fraco, porque as visitas à vila não eram constantes e os comerciantes locais queixavam-se que as barracas de praia eram exploradas por pessoas de fora da região, o que diminuía suas oportunidades de lucro. De acordo com o relatório da Funatura – Fundação Pró-Natureza (1987), o abastecimento de gêneros, em geral, podia ser feito em Salvador, o comércio na vila era bastante precário, atendia aos moradores apenas em suas necessidades básicas. Os peixes e outros produtos do mar podiam ser encontrados após encomendas aos pescadores locais e havia uma pequena horta para suprir as necessidades do maior hotel (FUNATURA, 1987).

Atualmente, a Alameda do Sol é calçada e não é permitido o acesso de automóveis e motos, por conta de ser um espaço comercial e por onde transitam os turistas e moradores durante todo o dia e a noite (ver figuras 3 e 4).

Figura 6: Fotografia da Alameda do Sol, Praia do Forte - BA. Fonte: Bárbara Oliveira, captada em julho de 2014.

Figura 7: Fotografia da Alameda do Sol, Praia do Forte-BA. Fonte: Bárbara Oliveira, captada em julho de 2014.

Nessa Alameda há muitos restaurantes de cozinha regional e internacional, lojas de grife e artesanato, joias e bijuterias, além de algumas residências dos nativos e quiosques que vendem bebidas. A alameda é fundamentalmente um espaço de lazer. É também o acesso para a igreja (figura 5), o Projeto Tamar e a praia. A Alameda do Sol possui características rústicas, porém com estabelecimentos e serviços bastantes requintados.

De acordo com Mattos (2010), a vila é habitada, basicamente, por nativos locais, pescadores, artesãos e empreendedores de várias regiões do Brasil e do exterior, que vêm desenvolvendo o comércio e serviços locais.

A maioria dos empreendimentos e comércios presentes na Praia do Forte continua sendo de investidores “de fora”, que tem condições de abrir negócios que atendam a demanda existente dos turistas que hoje ali frequentam, procurando produtos e serviços de alto padrão de qualidade. Outra realidade é da comunidade local, pescadores, artesãos e todos que compõe a mão-de-obra de alguns estabelecimentos.

Como podemos perceber com as transformações apresentadas e relato dos pescadores, a pesca não é mais a principal atividade econômica para os nativos da vila. Os antigos pescadores passam a dedicar-se ao comércio, na maioria das vezes informal. E mesmo que tivessem o desejo de que a pesca voltasse a ser sua principal atividade, teriam a dificuldade de vender o pescado para esses estabelecimentos que se instalaram na Praia do Forte, pois de acordo com entrevista realizada com a Bióloga do Projeto Tamar da Praia do Forte, Adriana Jardim, os pescadores da localidade não atendem aos padrões exigidos pelos restaurantes e hotéis requintados:

Incrivelmente os restaurantes não consomem o pescado daqui. São poucos os restaurantes que consomem o pescado daqui. Tem toda uma questão de segurança mesmo de saúde, alimentar, e que se entende que a maneira como o peixe é descarregado aqui, não é, quer dizer, as condições não são muito salubres, é meio insalubre porque eles botam a lona no chão. Eu acho maravilhoso!

Para a bióloga, esse é o motivo pelo qual os estabelecimentos dão preferência aos pescados de fora e demonstrando empatia pela forma rústica como trabalham os pescadores da Praia do Forte.

Então, a Praia do Forte acabou criando um conceito de complexo de lazer e turismo que, representou e representa para muitos a possibilidade de sucesso dos negócios lá instalados. Algumas pesquisas apontam que as transformações que aconteceram no lugar, vêm fazendo com que a Praia do Forte perca suas características. Mattos (2010), afirma que muitas pessoas foram atingidas de maneira negativa, foram “expulsos” do local onde viviam ou não têm mais a mesma condição de vida, porque o custo de vida na vila subiu consideravelmente. Para Mattos (2010, p.5), “Na medida em que os produtos e serviços são dirigidos para classe A, os preços são praticados tomando-se como parâmetro o poder aquisitivo dos turistas.”.

O relato dos pescadores assume que houve aumento no custo de vida, porém que paralelamente oportunidades de trabalho e meios de aumentar a renda:

Particularmente acho bom o turismo, porque, por exemplo, Seu Joaquim, Joaquim Santana, esse tem peixaria. E com o turismo vem os restaurantes comprar mais, ele vende mais, claro. Então, quer dizer, ajuda. O Nuca, ele tem uma barraca de coco, quanto mais turista tiver, mais ele vende. Eu, por exemplo, tenho duas casinhas de alugueis, então o turista vem, não é temporada não, mas a pessoa vem aluga por mim, é caro, o aluguel é caro. É mil, mil e quinhentos, dois mil o aluguel de uma casa e é simples, de dois quartos. Então aqui a vida é cara? É, mas eu me acostumei com ela, porque o que eu tenho eu vendo caro também (risos). Uma coisa compensa a outra, então eu acho que o turismo é bom. – Teteu.

Teteu, que mora na rua principal e explica porque não vendeu sua casa como alguns moradores fizeram: “Não, não, não... Não tinha preço. Mas a vila que era dos pescadores, tem muita gente que vendeu né? Porque começou a aparecer alguém, oferecer dinheiro, o pessoal não tá acostumado com dinheiro, vendeu.”. Ainda sobre o aumento do custo de vida na vila, Teteu atribui ao desenvolvimento do local:

O desenvolvimento chegou, a vida ficou cara aqui por causa disso. Então começou a se desenrolar o desenvolvimento aí, o que custava um real, o Alemão, o Americano dava um dólar! Na época, um dólar, três reais. Quer dizer, aí ficou caro, encareceu a vida aqui. Pra gente, pra mim eu tô acostumado, já nem sinto mais, mas tem pessoas que sente que aqui é caro. O peixe, por exemplo, aquilo que foi, como se diz na gíria, foi meu cavalo, eu montei nele... Eu tenho que comprar um quilo por vinte e cinco reais!

Portanto não dá para generalizar e afirmar que as mudanças ocorridas na Praia do Forte trouxeram apenas impactos positivos ou negativos, há tanto um quanto outro. É fato que os estabelecimentos de lazer como bares e restaurantes em sua grande maioria são utilizados apenas pelos turistas, pois esses serviços e produtos têm um custo muito alto e os nativos não costumam consumir. Apesar da Praia do Forte estar localizada no litoral e possuir belas praias, os moradores não tem muitas opções de lazer, durante a pesquisa de campo em agosto de 2014 foi possível perceber que a forma de “lazer” muitas vezes consiste no consumo de bebidas alcoólicas, que ocorre durante todo o fim de semana nos bares, quiosques e casas, onde é comum música alta e bebedeira. A impressão é que na Praia do Forte existem dois mundos em um só lugar: o dos turistas e dos nativos.

Contudo, Marcus Alban Suarez (2007, p.2) considera a Praia do Forte um “exemplo fantástico de manutenção e desenvolvimento dos bens públicos, é a preservação da vila dos pescadores – com os pescadores”. E, completa: “Tudo isso, por sua vez, junto com a possibilidade de que esse povo usufrua também de **uma parte** dos frutos do desenvolvimento turístico empreendido” (grifo nosso, idem, 2007, p.2). Além disso, o desenvolvimento que ocorreu em Praia do Forte, em relação à infraestrutura é bem visto pelos nativos, que passaram a ter serviços que antes não se viam no local:

Era humildezinha, fraquinha, me lembro que não era calçado, não tinha luz, não tinha água, não tinha esgoto, não tinha posto médico, não tinha carro... As embarcações, transporte era via mar, era aqueles barcos grandes de pesca e só pra carregar você tinha que ir pra Barra de Ipojuca, pra pegar um ônibus, era três vezes na semana, segunda, quarta e sábado. Às vezes você chegava com um peixe, num tinha freezer, ninguém tinha nada, você tinha que sair vendendo. – Buduga.

Essa também é a impressão de outro pescador:

Era um arraialzinho pequeno, arraial muito pobre. Só tinha casa de palha, bem poucas tinham de telha aqui. Era chão batido, essas palhas branca de cajibar, a rua era areia, não tinha calçamento, não tinha nada. Nada disso, saneamento, não tinha nada. Água era pego no rio e nas cisternas que a gente fazia, no quintal mesmo, bomba, essas coisas – Santana.

Esse pescador completa citando algumas mudanças que ocorreram, para ele, se antes dizia que “não tinha nada”, agora a Praia do Forte “tem tudo”: “Tem tudo que você pensar aqui, tem tudo. Tem prefeitura, tem cartório, tem setor financeiro, tem correio, tem casa de câmbio, tem banco, tem tudo!” – Santana. E tem mesmo, na primeira ida a campo na Praia do Forte, tratei de providenciar com antecedência tudo que iria precisar, influenciada pelas leituras feitas que mostram a Praia do Forte como uma simples vila de pescador, ficava no imaginário a dúvida se haveria acesso à internet, bancos, dentre outros produtos e serviços que se tornaram necessários na sociedade em que vivemos, porém chegando lá fui surpreendida, a Praia do Forte, de fato, tem de tudo.

Além das falas que exaltam tudo que o turismo e o desenvolvimento trouxeram de positivo para o local, um dos pescadores atentou para os impactos negativos desse desenvolvimento:

A Praia do Forte era aquele povoadozinho ótimo pra viver né, não tinha droga, não tinha roubo, você não via violência, não tinha nada... Você podia dormir aqui, botar o colchão aqui e dormir com sua porta aberta à vontade porque todo mundo se conhecia. E aí, foi mudando, vai vir o progresso, vem tudo né? O progresso é bom pra umas coisas, mas, também piora outras. Mas também, se a gente for olhar o lado da violência, não vai ter progresso em lugar nenhum. - Zé Mero.

O comércio ilegal e uso de drogas na Praia do Forte, foi algo que escutei falar inúmeras vezes pelos nativos em geral, de acordo com eles, tanto turistas, quanto nativos procuram vendedores de drogas. Em relação à segurança em geral e roubo, que Zé Mero aponta como um novo problema, se compararmos a vila com qualquer cidade metropolitana pode-se dizer que praticamente não existe violência na Praia do Forte, pois na vila transitam o tempo todo, turistas e nativos, com maiores ou menores discrepâncias de nível socioeconômico, com sensação de segurança. Porém há relatos de pequenos furtos com os turistas, realizados segundo os locais, por pessoas que vêm de fora.

Todos os discursos dos pescadores em relação ao desenvolvimento da Praia do Forte e suas consequências remetem ao que disse Lacerda (2010, p.45):

Até a década de 1960, o litoral nordestino era povoado de casas de taipa, cobertas com palhas de coqueiro e, na beira-mar, os caiçaras compunham as paisagens. Ali os pescadores remendavam as redes de pesca e reparavam as canoas. Essas paisagens praticamente desapareceram. Não se conseguiu transmiti-las às futuras gerações. Grande parte das comunidades não resistiu.

A defesa das tradições deve levar em consideração se a comunidade em questão deseja que essa tradição seja mantida. No caso da Praia do Forte, as mudanças na vila que deixou de se caracterizar como uma típica vila de pescadores: com chão batido, casa de taipa e telhado de palha; é muitas vezes visto como perda da tradição, da paisagem, das características originais. Porém, as narrativas dos pescadores entrevistados nos indicam que, para eles, as mudanças significam melhores condições de vida. Incluindo a isto a possibilidade de escolher entre manter a tradição da família e ser pescador ou se dedicar a outra forma de trabalho que eles próprios considerem mais adequadas.

Porém, não podemos deixar de considerar também, que, apesar dos pescadores considerarem que o desenvolvimento trouxe melhorias, existem pessoas que se beneficiam ainda mais desse desenvolvimento. São os empresários dos serviços e

produtos turísticos, como hotelaria, restaurantes e lojas em geral, que em sua grande maioria são propriedade de pessoas “de fora”. Portanto, fica claro que não houve por parte dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo na região, a preocupação em que os maiores beneficiados fossem a comunidade, pois o tipo de turismo da Praia do Forte não se configura como um turismo de base local.

Cabe aos responsáveis pelo planejamento e gestão, bem como aos empresários e às organizações não governamentais interessadas em apoiar o desenvolvimento do lugar, potencializar os efeitos benéficos e compatíveis com os princípios de igualdade, justiça social e ambiental, evitando ou mitigando os impactos negativos, que dizem respeito, sobretudo, à exclusão da população tradicional dos benefícios gerados pelas novas atividades.

Apesar das considerações feitas neste primeiro capítulo a respeito do desenvolvimento do turismo na Praia do Forte, é importante frisar que não é este o objetivo desta pesquisa. Trouxemos informações que consideramos essenciais para entender o que é a Praia do Forte hoje e como isto impactou a atividade pesqueira, mas sem se aprofundar em relação ao turismo e produção do espaço.

4. O PROJETO TAMAR

4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE E O SURGIMENTO DO TAMAR.

O surgimento do Projeto Tamar ocorreu por decisão do Estado, através do IBDF. Porém, ocorreu num cenário interessante, já que o momento era de caminhos contrários à preservação ambiental, pois no Brasil, segundo Leila da Costa Ferreira (1993, p.177) “realizava-se o mito desenvolvimentista.”.

De acordo com Dulce Suassuna (2001), havia uma aliança militar para promover o crescimento econômico por meio da aceleração do crescimento industrial.

Isso quer dizer que não havia espaço para decisões que significassem rupturas com a ‘ideologia do desenvolvimento’. Como ao pensar-se em políticas para o meio ambiente tem-se uma associação explícita com a necessidade de frear o crescimento industrial (e todas as suas implicações), era natural que durante aquele período a definição de políticas na direção da preservação ambiental não fosse prioridade governamental. (SUASSUNA, 2001, p.30).

O ano de 1964 representou um marco-limite que reorientou a política econômica brasileira por conta do regime militar, segundo Beatriz Ziober e Silvia Zanirato (2014), o governo militar considerava qualquer medida que pudesse controlar o desenvolvimento, sobretudo num momento em que a prioridade era a formulação de políticas com o objetivo de maximizar a economia. “As restrições ambientalistas eram conflitantes com as estratégias de desenvolvimento apoiadas justamente na implantação de indústrias poluentes como a petroquímica e a instalação de grandes projetos energético-minerais” (JACOBI, 2003, p.3). Além disso, o movimento ambientalista que estava em formação no Brasil, sofria repressão do governo militar. (VIOLA, 1987).

De acordo com Suassuna (2001), a preservação ambiental não era prioridade, pois acreditava-se que por ser o Brasil abundante em recursos naturais não havia necessidade de ser preservar. Paralelamente, “o mito do desenvolvimentismo demarcava a forma como as políticas públicas governamentais atuavam, assentando-se na perspectiva de que a indústria representava crescimento econômico e progresso”. (SUASSUNA, 2001, p.30).

Ao que parece, esse crescimento ocorria sem a menor preocupação do governo em relação aos impactos socioculturais e impactos ambientais como consequência dessa

industrialização, pois desconsiderava qualquer planejamento ou programa que fosse contrário ao desenvolvimento econômico.³

Com esse cenário instaurado no Brasil, até o fim da década de 70 era pouco provável a definição de políticas públicas para o meio ambiente. Portanto, é curioso o surgimento do primeiro programa de conservação ambiental para ecossistema marinho nesse período, considerando as políticas existentes fundados no desenvolvimentismo.

De acordo com Ziober e Zanirato (2014), há que se considerar que no Brasil, nessa época, as preocupações ambientais estavam mal começando, ainda que no cenário internacional já existissem acordos nessa direção. No fim da década de 60 e início dos anos 70 houve consideráveis avanços em relação às questões ambientais. Foram realizadas duas conferências internacionais para discutir os problemas ambientais relacionados à poluição atmosférica e ao efeito estufa. A primeira realizada em Paris em 1968 ficou conhecida como conferência da Biosfera. E a segunda, realizada em Estocolmo no ano de 1972 repercutiu mais que a primeira, por ter contado com a maior participação de países subdesenvolvidos.

Nessa época, estava em vigor no Brasil a Lei nº 5197, de 3 de janeiro de 1967, a respeito da proteção à fauna e à flora brasileiras, estabelecendo em seu artigo 1º, que:

Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Porém Suassuna (2001, p.36), acredita que a existência de legislação em vigor não coibia a destruição da fauna silvestre, pois “em 1975, havia 355 animais em perigo de extinção no Brasil. Existiam leis, porém não eram cumpridas e, exceto pela existência do IBDF, não havia órgãos governamentais fiscalizadores para coibir e prevenir a destruição da fauna brasileira.” Isso acontecia até porque o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, como o próprio nome indica, atuava mais incisivamente sobre a proteção e fiscalização das Florestas Nacionais⁴.

³ O modelo de desenvolvimento inspirado na ideia de crescimento econômico foi trazido para refletir o contexto brasileiro pela Escola da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal. A teoria cepalina associava desenvolvimento econômico a progresso técnico. Furtado (1968).

⁴ O IBAMA – Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis, órgão ao qual compete à fiscalização sobre o uso dos recursos naturais (água, fauna, flora, solo, etc.) só foi criado posteriormente, em 1989.

De acordo com a Fundação Pro-Tamar, no livro “Assim nasceu o Projeto Tamar”, até a década de 70 não havia qualquer programa ou unidade de conservação marinha no Brasil.

A legislação federal em vigor (Lei 5197/67) era genética e se restringia a proibir o comércio de produtos e subprodutos da fauna silvestre. Toda a ação governamental era dirigida exclusivamente à proteção dos parques nacionais e reservas biológicas terrestres. Mas existiam acordos internacionais, muitos deles com a participação do Brasil, que protegiam as tartarugas marinhas. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.21).

Não havia, na época, qualquer publicação científica no Brasil sobre as tartarugas marinhas e alguns setores acadêmicos acreditavam que as tartarugas não ocorriam aqui (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.21). De acordo com Maria Ângela Marcovaldi e Guy Marcovaldi (1999), posteriormente foi realizada uma pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, em que se constatou não haver condições para a reprodução das espécies de tartarugas marinhas no sul do Estado e que, no norte, apesar de as condições serem propícias, os habitantes, a maioria de áreas urbanas, nunca haviam visto uma tartaruga. Os resultados dessa pesquisa foram assimilados como oficiais pelo governo brasileiro, assumindo que não existia tartaruga marinha no Brasil.

Suassuna (2000) questiona a posição científica, que concluiu não haver tartaruga marinha no Estado do Rio de Janeiro e a posição do Estado, que se apropriou do resultado, generalizando-o. A autora evidencia que “qualquer pesquisador, por menos que soubesse sobre tartarugas, não tomaria como campo para sua pesquisa apenas áreas consideradas urbanas” (SUASSUNA, 2000, p.42 e 43). Para a autora citada (2001, p.42), “tudo levava a crer que a posição do Brasil em relação à inexistência de tartarugas marinhas ocorreu devido ao interesse no desenvolvimentismo”. Já que assumir a inexistência de tartarugas marinhas no Brasil, justificaria a não existência de investimentos para a área de pesquisa sobre esses animais.

Portanto a ausência de qualquer publicação científica brasileira pertinente ao assunto induzia a sustentação dessa hipótese. Como já foi dito, por parte do governo federal não havia qualquer política direcionada para a conservação de áreas marinhas. Enquanto isso, vários países como, México, Suriname e Costa Rica, possuíam tradição em pesquisa e alguns projetos dedicados à proteção da tartaruga marinha e em países como os Estados Unidos havia pesquisas que se dedicavam ao assunto há pelo menos vinte anos. As pesquisas afirmavam que se tratava de um animal migratório que

percorre no Oceano Atlântico, praias do Brasil, África, América do Norte e América Central (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.21).

Assim sendo, a sobrevivência das tartarugas marinhas tinha que ser por ações compartilhadas e, sua preservação dependia de ações de todos os países integrantes das rotas migratórias. “Como o Brasil não fazia nada, comprometia a trabalho dos outros países. Isso aumentava a pressão internacional. O maior país da América do Sul, com oito mil quilômetros de litoral, precisava tomar posição e atitude” (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.21). Então, em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1979, que teve como pauta a discussão sobre as políticas públicas de conservação ligadas as áreas marinhas, e, nessa ocasião, o Brasil foi pressionado (PATIRI, 2002).

A então recém-empossada Diretora do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes do IBDF, Maria Tereza Jorge Pádua, foi representar o Governo Federal na Conferência OEA/79. De acordo com Suassuna (2000, p.44), as discussões priorizavam o ecossistema marinho e como o Brasil não tinha qualquer programa nesse sentido, a representante do Brasil restringiu-se apenas a ouvir.

No livro “Assim nasceu o Projeto Tamar”, Pádua conta como foi a experiência: “Voltei envergonhada. Não sabíamos nada sobre tartaruga marinha. Não tínhamos qualquer indicação científica ou projetos na universidade.” (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.21). Pádua, engenheira agrônoma com Mestrado em Ecologia pela Universidade de Michigan (EUA), voltou à Brasília e começou a trabalhar no que se tornaria o primeiro programa nacional dirigido à proteção de recursos marinhos.

Pádua solicitou a Sudepe⁵ – na época responsável por todos os animais aquáticos- que transferisse para o IBDF, órgão ao qual ela estava vinculada, o trabalho de proteção às tartarugas e ao peixe-boi marinho, também ameaçado de extinção. Assim iniciaram-se as políticas oficiais voltadas à proteção dos recursos naturais marinhos (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000; SUASSUNA, 2001; PATIRI, 2002).

Desse modo, em 1980, Maria Tereza Jorge Pádua comandou as primeiras ações para implantação do que anos mais tarde, viria a ser o Projeto Tamar. O primeiro passo foi realizar um levantamento das espécies e principais áreas de reprodução das tartarugas marinhas no Brasil, para posteriormente fazer a proteção desses animais no litoral e nas ilhas oceânicas. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.21). As ações foram

⁵SUDEPE- Superintendência Regional do Desenvolvimento da Pesca, órgão também vinculado ao Ministério da Agricultura, era responsável pela gestão dos organismos marinhos.

realizadas, segundo Victor José Patiri (2002, p.84), “visando investigar a situação das tartarugas marinhas e, se possível, identificar áreas que justificassem a implementação de ações para a conservação e manejo”.

Em “Assim nasceu o Projeto Tamar”, Pádua conta como foi o início desse trabalho:

Começamos tudo do zero, com muita dificuldade, porque não havia tradição em oceanologia no Brasil nem equipamentos adequados disponíveis. Mas conseguimos contratar especialistas, fomos buscá-los onde eles estavam, na única faculdade de oceanologia do país. Tivemos a felicidade de escolher as pessoas certas, eles não tinham medo, mergulhavam, viajavam em qualquer embarcação, para qualquer lugar, sem seguro de vida, sem seguro saúde (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.21).

Essas pessoas a quem se refere Pádua em sua fala, são personagens fundamentais na história do Tamar de ontem e de hoje. Como dito, vieram da Faculdade de Oceanologia de Rio Grande-RS, pioneira na área. Mas antes de apresentar o papel desses personagens em atuação no Projeto Tamar, um fato ocorrido anteriormente contribuiu na formação deste grupo.

Nos últimos anos da Faculdade, um grupo de estudantes passou a organizar expedições a lugares isolados com natureza exuberante, com a curiosidade de conhecer, desbravar e pesquisar o litoral e as ilhas oceânicas do Brasil (PATIRI, 2002). Na primeira viagem em 1976, foram às ilhas de Fernando de Noronha-PE, em 1977 ao Atol das Rocas-RN e duas vezes à Abrolhos-BA em 1978 e 1980, além de inúmeras praias do Nordeste. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.15). Nessas viagens faziam pesquisa dirigida e contavam com o apoio e o estímulo do Professor Eliezer de Carvalho Rios, que na época dirigia o Museu Oceanográfico do Rio Grande do Sul, onde se encontrava o maior acervo de moluscos da América do Sul.

Em uma dessas expedições ao Atol das Rocas, um fato chamou atenção:

Nos dias e noites que ficaram em Rocas, ao amanhecer os estudantes encontravam rastros e muita areia remexida na praia, mas não se davam conta que a mudança no cenário era produzida pelas tartarugas fazendo os ninhos durante a madrugada. Em uma noite dessas, os pescadores que acompanhavam os estudantes desceram do barco, vieram até a praia e mataram onze tartarugas de uma só vez. A imagem foi chocante para os que assistiam à cena, devidamente fotografada. Foi a primeira vez que os estudantes viram uma tartaruga marinha. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.16).

Segundo o livro da Fundação Pró-Tamar, “na volta da viagem organizaram as fotos, até então inéditas no país, e encaminharam ao IBDF em Brasília, acompanhadas de relatório oficializando a denúncia.” (IDEM, p.16). De acordo com Suassuna (2001, p.41), não foi obtida nenhuma resposta do IBDF sobre a denúncia, provavelmente em função de este não ser o órgão competente para tratar de assuntos relativos às tartarugas marinhas, já que animais aquáticos eram de responsabilidade da Sudepe.

O grupo era formado dentre outros estudantes, por José Cauetê de Albuquerque, o Catu; Lauro Barcelos; Guy Marcovaldi; Lauro Madureira; Eunice; Maria Oliveira e Maria Ângela Azevedo, a Neca. Uma das integrantes da expedição a Rocas trabalhava no Zoológico de Porto Alegre e levou as fotos para mostrar aos seus colegas de trabalho, dentre eles Renato Petry Leal, chefe do núcleo de Zoologia. Assim Renato soube das expedições e se aproximou do grupo (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.16).

Contado essa parte da história voltamos para o projeto da Maria Tereza Pádua no IBDF, de proteção aos recursos naturais marinhos. Pádua designou Renato Petry Leal como coordenador da Divisão de Proteção e Fauna Silvestre, para formar a equipe de pesquisadores responsável pelo programa de ecossistemas marinhos. Como ele tinha conhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo grupo de estudantes da Faculdade de Oceanologia, convidou Catu, em 1979; posteriormente em 1980 Catu levou Guy Marcovaldi; os dois foram contratados para fazer o levantamento do peixe-boi e da tartaruga marinha (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.22).

Esse levantamento inicial tinha três objetivos definidos: mapear as espécies de tartarugas marinhas e suas principais áreas de reprodução; fazer uma avaliação quantitativa dessas espécies e proteger esses animais no litoral e nas ilhas oceânicas. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.23) Com base nesses três objetivos foram definidas as coordenadas e estratégias para a implantação do primeiro programa ambiental voltado para o ecossistema marinho do Brasil, o Projeto Tartarugas Marinhas, mais tarde denominado Projeto Tamar.

4.2. O COMEÇO, OBJETIVOS E FUNÇÕES DO PROJETO TAMAR.

Para alcançar os objetivos iniciais do Projeto, foi realizada a primeira etapa do trabalho de Levantamento das Praias de Desova de Tartarugas Marinhas no Brasil.

Nos primeiros meses de 1980 foram enviados questionários a prefeituras, universidades, delegacias regionais do IBDF e colônias de pescadores, de todas as localidades do Oiapoque ao Chuí. A equipe perguntava se as tartarugas eram vistas, se utilizavam as praias para desova e em que período do ano. Em caso afirmativo, se havia alguma utilização econômica do animal, seja do casco, carne ou ovos. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.27).

A partir deste trabalho, a catalogação dos questionários indicou a existência das tartarugas marinhas no Brasil e que desovam a partir do litoral norte do Rio de Janeiro até o Oiapoque, extremo Norte do Amapá. (IDEM, p.27). Após essa catalogação, começaram as pesquisas de campo, em maio de 1980, pelas praias da Paraíba, local escolhido por amostra aleatória e por estar no centro da área de interesse e com condições de trabalho bastante precárias: “Os dois oceanólogos responsáveis pelo projeto utilizavam-se de equipamentos próprios, meios de transporte inadequados e dispunham de pouca verba.” (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, P.27).

Suassuna (2001, p.47) afirma que “os dados primários foram registrados nos diários de viagem dos pesquisadores e juntamente com outras técnicas, como observação in loco e coleta de depoimentos com as populações tradicionais”, o que serviu para construir o quadro geral sobre a situação das tartarugas marinhas no Brasil. A equipe alternou viagens a estados já levantados e a outros estados ainda não pesquisados. E a partir de 1981, deu-se início a uma nova etapa do trabalho, com “a avaliação das potencialidades e da fase experimental para implantação do plano de manejo, além de algumas iniciativas de conscientização das comunidades. O objetivo era delimitar as áreas prioritárias para a proteção das tartarugas marinhas.” (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.30).

Como resultado do levantamento realizado, foi comprovada a ocorrência no Brasil de cinco, das sete espécies de tartarugas marinhas existentes no mundo, e a localização das principais áreas de reprodução delas no litoral Brasileiro (MARCOVALDI; MARCOVALDI; 1999). As espécies são Cabeçuda (*Caretta caretta*), de Pente (*Eretmochelys imbricata*), Verde (*Chelonia mydas*), Oliva (*Lepidochelys olivacea*) e de Couro (*Dermochelys coriacea*). (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.31).

No fim de 1982 e início de 1983, o Projeto Tamar monitorava efetivamente a primeira temporada de reprodução das tartarugas marinhas a partir de três bases definidas como prioritárias na conservação das espécies: Praia de Santa Isabel, em Pirambu, litoral Norte de Sergipe; Praia de Comboios, em Regência litoral Norte do

Espírito Santo; e Praia do Forte, litoral Norte da Bahia. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.31). Estes locais foram escolhidos como bases de proteção, principalmente, por serem os principais “sítios de desova”, como mostra trecho do livro sobre a história do Tamar:

[...] iniciou-se esse trabalho de proteção nessas três áreas de reprodução mais significativas, cada uma delas com foco em uma espécie ou em determinado motivo. No Espírito Santo, por exemplo, pela grande concentração de *Caretta* e pela exclusividade da *Dermochelys* – exclusividade entre aspas-, pela concentração maior da *Dermochelys*. A Bahia, o Norte da Bahia, pela concentração de *Caretta* e pela ocorrência de *Eretmochelys imbricata*, tartaruga de pente, internacionalmente a mais ameaçada. Em Sergipe, também, pela ocorrência de *Caretta*, e com uma concentração da *Lepidochelys olivacea*, a menor das tartarugas, com uma única área como conhecida de concentração, em toda costa atlântica brasileira. (SUASSUNA, 2001, p.50).

Para Suassuna (2001, p.85), foi “a partir do trabalho iniciado nas bases, começou a haver maior projeção e divulgação da necessidade de preservação das tartarugas marinhas”. Então, em 1982 a Sudepe baixou portaria proibindo a captura desses animais, dando respaldo legal ao trabalho desenvolvido pelo Projeto Tamar. (SUASSUNA, 2001, p.51).

Durante o período entre 1983 e 1988 o Tamar se expandiu bastante e um total de onze bases já estava implantado no fim de 1988. Paralelamente, foram realizadas reformas administrativas no Estado, incluindo os órgãos vinculados à área ambiental. As funções do IBDF foram transferidas para o recém-criado Ibama⁶ (PATIRI, 2002, p.86). Essas reformas provocaram mudanças no Projeto Tamar, e através da Portaria nº 186, de 22 de fevereiro de 1990, o Ibama devido ao crescimento do Projeto Tamar, considerou inadequado que fosse tratado em nível de projeto, e instituiu o Centro Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas - CENTRO TAMAR. (Diário Oficial da União, 1990).

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Victor Patiri (2002), o Centro Tamar foi criado com a finalidade de: controlar as zonas de reprodução e alimentação das tartarugas marinhas; realizar programas de conscientização ambiental; desenvolver estudos científicos e formas de manejo visando assegurar o uso sustentado das espécies; e manter um banco de dados com informações das atividades de manejo executadas. (PATIRI, 2002, p.86).

⁶O Governo optou em concentrar a execução das políticas relacionadas ao meio ambiente em um único órgão. Assim, foram extintos o IBDF, a Sudepe e a SMA-Secretaria do Meio Ambiente.

As áreas prioritárias para instalação de bases de proteção das tartarugas marinhas, que inicialmente eram três, foram expandidas para onze, como já foi dito, localizadas em: Alagoas-Praia do Peba; Bahia- Praia do Forte e Praia de Arembepé; Espírito Santo-Regência, Povoação e Guriri; Sergipe- Pirambu e Abaís; além das ilhas oceânicas de Trindade (ES), Atol das Rocas (RN) e Arquipélago de Fernando de Noronha (PE).

Segundo Patiri (2002, p.87), o Tamar, “ao se transformar formalmente em Centro de Pesquisa, tornou-se uma unidade descentralizada da estrutura organizacional do Ibama”, o que permitiu três vantagens operacionais: possuir dotação orçamentária própria, com recursos originados basicamente das diretorias do Ibama; maior flexibilidade de atuação; e mitigar eventuais interferências em nível de política local (PATIRI, 2002). Assim, foram estabelecidas as condições organizacionais para o desenvolvimento das atividades de proteção das tartarugas marinhas.

Além das mudanças na estrutura administrativa, “a marca (Projeto Tamar) já estava internalizada na memória coletiva da sociedade brasileira. Esta marca de valor imensurável para um programa de conservação ambiental, não é mais abandonada”. (PATIRI, 2002, p.88). A imagem das tartarugas marinhas entrou no ideário coletivo da sociedade e se transformou em sinônimo da luta pela conservação do meio ambiente.

O plano de manejo desenvolvido pelo Projeto Tamar foi elaborado com três, estratégias principais: a conservação das tartarugas marinhas; a identificação dos agentes causadores que levaram esses animais à ameaça de extinção; e a identificação e intervenção nas causas e efeitos (PATIRI, 2002). A seguir apresentaremos as técnicas utilizadas pelo Projeto Tamar para alcançar tais objetivos.

4.2.1 A atuação do Projeto Tamar *in loco*

As tartarugas marinhas, por serem espécies migratórias, ocupam diferentes regiões geográficas durante seu ciclo de vida, e para que a proteção das espécies de tartarugas marinhas sejam mais efetivas é necessário realizar ações específicas nessas áreas que elas utilizam para reprodução, alimentação e repouso. Portanto, esta parte técnica de trabalho do Tamar compreende o manejo, a pesquisa e a proteção das tartarugas marinhas. E foi exatamente para realizar essas atividades de pesquisa e manejo das tartarugas marinhas, que foram implementadas bases de proteção do Tamar.

A temporada de reprodução das tartarugas marinhas no Brasil ocorre entre os meses de setembro e março no continente e, de dezembro a junho, nas ilhas oceânicas (MARCOVALDI; MARCOVALDI, 1985). Nessa época, nas bases do Projeto Tamar situadas em áreas de desova das tartarugas marinhas, é realizado um trabalho de monitoramento efetivo das praias. “Trata-se de coletas sistematizadas de informações, com registros de ocorrências de desovas de tartarugas marinhas nas áreas protegidas” (PATIRI, 2002, p.88). Esse trabalho inclui as seguintes atividades: localização de desovas, marcação de ninhos e registros de eventuais problemas encontrados que possam interferir nas ações de manejo.

Na temporada de reprodução das tartarugas marinhas, o Projeto Tamar percorre diariamente os trechos de praia que são monitorados, os que fazem esse trabalho são chamados tartarugueiros. As atividades iniciam-se por volta de quatro horas da madrugada, indo, em alguns casos, até às oito horas da manhã (PATIRI, 2002, p.18).

No caso de encontrar-se desovas na praia, os ninhos das tartarugas marinhas são prioritariamente mantidos *in situ*⁷, ou seja, permanecendo no local onde a tartaruga deixou, devendo o local exato da desova ser sinalizado com estacas e proteção especial com auxílio de telas. Há também outra forma de procedimento quando ocorrem em áreas com maiores dificuldades de logística operacional pela distancia da base do projeto ou por possuir ameaça ao ninho pela ação antrópica, esses são transferidos para locais próximos as bases operacionais do Projeto Tamar, onde ficam em cercados de incubação. Os ninhos são transferidos conforme os padrões de manejo e colocados em locais pré-determinados que permitam o desenvolvimento dos embriões. (PATIRI, 2002). Os cercados de incubação (ver figura 6) são localizados na praia, mas dentro de uma área em que os pesquisadores podem monitorar mais facilmente em função da proximidade da base.

⁷ Conservação *in situ* é a “conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características” (Lei nº 9.985/00).

Figura 8: Cercados de Incubação do Projeto Tamar. Fonte: www.perdidoporai.com, 2013

Após 45 a 60 dias os filhotes nascem, preferencialmente à noite, e são imediatamente liberados ao mar. (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000). O Tamar, segundo informações no próprio site⁸, já liberou cerca de 25 milhões de filhotes nas campanhas de proteção ao ciclo de reprodução em seus trinta e cinco anos de atuação. No momento de eclosão e retirada dos filhotes de tartarugas marinhas do ninho, as equipes técnicas, com o apoio dos estagiários, recolhem dados estatísticos sobre a “frequência relativa, morfometria das fêmeas matrizes, da distribuição sazonal e espacial dos ninhos de cada espécie, das taxas de eclosão e o período de incubação de cada desova” (PATIRI, 2002).

Junto ao trabalho de monitoramento da reprodução das tartarugas marinhas, o Projeto Tamar trabalha com a proteção das áreas de alimentação e repouso das Tartarugas marinhas. Estas ações estão concentradas em Almofala-CE, em Ubatuba-SP, no Arquipélago Fernando de Noronha-PE, Atol da Rocas-RN e Pirambu-SE. Segundo Patiri (2002, p.95), nessas áreas de alimentação adotam-se duas linhas de operação: “na primeira, o salvamento e estudos dos animais capturados incidentalmente nas distintas artes de pesca – principalmente artesanais; e na segunda, através de mergulho livre, pesquisa-se o comportamento dos animais em ambiente natural.”. Além disso,

Em ambos os casos são coletados dados morfométricos e a marcação dos animais para estudo das rotas migratórias. Registram-se frequentemente capturas acidentais de tartarugas marinhas. Observa-se também a participação dos pescadores locais que auxiliam na

⁸ www.tamar.org.br

execução dos trabalhos de monitoramento e resgate. (PATIRI, 2002, p.95).

Paralelamente, outro trabalho do Projeto Tamar é o desenvolvimento de pesquisas científicas para o aprimoramento epistemológico das tartarugas marinhas e das técnicas de manejo e, frequentemente essas pesquisas geram diversas publicações. No tratamento das informações e divulgação dos resultados científicos de proteção e pesquisa das tartarugas marinhas, de acordo com Patiri (2002, p. 96), as informações coletadas a partir das bases operacionais são padronizadas e armazenadas em um banco de dados e os resultados permitem realizar intercâmbios com programas congêneres de outros países, dando origem a redes de cooperação que contribuem para uma proteção mais efetivas das espécies de tartarugas marinhas. Essas pesquisas oferecem suporte técnico para elaboração e acompanhamento de políticas públicas direcionadas para as áreas de ocorrências de tartarugas marinhas, como: portarias ministeriais para restrição de utilização de artes de pesca pouco seletivas ou por determinados períodos; normas de ocupação e critérios de iluminação artificial para as praias identificadas como áreas de reprodução; e planos de manejo de unidades de conservação. (PATIRI, 2002).

Dessa forma, a intervenção do Projeto Tamar ocorre em vinte e uma comunidades litorâneas, que são definidas tecnicamente pelo Projeto Tamar como bases de proteção para reprodução e bases de proteção para alimentação. Mas, dentro da competência do Projeto Tamar, percebe-se que, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e manejo, tem atuado no processo educativo, pois promove programas de conscientização junto às comunidades locais. É notável que houve uma ampliação dos objetivos originais do projeto quando surgiu, de caráter ambientalista, para poder acompanhar a realidade do processo de intervenção junto às comunidades envolvidas, porém, isso será discutido um pouco mais a frente.

4.3 A GESTÃO INTEGRADA ENTRE O ICMBIO E A FUNDAÇÃO PRO-TAMAR

A parte governamental do Tamar é representada pelo Centro Tamar, um dos muitos centros do ICMBio, que é responsável pelas pesquisas e atividades de conservação ambiental. Já a Fundação Pro-Tamar é uma organização não governamental (ONG), que foi criada em 1988 para auxiliar o Projeto Tamar em suas atividades de intervenção social e no gerenciamento financeiro (SILVEIRA, 2011).

Portanto o Tamar configura-se como uma formação híbrida, ou seja, os trabalhos desenvolvido pelo projeto são realizados conjuntamente pela parte estatal – representada pelo Ibama-ICMBio⁹ - e por uma organização não governamental (ONG), a Fundação Pró-Tamar.

Como discutido anteriormente, o Tamar além de realizar as atividades de manejo que compreendem a parte técnica de proteção e estudo das tartarugas marinhas, passou a executar um trabalho de intervenção, caracterizado pela interação ou ação social nas comunidades onde o projeto instala suas bases. Foi a partir da criação da ONG Fundação Pró-Tamar, em 1998, que esse trabalho de intervenção passou a desenvolver-se de modo mais enfático (SUASSUNA, 2001, p.85). A ONG Fundação Pró-Tamar partiu de uma ação coordenada por Guy e Neca Marcovaldi, que na época exerciam as funções de Presidente e Coordenadora Regional do Projeto Tamar, respectivamente. De acordo com Silveira, as responsabilidades da ONG Fundação Pró-Tamar são: “a administração financeira, a contratação de funcionários e a distribuição das verbas para as atividades do projeto” (SILVEIRA, 2011, p.100).

Suassuna (2001, p.85) afirma que “o grupo do Projeto Tamar percebeu a necessidade de ampliar as áreas que estavam sendo monitoradas, mas também como estender sua atuação em cada um daqueles estados”. Em entrevista à Suassuna (2001, p.85), Guy Marcovaldi explicou que naquela época “o repasse de verbas do Governo Federal foi reduzido, tornando incompatível a ampliação do programa com a quantidade de recursos financeiros disponíveis”. Ou seja, o orçamento tornou-se insuficiente, devido ao crescimento do Projeto Tamar e houve a necessidade da criação da Fundação Pró-Tamar.

Silveira (2011), também considera que um dos motivos da criação da Fundação Pró-Tamar foi a necessidade um órgão que pudesse captar recursos da iniciativa privada, como os patrocínios, que não poderiam ser arrecadados por uma instituição governamental.

Além dessa carência por recursos financeiros, de acordo com Patiri (2001, p.89), havia a necessidade de “legitimar o trabalho de cerca de 150 pessoas que já atuavam regularmente no Projeto Tamar e que, em sua grande maioria, não se encontravam vinculados a nenhuma instituição”.

⁹ Devido a uma subdivisão no Ibama, os Centros de Pesquisa foram transferidos para a Diretoria de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade Diretoria de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade-ICMBio, portanto atualmente a Projeto Tamar está vinculado ao ICMBio.

A partir do momento em que houve o estabelecimento da ação conjunta entre o Ibama e a Fundação Pró-Tamar, o todo constituído pelo Projeto Tamar apresentou um crescimento acentuado, posto que em quatorze anos ampliou de três para vinte e uma as áreas cobertas pelo monitoramento do grupo do Projeto Tamar. Isso significa que muitas comunidades litorâneas foram sofrendo o processo de intervenção dessa política de caráter ambiental. (SUASSUNA, 2001, p.86).

Com o crescimento do Projeto, foi ampliado o número de funcionários, de programas, e de comunidades que sofreram intervenção. Em contrapartida, o aumento de recursos financeiros para o projeto foi possível pela existência da ONG Pró-Tamar, que estabeleceu convênios a fim de receber patrocínios, como podemos perceber em um trecho da pesquisa de Suassuna (2001, p.99):

[...] atualmente, o Ibama contribui com 25% e a Fundação Pró-Tamar financia os 75% restantes, com a ajuda de convênios com a União Europeia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BIRD, Petrobras, que é patrocinadora oficial do Projeto desde sua criação e de outras empresas. No entanto, a comercialização de produtos com a marca Tamar tem sido uma contribuição crescente, cuja finalidade é a promoção da auto sustentação do Projeto.

Para Patiri (2002, p.90), essa parceria entre Estado e ONG, neste caso, anteriormente o Ibama e atualmente o ICMBio, e a ONG Pró-Tamar, “permite mitigar os efeitos negativos inerentes às constantes oscilações de natureza orçamentária e às sucessivas alternâncias dos quadros de liderança do órgão governamental”. A relação entre o Ibama/ICMBio e a ONG Fundação Pró-Tamar é um exemplo desse tipo de parceria entre o público e o privado, criando, na prática um ambiente híbrido que busca tornar mais consistente as ações do Projeto Tamar.

Marcos Zurita (2006) acredita que esta configuração entre Ibama e ONG Pró-Tamar ocorreu devido à Constituição Federal de 1988 delegar aos poderes locais e ao Terceiro Setor a tarefa de atender premissas de seus interesses, outorgando uma inserção política mais definidas a estas instâncias administrativas. Assim, o Estado eximia-se de intervir assistencialmente para atuar como estimulador de parcerias entre os setores público-privados e como coordenador e fiscalizador das ações da sociedade civil.

Suassuna (2001, p.99), também considera que “a necessidade de estabelecer convênios da sociedade civil faz parte da política estatal, que preconiza o encolhimento do Estado.” Isso implica na divisão de responsabilidades estatais com a sociedade civil,

instituindo-se uma relação horizontal entre Estado e organismos não governamentais, permitindo estabelecer convênios, patrocínios e parcerias com a iniciativa privada. (SUASSUNA, 2001).

De acordo com a Fundação Pró-Tamar (2000), para os coordenadores do Projeto Tamar, a constituição da ONG lhes deu maior flexibilidade na gestão dos recursos financeiros e com isso a possibilidade de auto sustentação tornou-se mais concreta, conforme mostra trecho do livro da história do Tamar:

Delineava-se com mais clareza a consciência de que, para sobreviver e cumprir sua proposta de trabalho com responsabilidade técnica e profissional, um programa de conservação da natureza no Brasil não poderia depender somente dos orçamentos governamentais. (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000, p.90).

Porém, devemos considerar que se por um lado, houve certa autonomia da ONG Fundação Pró-Tamar em relação ao governo federal, por outro, a ajuda financeira de organismos privados pode ser interpretada como uma relação de dependência econômica. Mas, de acordo com a ONG Pró-Tamar, o Projeto Tamar busca a auto sustentação:

Começa a encontrar novos caminhos para captar recursos, inclusive através do turismo ecológico e da comercialização de serviços, além dos produtos. Todos os recursos são integralmente revertidos em ações prioritárias de pesquisa e proteção das tartarugas marinhas no Brasil – inclusive os salários dos pescadores e moradores das comunidades costeiras diretamente envolvidos nas atividades do Projeto. (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000, p.92).

Atualmente o Projeto Tamar é mantido por verbas derivadas de três fontes: o Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente/ICMBio); patrocínios de empresas e instituições nacionais e internacionais, sendo a Petrobrás a patrocinadora oficial; e programas de auto sustentação como a venda de produtos da marca Tamar nas lojas e cobrança de ingresso nos Centros de Visitação. (SILVEIRA, 2011; PATIRI, 2002).

Podemos perceber que a criação da ONG Fundação Pró-Tamar, não se resume à necessidade de recursos financeiros, além disso, o seu surgimento teve como objetivo a busca pela inclusão das comunidades envolvidas. De certa forma, a necessidade dos recursos financeiros deu-se para fomentar programas na área social, além de ambiental. Assim sendo, o Projeto Tamar deu um passo significativo para seu posicionamento no movimento ambientalista brasileiro dentro de uma visão mais humanista, ou podemos

chamar de socioambiental. A seguir aprofundaremos essa discussão apresentando a auto sustentação e a educação ambiental no Projeto Tamar, dois aspectos que envolvem as comunidades locais.

4.4 OS CENTROS DE VISITANTES E A AUTO SUSTENTAÇÃO DO PROJETO TAMAR

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Projeto Tamar, percebe-se que além da pesquisa e manejo, existe um processo educativo, que promove programas de educação junto às comunidades locais, e também com público em geral nos Centros de Visitação (CV's). Quando iniciaram as instalações das bases de proteção, o grupo do Tamar percebeu que enfrentariam dificuldades para mudar os hábitos e práticas em relação às tartarugas marinha. Em trecho de entrevista cedida à pesquisa de Suassuna (2002, p.67), Neca Marcovaldi, contou que:

Se nós não déssemos meios para que o pescador deixasse de matar e comer os ovos das tartarugas o projeto não ia pra frente. A solução encontrada foi o pagamento de um salário-mínimo (que, inclusive era mais difícil de ser encontrado algum pescador que ganhasse o mínimo) pra fazer com que esse pescador parasse de matar a tartaruga e fosse um aliado no trabalho de proteção.

A partir disso, o Projeto Tamar inicia um programa de sustentabilidade, sobretudo econômica, apesar de que apenas alguns pescadores terem sido beneficiados, pois nem todos são contratados. Porém, foi o suficiente para mudar a relação dos pescadores com a natureza, especialmente com a tartaruga marinha. “O Projeto Tamar apresentava indícios de que sua política de intervenção ia de encontro ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado Brasileiro” (SUASSUNA, 2001, p.67). Parte do trabalho técnico do Tamar, na opinião de Suassuna (2001, p.65), tem uma consequência:

[...] modifica as relações estabelecidas entre a natureza e os indivíduos das comunidades que sofrem a intervenção. A modificação das relações entre homem/natureza pode sugerir que o Projeto Tamar desempenha no espaço público um papel de um agente externo, promotor de uma política de desenvolvimento.

O meio encontrado pelo Projeto para alcançar seus objetivos desenvolvendo um programa sustentável, foi a auto sustentação, através do turismo (PATIRI, 2002). O Projeto Tamar procurou convergir suas ações baseadas nos princípios de ecoturismo, desenvolvendo-o nas áreas com vocação turística. Nessas localidades foram construídas, juntamente às bases operacionais, espaços para a visitação pública, denominados Centros de Visitação (CV). Trata-se de uma espécie de museu, com informações específicas sobre o comportamento das tartarugas marinhas, elementos ilustrativos, tanques e aquários onde é possível a observações desses animais pelos visitantes.

O principal objetivo dos CV's é promover a compreensão das atividades de conservação destes animais e suas inter-relações com a comunidade local através da realização de atividades de interpretação e educação ambiental (PATIRI, 2002). A interpretação nos CV's é considerada "[...] um processo de comunicação destinado a desenvolver o interesse, o respeito e a compreensão do visitante por uma área e seus recursos naturais e culturais" (IBAMA, 1997, p.23).

Mas, além disso, é uma importante fonte de renda para o Projeto. Patiri (2002, p.110), afirma que "pela observação direta dos demonstrativos financeiros e contábeis da Fundação Pró-Tamar, foi diagnosticado que os Centros de Visitantes transformaram-se na principal fonte de recursos do Projeto Tamar." .

A entrevista com o pescador que trabalha com o Tamar, Zé Mero, reforça a importância do turismo como fonte de renda para o Tamar:

Eles (os turistas) ajudam, porque com eles é que o Tamar mantém esse bocado de funcionário, porque se não fosse a visitação dele, porque hoje a Petrobrás não banca mais o Tamar como bancava antes, hoje o Tamar sobrevive do lucro da bilheteria, da loja, entendeu? Então, se não tiver turista não tem renda, e se não tiver renda não tem funcionário. Zé Mero.

Esses recursos financeiros vêm das vendas de produtos da marca Tamar como roupas, artesanatos e *souvenirs* em geral, nas lojinhas que se localizam dentro dos CV's. Além da receita proveniente da cobrança de ingressos, que no CV's da Praia do Forte-BA, custa vinte reais por pessoa. O Projeto Tamar desenvolveu a estratégia de integrar a demanda dos turistas por adquirir produtos temáticos alusivos à causa institucional, a partir de sua oferta destes na lojas do CV's.

Ao mesmo tempo, a produção desses produtos é realizada por pessoas das comunidades onde estão instaladas bases do projeto com menor vocação turística, e,

portanto que não possuem CV, a distribuição da produção é organizada desta forma para ser uma alternativa de fonte de renda para a comunidade local. Desta forma, as comunidades localizadas em bases com menor vocação turística, foram inseridas na relação como fornecedores de produtos para os CV's. Patiri (2002) denomina essa forma de organização da produção e distribuição como "Cadeia Socioprodutiva", para ele, essa colaboração entre produtores e fornecedores, permite a sustentabilidade institucional, e a criação de alternativas econômicas comunitárias.

A formação das redes horizontais internas de distribuição proporciona melhores oportunidades para se atingir o mercado consumidor. Nesse caso, o público alvo é cerca de 1,2 milhões de pessoas que circula anualmente pelos CV's, pontos de informação e exposições itinerantes (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2002, p.5).

Provavelmente, caso o Projeto Tamar não utilizasse essa estratégia, não teriam a possibilidade de atingir outros mercados a não ser o do próprio local de produção, comprometendo a sustentabilidade de muitos grupos produtivos. Essa criação de alternativas econômicas comunitárias permite promover em comunidades distintas, a agregação de valor, com a realização completa do ciclo de produção, distribuição e vendas. Com essa cadeia socioprodutiva, os fluxos de vendas e de renda se distribuem pelo mercado regional e além dele.

Patiri (2002) considera que na cadeia "socioprodutiva" dos produtos Tamar, a comercialização se destaca na Praia do Forte-BA e em Fernando de Noronha: Durante o ano de 2001, a loja do CV de Praia do Forte (BA) vendeu 36.724 peças produzidas (27,72% do total), enquanto que Fernando de Noronha (PE) vendeu 22.146 peças (16,72% do total). Os pontos de informação localizados em Vitória-ES, venderam 37.931 (28, 63% do total). Agregando estes locais, durante o ano de 2001, movimentaram 73,07% do total produzido pelas duas confecções.

Com essa cadeia socioprodutiva, o Projeto Tamar gera entre suas bases fluxos de transferências de produtos das bases operacionais, em lugares com menor vocação turística, como Pirambu-SE e Regência-ES, para as bases situadas em locais com maior vocação turística, como Fernando de Noronha-PE e Praia do Forte-BA. Isso significa também transferência de recursos financeiros, que apresenta sentido inverso (PATIRI, 2002, p.114).

Como resultados, além da geração de oportunidades de emprego e geração de renda para as comunidades locais, o superávit das operações dessa "cadeia socioprodutiva",

subsídia a realização das atividades de conservação das tartarugas marinhas, valorização cultural e outros programas educativos que o Projeto Tamar desenvolve. Segundo Patiri (2002, p.116), “O superávit das atividades de auto sustentação veio a se constituir como a principal fonte de recursos arrecadados pela Fundação Pró-Tamar”.

Além disso, Patiri afirma que com as características socioambientais destacadas, o Tamar recebe incentivos fiscais por parte do poder público, através do CONFAZ- Conselho Nacional de Política Fazendária, que concede o benefício da isenção da tributação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias-ICMS, nas operações de saídas realizadas pelo Projeto Tamar desde 1992.

A missão do Projeto Tamar é a proteção das espécies de tartarugas marinhas. O desenvolvimento local é realizado em pequenas comunidades litorâneas e observam-se três tipos de atividades que contribuem para tal: os programas educativos; valorização cultural e alternativas econômicas sustentáveis.

5. O PROJETO TAMAR NA PRAIA DO FORTE-BA

5.1 HÁBITOS DE PESCA E CAÇA DA TARTARUGA MARINHA NA PRAIA DO FORTE ANTES DA CHEGADA DO PROJETO TAMAR.

Nas entrevistas realizadas com os antigos pescadores, quando perguntados sobre como era a relação deles com a tartaruga marinha e o consumo de carne e de ovo deste animal, ele relataram em detalhes seus costumes e tradições da época anterior à chegada do Tamar e proteção as espécies da tartaruga marinha.

Eu comi muito! O pessoal comia muito! Na desova, nessa época, agora a desova vai começar, o pessoal tinha os dias certo de ir descavar, pra pegar os ovos pra vender, o casco... Acontecia às vezes você pegar o ninho e pegando ela subindo, ela subindo é uma boba, você pega ela e vira, pronto. Você matava, você aproveitava a carne, o casco delas é de pente você vende aquilo, botava pra enterrar, depois de uns sessenta dias você descavava. - Buduga.

No relato de Buduga fica evidente que o consumo da carne e ovos da tartaruga marinha era costume na Praia do Forte, além do aproveitamento do casco. E a existência de saberes de técnicas para capturar o animal, conhecendo inclusive os dias certos em que as tartarugas iam desovar.

Os relatos a seguir, são sobre a captura da tartaruga no mar:

Tem um rapaz mesmo que morreu há semana, tem duas semanas, chamava-se Tonhó, ele ia pegar, ele pegava cada tartaruga... Mas era tartaruga mesmo, enorme! Ele ia mergulhando, quando a tartaruga subia ele descia, quando ele descia, a tartaruga subia, aí já atrás da tartaruga, passava o anzol e a turma de terra com uma corda aguentava. –Buduga.

“Aguentava” significa que os homens puxavam pela corda, até a areia da praia, como reafirmado por outro pescador:

Um tio meu que morreu há pouco tempo aí, Tonhó, ele ia, pegava ela com um anzol e os homens ficavam em terra e puxava e vinha trazendo e fazia aquela farra lá, só eles mesmo, menino não participava não, menino só olhava. – Zé Mero.

Esses relatos nos transmitem a visão de que a captura da tartaruga consistia em uma atração, da qual participavam muitas pessoas como podemos perceber nos termos “turma”, “os homens ficavam em terra” e “fazia aquela farra”. Pelos relatos temos a impressão que a diversão começa na captura, que lembra o “cabo de guerra”, uma disputa de forças entre homens através de uma corda. Nesse caso, o desafio é disputar força com a tartaruga.

Outra forma de pegar a tartaruga ou os ovos dela é o momento da desova, que era comumente acompanhada pelos pescadores, Seu Nuca conta detalhadamente como acontecia:

Nós saía, quando chegasse lá nós ficava sentado no coqueiral, esperando vê lá na beira da praia. Daí a pouco eu digo, lá vem ela. Ela subia quando chegava, olhava pra uma coisa, pra outra... Se você vê, o que é a natureza...Ela cavando um buraco pro lado e pro outro, é uma coisa fora do sério, cavava, cavava, cavava, quando ela ficava na posição de pôr, que começava a pôr, você chegava, acendia a luz que você quisesse aí, ela fazia todo serviço ali e não lhe incomodava, depois que ela fazia, começava enterrar os ovos e batendo com areia, é um negocio fora do sério. Depois então, que ela fazia, ela começa a ciscar tudo para você sair do ar, não saber onde tá a ninhada. – Seu Nuca.

O próprio Seu Nuca se impressiona com o comportamento das tartarugas marinhas, e suas habilidades para fazer o ninho onde depositam os ovos e depois espalhar a areia no local, disfarçando a localização exata do ninho na tentativa de protegê-lo dos predadores. Porém, apesar de toda a habilidade das tartarugas marinhas o pescador com seu conhecimento tradicional acaba se sobressaindo, conforme mostra uma técnica ensinada por Seu Nuca para encontrar a localização do ninho da tartaruga:

Vou le dar uma explicação, se um dia você chegar num lugar e vê uma ninhada, ficar difícil, você para assim ó, viu os mosquitos só ficam em cima de onde ela pôs, aí você já vai na certeza com um pau, pronto é aqui. Num precisa você olhar tudo lá, que ela já faz aquilo pra tirar você do ar, tá entendendo?-Seu Nuca.

Assim, os pescadores descobriam onde estavam as desovas da tartaruga e recolhiam os ovos do ninho para consumo e até comércio.

5.1.1 O consumo dos ovos e da carne da tartaruga marinha

Tinha muita gente que usava muito ovo de tartaruga. Mas depois do projeto pra cá, os pescadores se conscientizaram e não fizeram mais nada, não mataram mais tartaruga, nem fizeram mais ovos, nem nada, aderiram completamente o projeto... Consumia os ovos assim, mas nem todos né? Eu mesmo não comia que eu não gostava. – Santana.

Santana conta que o ovo de tartaruga era bastante consumido, mas depois se contradiz ao dizer “mas nem todos” comiam o ovo da tartaruga, inclusive ele, que não gostava. Seu Nuca tem a mesma opinião de Santana, para ele o ovo da tartaruga também não agradava:

Antigamente a tartaruga subia, desovava, eles cavavam os ovos, levavam pra comer... Muitas pessoas porque eu mesmo nunca gostei, é um amisque demais. Então, acabava ainda matavam às vezes a tartaruga. Quando ela acabava de pôr, no descer dela, eles pegavam e matavam. – Seu Nuca.

Ele reafirma o que já foi contado acima, sobre a caça dos ovos da tartaruga marinha após a desova, quando os pescadores os retiravam do ninho. Além disso, algumas vezes aproveitavam para matar a tartaruga marinha que acabara de desovar.

Teteu, ao contrário de Santana e Seu Nuca – que não gostavam do ovo – gostava e comia o ovo da tartaruga marinha, que era encontrado em grande quantidade a cada desova.

A gente comia o ovo, os ovos da tartaruga a gente comia, comia a carne, a gente pescava... A gente achava uma ninhada de tartaruga, ia lá pegava, pegava 150, 160 ovos. – Teteu.

Ele ainda descreve como era o preparo desses ovos para o consumo, uma maneira especial:

Escaldava e botava no sol porque só pode comer assim. O ovo da tartaruga é escaldado, aferventado como se diz na gíria, e bota no sol pra ele secar bastante. Era bom, gostosinho. – Teteu.

Em sua maioria, os pescadores afirmaram que não apreciavam os ovos da tartaruga marinha. O próprio Teteu que ao contrário dos demais, gostava, afirma que ainda assim tinha preferência pela carne da tartaruga que o ovo. – “A carne melhor ainda, fazia ensopado, o ensopadinho era bom (risos)... Mas também **não era muita demais não, nós de vez** em quando pegava uma assim pra comer.” (grifo nosso) – Teteu. Outro pescador, Zé Mero, divide a mesma preferência:

Eu particularmente, é um ovo que não tem valor nenhum... Era um ovo areento, você comia, você sentia assim você comendo areia, horrível. A carne era muito boa, viu! Já comi muita, muita. – Zé Mero.

A carne da tartaruga marinha fazia mais sucesso no gosto dos pescadores. Porém, ela necessitava um preparo muito especial e difícil, que segundos os pescadores não eram todo mundo que tinha conhecimento de como fazê-lo.

Nem todo mundo sabe trabalhar com a carne da tartaruga marinha. Não sabe, só pessoas que tem conhecimento! Porque a tartaruga você tem que usar, tratar ela, tem a carne dela ela vem coberta de gordura se você não sabe tirar aquela gordura toda como quem trata um fígado de boi, você não come. Porque a banha dela tem um cheiro insuportável. Então muitas pessoas não sabem. – Seu Nuca.

Era necessário um conhecimento específico para tratar a carne desse animal, que muito provavelmente faz parte dos conhecimentos tradicionais dessa comunidade de pescadores.

Uma tartaruga em si, ela se pesar duzentos quilos, ela vai ter a base de uns cinquenta de carne, se muito tiver. Porque só as partes dianteiras que é a carne da tartaruga, as outras não têm quase nada. Então, não dá pra consumo. Aqui ninguém fazia... o pessoal pegava aquela quando tinha tartaruga, levava aquele pedaço pra casa, preparava viu, com os temperos de carne pra poder comer viu...e até se a pessoa não souber, não adianta você pegar ela e colocar pra aferventar, sem saber como aferventar, que ela não sai o cheiro dela, você não tem como conseguir comer. É saber mesmo. Aqui é tanto, que o pessoal aferventava ela com folha de aroeira dentro, pra tirar o cheiro. Agora, é uma carne de primeira, é uma carne especial que você não diz que é tartaruga, você comendo. – Seu Nuca.

Além disso, a banha da tartaruga marinha tinha proveito medicinal. “A banha da tartaruga nós tirava a banha, fervia, que é muito bom na medicina, você tem um lugar com impinge, qualquer coisa, você passa, esquenta ela, passa e aquilo acaba” – Seu Nuca.

Ao que parece, de acordo com depoimento de Seu Nuca e com o depoimento a seguir de Zé Mero, o problema na carne da tartaruga era o cheiro, demasiado forte. Portanto todo o tratamento necessário para o consumo da carne era para tirar esse cheiro da carne.

Tem um cheiro... que tem que saber (tirar), se você vê abrindo uma tartaruga, é horrível, o cheiro é horrível. Aqui na Praia do Forte é pouco os admirador da carne de tartaruga, porque nem todo mundo sabe tratar, aprontar, porque ela tem um, um amisque muito forte, é um cheiro muito forte, um sabor muito forte, você tem que saber escaldar, tem que ser, sabe a folha de aroeira né? Tem que escaldar com folha de aroeira, tem que tá bem temperada, senão você não consegue comer. Você chega, se não tiver cozinhando tem que sair todo mundo de dentro da cozinha, é...têm que ser seca, algumas num secam, outros faziam um ensopadinho bem desfiado. – Zé Mero.

Esse ensopado da carne de tartaruga citado parece ter sido bastante apreciado, pois foi comentado mais de uma vez durante as entrevistas.

Uma das coisas que chamou atenção foi o fato dos pescadores afirmarem que a pesca e caça da tartaruga e dos ovos era para subsistência, ou seja, eles não dependiam desse animal para a sobrevivência, era apenas um complemento na dieta alimentícia da comunidade, como mostram alguns trechos de entrevistas.

“Quando não era proibido a gente botava a rede, a gente não jogava ela fora, trazia a carne... Mas não era por necessidade.” - Zé Mero. Aqui, o que Zé Mero quer dizer é que quando a rede de pesca era colocada, a tartaruga marinha acabava sendo capturada incidentalmente, o que era comum acontecer devido ao tipo da rede de pesca, a tartaruga marinha ficar presa. E, apesar da intenção dos pescadores ao colocar a rede serem a pesca dos peixes, eles acabavam aproveitando a carne da tartaruga capturada nessas circunstâncias, com se diz na expressão “caiu na rede é peixe”.

“Ninguém comercializava as tartarugas não, era só por influencia mesmo assim, nós num sobreviva dela não.”– Santana. “Mas também não era muita demais não, nós de vez em quando pegava uma assim pra comer.” – Teteu. As falas de Santana e Teteu

reafirmam que o consumo da carne da tartaruga era de subsistência. “Porque tem no raio do Sul da Bahia aí que nego viveu, veve até hoje aí de tartaruga, se alimenta de tartaruga, aqui não, aqui tanto faz.” – Zé Mero.

A gente não vivia de tartaruga, até quem catava os ovos de tartaruga não era... Num era pra comer por necessidade sabe, num pegava pra comer por necessidade, só tinha uma pessoa que vivia de ovos de tartaruga que não era de Praia do Forte, era de Campinas, ele colhia direto, saia uns sacos de ovos.– Zé Mero.

Interessante perceber nesta última fala de Zé Mero, que ele aponta apenas uma pessoa que utilizava os ovos da tartaruga marinha para a sobrevivência: um forasteiro. Mesmo considerando que este fato seja verídico, fica claro de certa forma que existe uma preocupação em resguardar a imagem da Praia do Forte e dos pescadores em relação ao consumo da tartaruga marinha, mesmo que na época em que eles o faziam, não tinham conhecimento de que era proibido. Eles afirmam: comíamos, mas não era bom; pescávamos, mas era acidentalmente, existe uma negação por trás da confirmação.

5.1.2 A festa

Enquanto ficava claro que a tartaruga marinha não era fonte de subsistência para a comunidade de pescadores da Praia do Forte, por outro lado se tornava mais presente nas falas dos pescadores a existência de festividades que tinham como atrativo principal consumir a carne da tartaruga marinha. Como percebemos nos relatos a seguir:

“A carne da tartaruga também ela não é lá aquele valor todo não, e só às vezes a pessoa pegava pra fazer **programa** (risos), pra tomar com cachaça, essas coisas.” – Buduga. A motivação para capturar a tartaruga é reafirmada por Santana:

Pegava assim, uma ou duas quando queria fazer um **esquema**, era a turma moderna, no meu tempo, no tempo de Nuca, que nem o rapaz que morreu também há poucos dias chamado Tonhão. A gente ia pegar a tartaruga pra fazer **esquema** né? Esquema, faziam uma **farra**, um negócio assim. Comer tartaruga de pesca de sapeca, assada assim, é só isso. – Santana.

Seu Nuca, da mesma forma que Buduga, utiliza a palavra “programa” para descrever essa comemoração, que podemos chamar de momento de lazer: “Alguns pegava porque, nós mesmo já pegamos muita tartaruga, agora como **programa**. Chegava uma pessoa assim que queria ver pegar uma tartaruga, nós saía aí e pegava.” – Seu Nuca.

Buduga, Santana e Seu Nuca usam as palavras “programa” e “esquema” para descrever essas festividades. A “farra”, ao que parece, começava desde a captura do animal que posteriormente seria o banquete da festa, como mostra de Seu Nuca ao comentar que às vezes chegava alguém de fora querendo presenciar esse acontecimento.

“E a carne às vezes nós fazia programa, que queria dois quilos de carne, dava um litro de cachaça. Era gente bebendo pra danar, a folia só era essa aí. Mas, nós não consumia direto né? Não consumia direto.” – Seu Nuca.

Na fala “a folia era só essa”, percebemos que naquela época não havia formas de lazer e diversão para os pescadores da Praia do Forte, e que a captura da tartaruga marinha e posteriormente comemoração era o único “programa” que eles tinham, onde era comum também o consumo de álcool.

A gente não vivia de tartaruga, mas tinha alguns mais velhos que faziam festa, determinadas data do mês, dia de sábado, tinha uma festa da tartaruga, que eles pegavam uma tartaruga pra fazer a farra deles, então todo sábado tinha aquela ali. Tinha o aniversário de alguém, aí pegava uma tartaruga, vamo comer essa tartaruga... – Zé Mero.

Assim como antes uma das falas aponta um forasteiro como único que comercializava os ovos da tartaruga. Apareceram diversas vezes nas falas dos entrevistados o nome Tonhó, que havia falecido há poucos dias, como o responsável pela captura das tartarugas no mar. A seguir, novamente aparece o nome Tonhó, apontado por Zé Mero como último que praticava dessas festas onde comiam carne da tartaruga marinha, apesar de outros entrevistados terem afirmado que participavam. Parece-me mais uma tentativa de apagar algo do passado que hoje eles consideram um comportamento errado.

Aqui isso aí até, até o pessoal que fazia essas farras num existe mais nenhum, o último foi esse agora, Tonhó que morreu, o último das farras, acho que já morreu tudo, que eles faziam essa farra e bebiam muito, muita cachaça, muita pimenta, e aquilo ali, ninguém se cuidava naquela época, o fígado véi vai embora, vai rim, tudo...Aí morria não sabia nem de quê. Hoje não, hoje ninguém vai pegar tartaruga pra comer. – Zé Mero.

Nos trechos das entrevistas vistas até agora, podemos perceber alguns fatos contados se repetem na fala dos diferentes pescadores. Por exemplo, foi geral falar do consumo da carne da tartaruga para festejar, também na preferência pela carne dentre o ovo da tartaruga marinha e também ao fato de que a captura da tartaruga marinha não era para subsistência. Algumas falas dos pescadores são tão parecidas que impressionam.

A explicação pode estar no que o etnólogo Willliam Rivers Rivers (1914 apud BOSI, 1994), chamou de “convencionalização”, que é o processo pelo qual imagens e ideias, recebidas de fora de certo grupo de pessoas, no caso estudado por eles os indígenas, acabam assumindo uma forma de expressão ajustada as técnicas e convenções verbais já estabelecidas há longo tempo nesse grupo.

Levando esse conceito para a área psicossocial, Frederic Bartlett (1932) diz que a “matéria-prima” da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra, pois ela é tratada, e às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado. (p.64).

Isso nos remete à ideia da construção social da memória. Bosi (1994) acredita que a memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência, sejam familiares, escolares ou profissionais. “Ela entretém a memória de seus membros que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo, vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende da sua interação.” (BOSI, 1994, p.411). É isso que acontece com o grupo de pescadores mais velhos da Praia do Forte, que a partir da proximidade da relação profissional, construíram uma memória coletiva dentre outras coisas sobre suas relações com as tartarugas marinhas.

Ainda de acordo com as ideias de Bosi (1994), quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas de narração e de interpretação dos fatos, “verdadeiros universos de discurso”, “universos de

significados”, que constroem uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. Isso explica o fato de muitas vezes o discurso de um pescador parecer bastante com o discurso de outro, as histórias contadas se repetem e muitas vezes utilizando as mesmas palavras, os mesmo “esquemas de narração”.

No outro extremo, haveria uma ausência de elaboração grupal em torno de certos acontecimentos e situações. A rigor, o efeito, nesse caso, seria o de esquecer tudo quanto não fosse “atualmente” significativo para o grupo de convívio da pessoa. É o que sucede às vezes: os fatos que não foram testemunhados “perdem-se”, “omitem-se”, porque não costuma ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente. (BOSI, 1994, p.67).

Esse “esquecimento” que é comum acontecer, também ocorre porque a memória de um processo do qual “fica o que significa”, e não fica do mesmo modo, às vezes quase intacto outras vezes bastante modificado. (BOSI, 1994; BARTLETT, 1932). Essa transformação vai depender, em ser mais ou menos radical, do grupo que opera sobre ela, sobre a construção da memória. Assim, novos significados podem surgir, alterando o conteúdo e valor dos fatos e situações ocorridas.

5.2 A CHEGADA DO PROJETO TAMAR E A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE NA PRAIA DO FORTE

Uma das três bases pioneiras do Projeto Tamar está localizada na Praia do Forte e é também onde está o Centro Administrativo e Sede Nacional do Projeto Tamar. Em 1982, Guy e Neca Marcovaldi chegaram à vila de Praia do Forte, quando o acesso era por uma travessia em balsa de ferro e mais 5 km de caminhada (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000). Guy descreve a chegada:

No final da única ruela, encontramos a igreja e o porto. Ao lado, o farol e uma guarnição da Marinha, aparentemente desativada. Como era inverno, estação de chuva, todos os barcos de pesca estavam ancorados. Havia uma enorme extensão de coqueiral na linha da praia, até se perder de vista. A praia, toda recortada, criava um porto natural bem em frente ao povoado. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.63).

Na época, os oceanólogos constataram estar diante de uma das mais importantes áreas do país, devido ao grande número de ninhos: “segundo depoimento dos pescadores, toda noite, no período de reprodução, cerca de dez tartarugas subiam à praia para desovar, numa extensão de 14 quilômetros”. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000, p.63). De acordo com a Fundação Pró-Tamar, a Praia do Forte tinha um número significativo de desovas; os animais eram capturados em redes de pesca ou quando subiam à Praia para postura dos ninhos. Então, a Praia do Forte foi incluída entre as áreas prioritárias para o trabalho de proteção das tartarugas marinhas, principalmente por ser a região com a maior concentração de postura da *Carette caretta* do litoral brasileiro e abrigar um grande número de desovas de umas das espécies mais ameaçadas de extinção em todo o mundo, a *Eretmochelys imbricata*. (FUNDAÇÃO PRO-TAMAR, 2000).

Quando foram inauguradas as três primeiras bases do Projeto Tamar em Pirambu, Regência e Praia do Forte, Neca Marcovaldi se instalou definitivamente na Praia do Forte. A implantação da Base Praia do Forte teve ajuda do proprietário das terras, Klaus Peter, que se interessou prontamente pela conservação das tartarugas marinhas e prometeu ajudar na Implantação da Base do Tamar na Praia do Forte. Klaus Peter desejava transformar a Praia do Forte em um importante polo de ecoturismo, por isso, quando Guy e Neca Marcovaldi o procuraram para falar sobre o projeto de conservação das tartarugas marinhas, houve um encontro de interesses. (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000). Como contou Neca, durante a entrevista realizada para essa pesquisa,

Quando nós chegamos aqui tinha uma iniciativa de começar um plano de desenvolvimento sustentável para a Praia do Forte, e a gente chegou exatamente na mesma época. Então as coisas foram acontecendo, se misturaram. Inclusive ele (Klaus Peter) na época nos ajudou bastante também. Na logística, porque ele já tinha uma visão assim de futuro e ele era conservacionista, então se juntaram as coisas.

Por essa razão o trabalho de urbanização da Praia do Forte, foi realizado simultaneamente com o projeto de instalação do Tamar, sendo muitos assuntos discutidos em conjunto (SUASSUNA, 2001; FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000).

De acordo com a Fundação Pro-Tamar (2000), Klaus conseguiu que a Marinha cedesse uma área de 10 mil metros quadrados, em torno do farol Garcia D'Ávila, onde foram colocados os primeiros cercados de incubação e tanques para recuperação e

observação dos animais, e onde hoje além da base de pesquisa, está um Centro de Visitação e a sede administrativa do Projeto Tamar (ver figura 8).

O pescador Buduga comenta que o Tamar conseguiu o terreno e aos poucos foi crescendo:

Eles chegaram aqui somente o casal, Guy e Neca, só chegaram eles dois aí. Até ali onde é o projeto, aquilo é da Marinha, é da Marinha, eles conseguiram aquele terreno ali e foram montando devagarzinho, foram montando, montando, começou, chegou mais umas duas ou três pessoas, hoje o projeto aí tem uma porção de gente. – Buduga.

O projeto que inicialmente funcionava de forma bem precária, com poucos recursos na instalação e praticamente sem mão de obra, foi crescendo com o passar dos anos. Atualmente essa área funciona a Base Nacional e um dos principais Centros de Visitantes do Tamar, possui recursos modernos e toda estrutura necessária para realização dos trabalhos que o projeto desenvolve. No Centro de Visitantes (ver figura 8) estão diversos tanques e aquários com exemplares da fauna marinha da região e de quatro espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, em diferentes estágios do ciclo de vida. A infraestrutura do local ainda conta com sala de multimídia, exposição permanente de painéis fotográficos, loja de produtos da marca Tamar e restaurante.

Figura 9: Centro de Visitação da Praia do Forte – BA. Fonte: Banco de Imagens do Tamar, 2011.

O site do Projeto Tamar, apresenta o Centro de Visitantes da Praia do Forte, como um dos mais frequentados do Brasil, que atende a cerca de 600 mil pessoas/ano,

dentre essas pessoas estão membros da comunidade, estudantes que as escolas levam em excursões, pesquisadores e turistas brasileiros e estrangeiros.

Paralelamente a instalação do projeto na Praia do Forte, foi se desenvolvendo um trabalho que o próprio Tamar chama de “conscientização”, com a comunidade local, especialmente os pescadores, que tinham como hábito a pesca e caça das espécies de tartarugas marinhas. Com isso, aos poucos a comunidade da Praia do Forte foi abandonando hábitos antigos como pegar ovos e matar as fêmeas. De acordo com a Fundação Pro-Tamar (2000, p.70), a comunidade local:

Foi-se conscientizando de que deveria ajudar a proteger os animais. Quando encontravam um ninho ou uma tartaruga desovando, moradores e pescadores chamavam a equipe do Tamar. Só houve alguma resistência para abandonar a rede de três malhos, onde a tartaruga, capturada acidentalmente, acaba morrendo.

Esse trabalho que o Tamar realizou com o objetivo de levar a ideia da conservação das tartarugas marinhas para a comunidade em geral, especialmente os pescadores que tinham como hábito a pesca e caça do animal foi, inicialmente, através de uma espécie de trocas, para que os pescadores mudassem os hábitos em relação ao animal.

O Guy e a Neca, que foram os primeiros que chegaram aqui, eles tiveram esse entendimento, que seria necessário chamar o pescador ou o morador local pra ajudar nesse trabalho de conservação, então no início se trocava ovo de tartaruga por ovo de galinha, era uma troca assim né, então “ah você me dá o ovo da tartaruga e eu te dou o ovo da galinha”. – Adriana.

Neca, também cita a utilização desse método para obter o apoio da comunidade local no projeto, porém afirma que logo perceberam que não era o mais adequado, por dar aos ovos da tartaruga um valor especulativo:

Criou assim, um tipo de troca na época. Muito, muito tempo atrás achou que “ah, um prêmio pra quem trazer uma desova”, e eles começaram a trazer. Logo em seguida nós nos demos conta que com isso a gente tava de alguma forma criando um valor. Obviamente não comercial porque era tudo no meio do nada, pouquíssima gente, mas, entendeu que isso não era legal, ovo não pode ter valor de prêmio, senão a gente não consegue mudar. – Neca.

De fato, se o projeto Tamar procurava mudar a forma como a tartaruga era vista e utilizada pela comunidade tradicional, o sistema de trocas acabava contribuindo para que as tartarugas marinhas fossem vistas como recursos que deviam ser utilizados, independentemente do objetivo.

Apesar de Guy Marcovaldi afirmar que “Só houve alguma resistência para abandonar a rede de três malhos, onde a tartaruga, capturada acidentalmente, acaba morrendo”, as entrevistas apresentaram outros aspectos em relação a essa resistência dos pescadores. Como podemos ver nos trechos das entrevistas que apresentamos a seguir:

Sempre tem **resistência** né, nunca é de imediato que se começa um trabalho assim com a comunidade, até porque geralmente são pessoas que vem de outros lugares, pra fazer o trabalho de conservação, com uma cultura totalmente diferente do local, então sempre o Tamar tentou também apoiar a cultura do lugar, preservar essas manifestações culturais. – Adriana.

O fato dos representantes do Tamar, que chegaram à época inicial do projeto, serem “forasteiros” aparece nas falas dos demais funcionários entrevistados como mais um desafio encontrado pelo Projeto. Neca, a primeira a se instalar, é do Rio Grande do Sul e comenta sua chegada:

Eu era bem nova e tinha até uma dificuldade. Um pouco por ter um sotaque muito do sul e por ter um fenótipo diferente, de alguma forma, acharam que eu era uma gringa e demorou um tempo pra eu explicar que eu era Brasileira e que o Brasil tinha, não tinha dialeto, mas tinha muitas faces.

Acredito que as falas do pessoal do Tamar remetem a uma dificuldade que está relacionada com o fato de a comunidade local ter de aceitar mudanças em seu modo de vida que foram determinadas por pessoas de fora, e não uma mudança que a própria comunidade escolheu. A fala de Mazinho, nos leva a esse entendimento,

Pelo que os pescadores falam, pelo o que os fundadores que moram e trabalham aqui, foi um trabalho árduo, porque não tinha recurso, porque não tinha a confiança do pescador, porque se hoje eu que sou nativo daqui tenho dificuldade pra chegar num pescador e “Pô véi, e aí, vai continuar?”, muda, imagine pra eles que, praticamente, Bahia, o cara que mora em São Paulo é gringo hoje aqui. O cara que vem do Rio Grande do Sul é gringo. Então naquela época eram mais gringos

ainda né, 1980, chegar aqui nessa praia, muda a pescaria, vai mudar, vai parar de pescar... – Mazinho.

O fato dos representantes do Tamar Guy e Neca, serem pessoas que vieram de outra região e de culturas diferentes dos moradores da Praia do Forte, o que pode ter causado estranhamento, pois como diz Mazinho eram como “gringos”, mas por outro lado isso pode ter contribuído para a receptividade da comunidade como quando Mariucha diz que as pessoas se encantaram com a Neca. Mariúcha fala de outro ponto de vista, que seria o encantamento da comunidade local pelo novo, por quem veio de fora, o que pode ter despertado curiosidade e aceitação por parte dos locais:

Pelo que eu escuto falar, até da minha família mesmo, que vem de uma família de pescadores, meu pai, meu avô, minha avó marisqueira, trabalhou na Fazenda do Coronel Otacílio que deu toda essa origem à Praia do Forte... Então, que na verdade a própria comunidade também se encantaram com, principalmente com a Neca que veio primeiro, porque são pessoas que vieram de outra região mas que vieram com a humildade de vir aprender. –Mariúcha.

Segundo as falas dos representantes do Tamar, houve alguma resistência da comunidade local em aceitar o projeto Tamar. Porém, ao que parece, essa resistência foi quebrada e o projeto recebeu apoio, segundo os entrevistados, principalmente devido à forma como atuaram, se aproximando da comunidade,

(Neca) veio com humildade, veio conhecendo as pessoas chaves né, Dona Ediza que foi o primeiro contato dela de moradia, que a Praia do Forte não tinha essas pousadas nem hotéis, que era uma pensãozinha e a partir daí Dona Ediza foi mostrando, apresentando os pescadores mais velhos, pra poder ela ir conversando, na verdade teve esse ganho da **confiança**, mas foi aos pouquinhos porque eu acho que se fosse, chegasse assim “Ah, tá proibido”, acho que a **resistência** seria maior. – Mariucha.

Na fala de Mariucha, ela mostra que Neca Marcovaldi teve apoio de pessoas da comunidade na sua chegada. A meu ver, Dona Ediza teve um papel fundamental ao estabelecer o relacionamento entre o Projeto Tamar e a comunidade local. Dona Ediza é bastante popular, engajada com causas sociais, e administra a creche da Praia do Forte que tem parte da renda através de doações e patrocínios – o Tamar é um dos patrocinadores –, portanto é uma personalidade de destaque nessa comunidade. Receber aprovação e apoio dela, certamente contribuiu para o Tamar ser aceito e ter a causa

abraçada pela comunidade local. Neca apesar de ser “forasteira”, foi apresentada por uma pessoa da comunidade, D. Ediza.

Neca comenta o fato, contribuindo para essa ideia da importância de Dona Ediza na aproximação entre ela e a comunidade local, “talvez pela maneira da gente chegar, nós não tínhamos nada e a primeira pessoa que eu conheci aqui foi a Dona Ediza, que é uma líder comunitária nata e desde então era uma pessoa que tinha uma inserção com as crianças, com as pessoas mais velhas, ajudava todo mundo”. E ajudou o Tamar.

Destaquei a palavra *resistência* em algumas falas dos funcionários do Projeto Tamar para evidenciar uma divergência nesse aspecto entre o discurso deste e dos pescadores entrevistados, que negam em suas falas a existência de conflitos.

Eles chegaram aí, pedindo ajuda, fazendo reunião, uns ajudava, outros criticava dizendo que vinha pra tirar o ganha pão do pescador, muitos ia contra, discutia entre si os pescador, e eles estudaram né, começaram devagarzinho, devagarzinho ganharam a confiança de todo mundo. – Zé Mero.

Zé Mero inicialmente fala sobre as dificuldades encontradas pelo Tamar na relação com os pescadores. Porém, quando perguntado se na chegada do Tamar houve algum conflito com os pescadores, Zé Mero se contradiz em relação a sua fala anterior: “Não, nunca teve.”. Os pescadores, colegas de profissão dele, seguem com o mesmo discurso que não houve conflitos entre eles e o Tamar na sua chegada: “Foi tranquilo, tudo calmo, tudo tranquilo. Não, aqui não teve não. Aqui não teve de maneira nenhuma.” - Buduga.

Em outro momento, Buduga volta a reafirmar a não existência de conflitos,

Sobre isso, sobre o relacionamento deles, com a Neca, Guy e Neca, com eles dois, o casal... Foi tranquilo. Um relacionamento muito bom, não teve nada, conflito nenhum! Hoje não, hoje ninguém mais pega tartaruga, aliás, acho que já tem demais (risos) a gente já devia tá pegando pra comer, já tem muita. –Buduga.

Santana explica que não houve conflitos porque os pescadores não tinham a tartaruga como fonte de subsistência,

Todo mundo apoiaram, todo mundo deu apoio a eles. É preservação das tartarugas... Num teve protesto nenhum. Todo mundo aderiu. Porque, normalmente a gente não sobrevivia de tartaruga. –Santana.

Na Praia do Forte existia o consumo de tartaruga, mas não era comercializado, e a captura da tartaruga muitas vezes acontecia casualmente:

A maioria deles não saía só pra tartarugar, eram pescadores que saíam aqui na Praia do Forte, saíam pra pescar, durante o caminho da pesca encontravam uma tartaruga, tinha ovo e levava pra comer e pronto. Então era uma coisa, pelo que entendo complementar. – Neca.

Ou seja, a carne, os ovos e os cascos de tartaruga não tinham maior influência na formação da renda local, a base econômica da Praia do Forte era a produção de côco:

A Praia do Forte era uma fazenda de côco, então a maioria da comunidade já não trabalhava com pesca, trabalhava para a fazenda, dentro da fazenda, pra extração de côco e beneficiamento. Diferente de Sergipe, que os pescadores já tinham o hábito de tocaiar... Aqui como já tinha a fazenda de côco, já tinha a pesca, era uma coisa que se misturava com as outras. – Neca.

O fato da Praia do Forte possuir como principal atividade econômica a fazenda de côco, fez com que a tartaruga não fosse vista como uma mercadoria, já que não havia dependência desse animal, como ocorreu em outros lugares onde o Tamar se instalou tendo que enfrentar uma maior resistência por parte da comunidade local.

Seu Nuca reforça que a relação com o Tamar foi, e, ainda é, pacífica,

Todo mundo seguiu o que eles tavam falando, dando proteção... tá entendendo? E, até agora mesmo tem a continuidade. Eles, não, não ninguém procurou dá trabalho a eles, de chegar e ter o lugar que uma tartaruga subiu e o pessoal pegar pra comer não. Isso não aconteceu não. – Seu Nuca.

E Teteu, explica que foi devido à forma de diálogo entre o Tamar e os pescadores, que seguiram o que falou o Tamar,

Não, porque ele fez, preparou o povo né? É... conversar né, o povo não é tão orelhudo como se pensa, só depende de conversar. E o povo de pescador é meio ignorante, ou meio assim cismado com a coisa, mas se conversando ele absorve as coisas boas. É que não pode classificar todos por ruim. – Teteu.

Neca, a primeira pessoa do Tamar a se instalar na Praia do Forte, confirma os relatos dos pescadores em relação a não existência de conflitos com o Tamar,

Quando chegamos, nós num primeiro momento, obviamente, éramos vistos como pessoas de fora, aqui na Praia do Forte especificamente já existia influencia de outras pessoas de fora... Então quando nós chegamos nós fomos super bem recebidos pela comunidade, pouquíssimas, eu me lembro assim de um pescador que era mais bravo, que era o Seu Cid, que dizia que o que Deus coloca no mundo as pessoas não tiram. Mas nunca teve nenhum assim, nunca teve nenhum conflito. – Neca.

Percebemos que existe uma contradição se houve ou não conflitos quando o projeto se instalou na Praia do Forte entre os pescadores da Praia do Praia e os funcionários do Tamar, com exceção de Neca Marcovaldi que também confirma a versão dos pescadores. Os funcionários do Tamar tem em seus discursos a existência da resistência por parte dos pescadores, por outro lado os pescadores negam fortemente qualquer conflito e dizem que apoiaram o projeto desde o início, até mesmo o pescador que também é funcionário do Tamar se contradiz em relação a isto. Acredito que pode ter acontecido algum tipo de resistência não tão explícita como aconteceu em outras comunidades que o Tamar se instalou, e que a comunidade da Praia do Forte, realmente acabou apoiando o Projeto. O que não significa que não existam divergências entre a instituição e a comunidade em certos momentos, pois é absolutamente normal que haja algumas contradições nesse tipo de relação.

Esse apoio da comunidade de pescadores foi fundamental para os objetivos do Tamar na preservação das espécies de tartaruga marinha. Na entrevista a seguir, Mazinho fala do apoio recebido por Neca, e considera que sem esse apoio o Projeto Tamar não teria alcançado o êxito:

O Tamar só nasceu mesmo, foi porque a comunidade abraçou! Porque Seu Nuca foi lá, Seu Cajueiro¹⁰ permitiu ela ficar aqui no Tamar, Neca ficar aqui no Tamar, porque aqui era a casa do farol e aqui foi a casinha que Neca chegou e falou – “ah, eu posso ficar aí?”, pronto, Cajueiro foi lá e autorizou. Então teve muito isso, a comunidade teve um papel importantíssimo para o crescimento do Tamar, pra instalação, crescimento, desenvolvimento, pra tudo. – Mazinho.

Além da aproximação com a comunidade de pescadores através do contato com Dona Ediza, outros fatores que contribuíram para que essa comunidade apoiasse o projeto foi o fato de o Tamar não utilizar autoritarismo para conseguir seus objetivos e a geração de emprego e renda através do projeto.

¹⁰ Cajueiro era um pescador responsável pelo guarda do Farol da Praia do Forte.

Mariúcha comenta que o Tamar assumiu uma postura pacífica desde sua chegada à Praia do Forte,

Não veio com a autoridade ‘ah, eu tô vindo vê se tem tartaruga aqui e a gente vai proibir a pesca’, num é assim, ela (Neca) veio com humildade... Na verdade teve esse ganho da **confiança**, mas foi aos pouquinhos porque eu acho que se fosse, chegasse assim “Ah, tá proibido”, acho que a **resistência** seria maior. – Mariucha.

Norma também apresenta essa ideia de que uma proibição autoritária por parte do Tamar não iria trazer bons resultados,

Teve muita assim discordância acho que início, mas aí logo eles, porque aqui os pescadores eles comiam muita tartaruga, meu pai, meus avós, se saiam pra pescar sempre tinha que vir uma tartaruga. E aí chegou o Tamar, chegou a Neca aqui pra dizer que não pode mais. Como é que chega com essa notícia? **Num proibindo**. Não dá pra pescar, é difícil né levar conscientização pra esse povo que vivia de pesca e coleta de tartaruga. – Norma.

Então percebendo que os objetivos não seriam alcançados através da “força”, do poder, o Tamar utilizou a estratégia de se aproximar da comunidade de pescador a fim de orientá-los e convencê-los em relação à preservação das tartarugas marinhas. De acordo com Neca, é a forma como eles trabalham até hoje, “a maneira de tentar equacionar isso, é se manter presente, é orientar, é conscientizar, é criar solução, é mostrar, é apontar e não só chegar dizendo que é proibido, que é Lei, que é isso, que é aquilo... A gente não faz isso.”.

Alguns pescadores comentaram sobre a relação com o Tamar e o fato deles não interferirem em denúncias que poderiam ser encaminhadas para o Ibama, por exemplo, como nesse relato de Seu Nuca:

Esse cara (Guy) aí ele não gosta de perseguir ninguém, porque se ele fosse um cara perseguidor já tinha ido muita gente preso porque tem rede aí que pega tartaruga demais, muitas vezes. Outro dia mesmo veio um cara, um capitão da marinha, veio de Costa do Sauípe até Imbassá de pé e achou doze tartarugas na praia, ele saiu andando, e então não é tão longe... encontrou doze tartarugas na praia, veio aqui no projeto, avisou, eles foram ver as tartarugas, dá aquele rebuzinho, depois para. Porque o Guy, ele não tem pretensão de prender ninguém, de fazer nada que prejudique. – Nuca.

Apesar do Tamar não ter poder de polícia, eles poderiam fazer denúncias para o Ibama investigar esses casos e punir os infratores. Porém de acordo com os pescadores,

o Tamar não costumar denunciar casos corriqueiros, nem ameaçar com possíveis punições. O trabalho do Tamar para evitar esses problemas é informar durante visitas às colônias de pescadores o que é proibido e ilegal, para que eles procurem realizar mudanças necessárias a fim de se adequar, o que por si só gera alguma pressão diante desses pescadores.

5.2.1 A geração de emprego e renda através do Tamar

Outra questão que apareceu nas entrevistas foram as oportunidades de trabalho e benefícios oferecidos pelo Tamar à comunidade local, que também contribuiu para colaboração com o projeto. A funcionária Norma, ao falar sobre a resistência dos pescadores, afirma que foi quebrada a partir da “troca” com o Tamar, por empregos:

Acho que eles tiveram muita **resistência**, mas com o tempo eles conseguiram, foi quando levaram conscientização aos pescadores, que eles mesmos deram emprego aos pescadores, quer dizer, como se fosse uma troca, os pescadores vieram ajudar o Tamar e em troca disso, deixaram de pescar e coletar ovos de tartaruga. – Norma.

Mazinho, também funcionário do Tamar, também fala sobre a “troca” entre o Tamar e os pescadores, ou seja, a geração de trabalho por parte do Tamar, e em troca a comunidade de pescadores apoiarem a causa do projeto.

A metodologia que eles usaram foi eficiente, foi a metodologia de “ó, vai ser um trabalho de troca, vocês trabalharem, mas vai gerar emprego também, vocês vão, a gente vai levar informação pra vocês e cabe a vocês abraçarem essa causa”. – Mazinho.

Neca comenta como ocorreu inicialmente a participação dos pescadores: “Começou a história dos pescadores ajudarem ao invés de trazer gente... Vai ter que trazer gente, vai ter que trazer alguém pra ajudar, vai ter que resolver como é que vai trazer gente pra ajudar porque uma pessoa só, a pé, não vai conseguir tomar conta de tudo.” Nessa época, Neca monitorava sozinha a ocorrência de ninhos na praia e percebeu a necessidade de apoio nesse serviço, assim surgiu ideia de recrutar pescadores. Então, os pescadores começaram a trabalhar como *tartarugueiros*¹¹,

¹¹ Tartarugueiros são os responsáveis em encontrar os ninhos de desova de tartaruga-marinha na Praia.

patrulhando as praias para localizar as posturas de ninhos das tartarugas marinhas e dar início à proteção desses ninhos.

Aos poucos fomos nos dando conta que trazendo esses pescadores pra um trabalho, que eles consideravam trabalho, que era percorrer a praia bem cedinho de manhã, durante uma hora, num trecho pequeno pra ver se tinha ovo sim ou não, e se tivesse naquele momento trazer pra nós, que aí a gente criou um cercadinho aqui pequenininho, ficava mais fácil de cuidar de todos os ninhos juntos, não era o ideal, mas era o que a gente podia fazer com a estrutura que a gente tinha. – Neca.

Tem lugares nas áreas de desovas que os pescadores, os tartarugueiros são o batalhão de choque das tartarugas nas praias e eles são, fazem disso um ofício, é o trabalho deles, que eles têm orgulho, que eles curtem, mas não é voluntário e nem deveria ser porque se todo mundo recebe pra trabalhar, eles também tem que receber. – Neca

Durante a pesquisa de campo, tive oportunidade, através do projeto Tamar de conhecer uma das principais áreas de desova na região e o tartarugueiro responsável por essa área, de fato um trabalho gratificante. Porém devemos destacar que essa função só é necessária durante o período de reprodução da tartaruga marinha, que dura alguns meses, como explicado pelo pescador e funcionário Zé Mero, “tem época, mês que elas tão desovando, eles contratam mais gente, depois que passa a desova eles demite, todo ano é assim. Você fica como funcionário, mas todo ano você é demitido, mas você é readmitido, porque fica uma temporada sem desova.” A maioria dos tartarugueiros são contratados apenas para os meses de reprodução e lamentavelmente são desligados do Tamar quando acaba esse período, retornando somente no próximo período de reprodução.

A ideia de designar os pescadores para “tartarugar” foi bastante inteligente, pois eles possuíam toda a experiência sobre a postura e os ninhos da tartaruga. Os pescadores possuíam uma prática no trabalho de campo que ninguém mais tinha, fruto do conhecimento tradicional. Podemos perceber que o conhecimento dos pescadores sobre o campo foi certamente mais um dos motivos para eles serem convidados a trabalhar com o projeto na fala abaixo, de um pescador:

Ele (o Tamar) contratou pessoas da área, daqui, aí as pessoas começou a ensinar, andar com eles pela praia na beira do mar, na hora que ela subia; lugar que ela caminha, que ela vinha pra pôr; aí mostra o rastro que tem dela...Ensinaram a eles lá e botaram muitas pessoas, as pessoas tudo daqui, os funcionários tudo daqui, 80% dos funcionários é tudo daqui. Eles aprenderam como manejar com ela né, eles

trouxeram a técnica e chamaram o pessoal pra ensinar a prática. – Teteu.

Além disso, seria um meio de mudar a relação deles com esses animais e os ninhos.

De alguma forma, isso deu muito certo. Porque na verdade nós não tínhamos tempo pra investir na geração mais velha e mudar os hábitos, os bichos tavam terminando, iam se extinguir, e qualquer coisa que se pensasse em médio prazo já tinha ido, já era tarde, não dava tempo. Era uma luta de presença na praia mesmo. – Neca.

Neca, ainda explica como a inclusão dos pescadores no trabalho do Tamar, contribuiu para que os ninhos de tartaruga passassem a ser respeitados:

Nós também nos demos conta que se cada pescador com o tempo foi conseguindo, “ah, dinheiro pra pagar mais um, pra contratar mais um”, e foi se dando conta que por uma coisa de absolutamente de respeito de vizinhança, se cada um fizesse parte de uma comunidade diferente, da sua própria comunidade, o vizinho também não ia querer estragar o trabalho né? Então isso também foi uma coisa espontânea, orgânica que foi acontecendo. “Fulaninho toma conta de cinco quilômetros, ah fulaninho é das malhadas”, as malhadas é uma comunidade próxima daqui, “ah fulaninho conseguiu trabalho por causa das tartarugas”, então eu não vou roubar o ovo das tartarugas porque eu vou estragar o trabalho do meu vizinho.

Criou-se então uma nova forma de relação com as tartarugas marinhas, que passaram a ser objeto de trabalho de alguns pescadores. Na comunidade, foi propagada a ideia que mexer nos ninhos significava prejudicar o pescador que trabalhava como tartarugueiro. Além disso, o Tamar contrata um ou dois pescadores de cada praia, como vemos no relato a seguir:

De cada praia eles pegam um, dois, sabe? Pra ajudar toda comunidade, eles querem tirar um daqueles pescadores pra, até pra ajudar com a comunidade né? Pescador conversando com pescador é mais fácil do que outra pessoa vir falar com pescador, que a gente entende a linguagem do pescador. –Zé Mero

Esse modo faz com que cada lugar tenha os “representantes” do Tamar, o que cria um relacionamento mais próximo às comunidades que estão espalhadas nas diversas praias.

A bióloga do projeto na Praia do Forte também reforça que oferecer trabalho para a comunidade de pescadores, contribuiu na conservação das tartarugas marinhas:

Esses pescadores passaram a trabalhar pro Projeto Tamar, no monitoramento das desovas, recebiam um salário pra fazer isso, depois, quando começou a ter recursos pra isso. Então eles começaram a trabalhar na conservação, deixaram de comer ovos, de matar a tartaruga pra trabalhar na conservação. – Adriana.

Assim a comunidade passou a respeitar os ninhos de tartaruga e apoiar o Tamar, devido à geração de trabalho e renda. A coordenadora nacional reforça como conseguiram envolver a comunidade da Praia do Forte na preservação da tartaruga marinha:

Isso vem de todo um arcabouço de estarmos na comunidade, de ter outros programas que atingem as famílias, programas de artesanato, programa com os jovens... Isso promove que as pessoas entendam que as tartarugas vivas são mais importantes do que mortas e aí, automaticamente, gera um *modus operandi* de um ciclo sócio produtivo que acaba fazendo com que a tartaruga, até em lá no final do ciclo, seja devolvida. Tartaruga não ganha dinheiro, então tudo que o Tamar faz, absolutamente tudo que o Tamar faz pra proteger tartaruga gera uma alternativa pras pessoas que vivem nesses locais, ou é oportunidade de emprego ou é programa de educação, e a gente tem muita gente fazendo isso. – Neca

De fato, o Projeto Tamar conta com vários programas que visam beneficiar a comunidade local de diversas formas, dentre alguns que pude conhecer, patrocínio a creche local, eventos culturais periódicos que procuram homenagear personalidades da comunidade, e o projeto Tamarzinho que desenvolve atividades educacionais com uma turma de crianças de diversas comunidades da região, onde eles aprendem dentre outras coisas, artesanato, música, teatro, reciclagem e pesca. Durante minha visita ao Projeto, pude acompanhar algumas atividades do Projeto Tarmazinho, como o teatro de mamulengos (Ver figura 10) que são confeccionados pelas próprias crianças, que se apresentam para as escolas e em eventos comemorativos do Tamar. Nesta ocasião, ensaiavam para a Semana de Museus, e o teatro contava a história de Seu Dedé, também entrevistado nesta pesquisa, pescador e um dos moradores mais antigos da Praia do Forte.

Figura 10: Integrantes do Projeto Tamarzinho ensaiando o teatro de mamulengos para apresentações. (O segundo da direita para esquerda é neto do pescador Teteu.) Fonte: Bárbara Oliveira, captada em maio de 2016.

Seu Teteu, que tem um neto na turma do projeto Tarmazinho deste ano, explica como é feita a seleção e demonstra entusiasmo pelo projeto:

Quando chega no período do Tarmazinho, o Tamar chama os filhos do lugar, faz uma inscrição, porque antes eles pegava de qualquer jeito, hoje em dia já faz inscrição, que são muitos pra selecionar os melhores naquelas provas etc. e tal, pra seguir de guia, pra um futuro funcionário quem sabe, ele dá muita condição. Mariúcha, por exemplo, se formou lá, foi Tamarzinho. E outros e outros que tiveram, cresceu na vida lá, que eles deram essa colher de chá. E tem um dia na semana que ainda sai pra pescar. – Teteu.

Mariúcha, a quem ele se refere e que é uma das entrevistadas nesta pesquisa, é a coordenadora educacional do Projeto Tamarzinho e foi uma das crianças da turma pioneira. Segundo a mesma, são feitas seleções porque o número de inscrições é grande, não podendo atender a todos os interessados. O programa Tamarzinho tem duas turmas, uma pela manhã e outra à tarde. Constitui uma proposta louvável, o desempenho dessas crianças na escola é acompanhado, o projeto procura estimular habilidades e é um tempo extraclasse que eles se dedicam a desenvolver diversas atividades, por isso a procura por vagas é grande.

Com o tempo a Projeto Tamar foi crescendo, suas instalações aumentaram, e consequentemente a necessidade de mão de obra também cresceu. De acordo com o próprio Tamar suas instalações, seu centro de visitantes e sede nacional na Praia do

Forte gerou emprego e renda para a comunidade, além de ter contribuído para o desenvolvimento do turismo na região (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000). O Projeto Tamar na Praia do Forte, de acordo com Patiri (2001), transformou-se no segundo maior empregador da região, com a geração de 110 empregos totais.

Durante a entrevista, perguntei a Neca sobre a quantidade de emprego gerado Praia do Forte, através do Tamar, segundo a mesma, “a Praia do Forte toda, envolvendo o trabalho na Praia e o trabalho no Centro de Visitantes, trabalho na loja, restaurante, deve ter uns, mais de cento e cinquenta”. E a maioria dos empregados é da Praia do Forte ou de comunidades da região.

Um dos pescadores também comenta sobre a quantidade de empregos que o Tamar gera: “a gente tem essa vantagem que o projeto dá emprego a mais de cem pessoas, muita gente trabalhando, tem mais de cem pessoas. Tem turno, tem regime de turno, que é o pessoal que trabalha a noite, por causa das bombas, trocas as bombas pros peixe não morrer.” – Teteu.

Atualmente, Zé Mero é o único pescador que trabalha para o projeto Tamar, inclusive trabalhando o ano todo, não apenas no período de reprodução como acontece com os tartarugueiros. No início, havia muitos pescadores que realizavam a função de tartarugueiro, mas com o passar do tempo a quantidade de pescadores tradicionais da região despencou devido ao turismo, como discutido no primeiro capítulo.

O Tamar procura dar oportunidades aos nativos, como se autodenomina a comunidade local da Praia do Forte, então as novas gerações de descendentes dos pescadores tradicionais hoje estão inseridas no projeto Tamar, como explica Mazinho, funcionário do Tamar e neto de Seu Dedé:

Noventa por cento dos funcionários aqui são, foram antigos pescadores ou são família de pescadores, de tartaruga inclusive. Pessoas que comiam tartaruga antigamente e mudaram um pouco a cultura. Então noventa por cento da mão de obra, de que executa aqui, por exemplo, eu não sou pescador, mas o meu pai foi pescador, meu avô foi calafate, foi o cara que consertou os barcos, que comeu tartaruga, então querendo ou não, direta ou indiretamente tão envolvido com a pescaria, com o pescador de fato. –Mazinho.

Praticamente todos os pescadores entrevistados durante a pesquisa têm ou em algum momento tiveram alguém da família trabalhando no Tamar. Assim como, todos os funcionários “nativos” entrevistados são filhos ou netos de pescadores.

O pescador Santana contou que uma de suas filhas trabalha no Tamar há muitos anos, “minha filha faz revisão nas lojas, de Fernando de Noronha até Ubatuba, sempre, sempre ela viaja pra desbagunçar a loja, botar ordem. É a mais velha que eu tenho”.

Da mesma forma, Seu Teteu: “No Projeto Tamar eu tenho uma filha que trabalhou onze anos e agora voltou a trabalhar, trabalhou onze anos, passou seis fora por causa do menino e agora quando foi agora voltou a trabalhar, tá lá de novo.” Portanto, temos a impressão que o Tamar procurar priorizar as pessoas da comunidade local para trabalhar no projeto.

Dentre os outros entrevistados, Seu Dedé trabalhou de Calafate no Tamar e hoje o neto dele, Mazinho, trabalha na coordenação de visitas guiadas; Seu Natureza é pai de Norma, secretária do projeto. Seu Nuca relatou que um dos seus filhos também já prestou serviços pro Tamar. É bastante nítido nesses relatos, que essas pessoas tem orgulho em dizer que tem filhos e/ou netos que trabalham para o Tamar.

A relação de Seu Nuca com o Tamar chama atenção por demonstrar ser conflituosa, em certos momentos ele fala que o projeto ajuda os pescadores no que precisam, até em remédios, já em outros desabafada de forma descontente, como no trecho abaixo.

Eu hoje em dia do Tamar mesmo não tenho nada, como outro dia eu cheguei aqui, que eu fazia tanta entrevista pra eles, que eu cheguei até a dizer a eles que agora só tô fazendo entrevista pra criança. Pra você, que você pode ser até uma entidade que trabalhe em outro canto, mas não é aqui pra eu ver, pra eu fazer tanta força e você quase não reconhecer o que eu fiz com você. É como o Tamar, como esse outro fez comigo. – Nuca.

A geração de emprego e renda para a comunidade local onde o projeto está instalado é sempre destacada pelo Tamar, inclusive porque contribuiu para o Projeto passar de caráter ambiental para se tornar socioambiental. Neca destaca em sua fala, além da geração de emprego e renda, uma questão independente, porém que ela considera igualmente importante “que acontece nesses lugares é que as pessoas resgataram o orgulho de saber o que tem no seu lugar e saber que as pessoas curtem vir pra cá pra ver isso.” Isso levanta mais uma questão que é a relação entre o turismo da Praia Forte o Projeto Tamar.

Sobre a relação do Projeto Tamar com o turismo na Praia do Forte, as opiniões sobre a importância do projeto para a atividade, divide os pescadores:

Hoje, se a Praia do Forte cresceu pouca gente num aceita, a maioria aceita, outros num aceita, a Praia do Forte cresceu através do Tamar. Porque oitenta por cento da pessoa que visita a Praia do Forte, não sabe nem que existe a vila, vai descer dos ônibus, vai pro Tamar e do Tamar mesmo segue pro estacionamento e vai embora. A Praia do Forte é conhecida mundialmente por causa do Tamar! Começou a sair na televisão, começou muito turista a visitar... através das tartarugas. – Zé Mero.

Santana também atribui ao Tamar o turismo na Praia do Forte,

Olhe, eu digo a você o seguinte, noventa por cento dos turistas que andam aqui, é pra ver o projeto. O único atrativo que tem aqui, pra chamar atenção deles é o projeto, nada mais. – Santana.

Zé Mero e Santana criam uma estatística pra dizer que consideram que a maioria dos turistas que vão à Praia do Forte, tem como atrativo o Projeto Tamar. Enquanto Seu Nuca e Teteu apesar de assumirem que o Projeto Tamar é um atrativo turístico, não o coloca como o único, e sim como mais um dos atrativos:

“Não, eles quase não tem um certo relacionamento com o Tamar. Eles vem sempre fazer a visita, tá entendendo?” – Seu Nuca. Ou seja, para ele os turistas não vão à Praia do Forte com o objetivo de conhecer o projeto, mas aproveitam a oportunidade para realizar uma visita ao Centro de Visitação.

Eu não chego a dizer que foi por causa do Tamar, mas o Tamar ajudou num sentido, porque a Praia do Forte em si já é um convite ao turista. Porque tem, por exemplo, nós temos a melhor praia aqui do Norte da Bahia, aqui toma banho qualquer garoto, nunca morreu afogado nenhum. – Teteu.

Diariamente a Praia do Forte recebe excursões de escolas da Salvador e região que trazem seus alunos com o objetivo exclusivo de conhecer o Projeto Tamar. Porém não podemos esquecer que foi realizado na Região Norte da Bahia um projeto para o desenvolvimento do turismo-PRODETUR/BA-, que foi responsável por grandes investimentos na região que possui uma enorme oferta de equipamentos de hospedagem de alto padrão, e que atrai um público interessado neste tipo de serviços, é um público diferente dos excursionistas, pois pernoitam na Praia do Forte e passam dias utilizando os serviços disponíveis, esse tipo de turista também aproveita para ir ao Centro de Visitantes do Projeto. Portanto, não podemos determinar a quantidade de turistas que vão visitar a Praia do Forte tendo como principal motivação conhecer o Projeto Tamar, seria necessário uma pesquisa com esse objetivo, que não é o caso desta. Considero que

o Projeto Tamar contribui para a visibilidade para a Praia do Forte ao sair na mídia, e também que consiste em um dos principais atrativos do lugar.

6. O CONHECIMENTO TRADICIONAL DOS PESCADORES DA PRAIA DO FORTE NO PROJETO TAMAR

6.1 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E O CONHECIMENTO TRADICIONAL

Definir comunidade tradicional vai além de um significado teórico, pois envolve discussões relacionadas aos meios ambientais e aos territoriais. Além disso, existem, pelos que trabalham em torno do assunto, dificuldades e discordâncias para indicar uma definição única. Portanto, iremos apresentar algumas definições e a fim de contribuir para a compreensão de quem são esses povos.

No Brasil, o Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, no artigo 3 define Povos e Comunidades Tradicionais como,

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Apesar de legalmente existir essa definição para as comunidades tradicionais, Mauro Almeida e Manuela Carneiro Cunha (1999, p.3), consideram que o termo é permeado por aspectos semânticos e está sujeito a modificações. Partindo desse pressuposto, apresentaremos características das comunidades tradicionais, para uma melhor compreensão dessas comunidades e seus respectivos conhecimentos. Dentre essas características são evidenciadas a transmissão oral do conhecimento, a existência de uma forte ligação com o território habitado, sistemas de produção voltados para a subsistência e o caráter econômico pré-capitalista (ARRUDA, 2000; CUNHA, 1989).

Segundo Antonio Carlos Diegues (2001), o modo de produção dessas comunidades não se enquadra totalmente aos padrões da sociedade urbano-industrial, e se caracteriza por ser em parte de subsistência. Podemos associar a dependência parcial dessas comunidades do mercado com a definição de um modo de vida pré-capitalista, como afirma Diegues (2001), porque são sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da

natureza, em que a dependência do mercado existe, mas não é total. “Essas culturas distinguem-se daquelas próprias ao modo de produção capitalista, em que não só a força de trabalho como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda” (DIEGUES, 2001, p.84). Ou seja, as comunidades tradicionais são grupos coletivos que possuem um modo de vida distinto da nossa sociedade padronizada pela produção e consumo de mercado. Outra característica igualmente relacionada com as comunidades tradicionais, além do modo de produzir e consumir, são as questões territoriais, por se tratar de populações que se fixam em determinados locais.

Maurice Godelier (1984) define território como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ele deseja ou é capaz de utilizar.

De acordo com Diegues (2001), essa relação das comunidades tradicionais com o território descende de grupos que no período da colonização do território se estabeleceram em regiões isoladas de centros econômicos e de desenvolvimento. Nessa mesma direção, Rinaldo Arruda (1999), aponta que estes grupos constituíram um modelo de cultura diferenciado, baseado na relação intensa com o território habitado, onde a exploração equilibrada dos recursos naturais possibilitou a sua sobrevivência.

Marcus Colchester (2000, p. 239) pontua que a forte ligação desses grupos com os seus territórios pode ser expressa pelo “sistema simbólico e pelo conhecimento detalhado dos recursos naturais, decorrentes da ocupação continuada pelas gerações anteriores”. As comunidades tradicionais, por viverem em áreas afastadas, buscam meios de sobrevivência desenvolvendo seus próprios conhecimentos em relação à natureza e o seu próprio modo de viver.

Nas comunidades de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua “posse” é muito fluida, mas é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades (CORDELL, 1982).

Além de ser espaço de reprodução econômica e das relações sociais, o território é também o lugar das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades. Para Diegues (1999) é a íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz que ciclos da natureza sejam associados às explicações míticas ou religiosas.

Nessa perspectiva, o manejo desses recursos está diretamente ligado com mitos, regras, valores e conhecimentos, que definem a maneira e período como tais recursos

serão utilizados, podendo ser considerados “elementos culturais regulatórios”, pois determinam as atitudes das pessoas perante o meio ambiente (CULTIMAR, 2008).

Nesse sentido, Claude Lévi-Strauss analisa alguns sistemas de classificação dos recursos naturais por populações tradicionais e sua relação com seus conhecimentos e manifestações sociais: De fato, descobre-se mais, a cada dia, que para a identificação precisa das plantas e dos animais que mencionam ou utilizam é indispensável interpretar corretamente os mitos e os ritos. (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.68).

Diegues (2000), também aponta a importância de analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com elas e com o conhecimento empírico acumulado que essas comunidades desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo e agem sobre o meio.

Além das características intrínsecas às comunidades tradicionais expostas até o momento, destaca-se a transmissão oral como mecanismo de difusão. A transmissão oral dos conhecimentos dessas populações remete diretamente ao modo como se perpetuam as demais características (DIEGUES, 2000).

De acordo com Gérard Lenclud (1994, p.31), é a partir da oralidade que os conhecimentos são transmitidos entre os sujeitos, permitindo a continuidade do tempo passado no tempo presente. Jack Goody e Ian Watt (2006) afirmam que ocorrem transformações do conteúdo transmitido, devido ao esquecimento de alguns aspectos e adição de outros, havendo, portanto a contribuição de experiências individuais para a formação da tradição oral de uma sociedade.

As comunidades tradicionais se utilizam de conhecimentos adquiridos através do tempo, e também se destacam pelas inovações e práticas criadas dentro da comunidade e transmitidas para as futuras gerações. Entretanto, na maior parte dos casos, tal conhecimento vem se perdendo por causa do desinteresse das gerações mais jovens e, principalmente, por causa dos processos de transformação cultural as quais são submetidas tais comunidades (DIEGUES; VIANA, p.99).

Com base nas considerações feitas até aqui, podemos destacar que as comunidades tradicionais, segundo Diegues (2001), se caracterizam pela dependência em relação aos recursos naturais com os quais constroem seu modo de vida; pelo conhecimento aprofundado que possuem sobre a natureza, que é transmitido de geração em geração oralmente; pela noção de território e espaço onde o grupo se reproduz social e economicamente; pela ocupação do mesmo território por várias gerações; pela importância das atividades de subsistência, mesmo que em algumas comunidades a

produção de mercadorias esteja mais ou menos desenvolvida; pela importância dos símbolos, mitos e rituais associados às suas atividades (caça, pesca, atividades extrativistas); pelo fraco poder político, que em geral reside nos centros urbanos; pela auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Esse conjunto de costumes e características são construídos conforme a diferença de identidade de um povo, que requer respeito aos seus modos de vida. É necessário estabelecer entendimentos sobre as comunidades tradicionais, bem como uma definição abrangente e inclusiva que garanta a essas populações seus direitos. Essas comunidades prestam um serviço público na defesa da biodiversidade, e devem ser reconhecidas por isso.

Diegues (2000, p.22) classifica os exemplos de comunidades tradicionais em caiaças, os sitiantes e roceiros tradicionais, os quilombolas, os ribeirinhos, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas.

A definição de conhecimento tradicional, assim como a de comunidades tradicionais ainda não é universal, existem muitas propostas de definir esse conhecimento, porém, por ser um conceito relativamente recente ainda está sendo construído. Apesar das limitações existentes, é necessário articular esses conhecimentos com as características das comunidades tradicionais descritas acima, uma vez que ambos coexistem e são dependentes entre si.

A literatura utiliza diversos termos para designar o conhecimento dito como tradicional; de acordo com o modo como os estudiosos veem ou concebem esse conhecimento. Nas esferas a que pertencem essas redes de pesquisadores ou nas organizações internacionais (IUCN, Unesco, por exemplo), os saberes locais são designados pela sigla TEK, para “Tradicional Ecological Knowledge”. Em português, os termos mais usados são “conhecimento tradicional”; “saber tradicional”; “conhecimento autóctone”; “conhecimento (ou saber) local”. Além disso, de acordo com Maria Aparecida Perrelli (2008), há uma confusão em relação ao termo “tradicional”, decorrente da forma como é expresso e traduzido, por exemplo, o termo “indigenous”, do inglês, é usado em documentos oficiais – do Banco Mundial e da Internacional Union for Conservation of Nature and Natural Resources Conservation/IUNC, dentre outros – com o sentido de tradicional quando associado a uma determinada população, mas não quer dizer necessariamente “indígenas”, no sentido étnico e tribal.

Manuela Carneiro da Cunha, afirma que a escolha dos termos para designar esse tipo de conhecimento não é fortuita, pois “saber local, como, aliás, qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável” (CUNHA, 1999, p.156).

Considerando essas ponderações, e sem pretender esgotar o assunto, adotarei o termo “conhecimento tradicional” para fazer referência a características comuns aos conhecimentos dos pescadores da Praia do Forte-BA.

Para caracterizar o conhecimento tradicional, utilizarei algumas referências como ponto de partida para levantar aspectos que compõem as particularidades do conhecimento tradicional. A primeira é a definição de Diegues (2000, p.30) de que “o conhecimento tradicional é o saber e o saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”.

Há certa concordância entre os pesquisadores de que o conhecimento tradicional é adquirido em consequência de engajamento prático e diário, é no dia-a-dia, e ao longo de muitas gerações, que esses conhecimentos são repetidos, reforçados, modificados e, até abandonados devido às mudanças de condições da sua produção e transmissão (ELLEN, HARRIS, 1996). Lucia Helena Cunha (1999, p.156), também difunde a ideia entre a interdependência entre os “saberes antigos” e o cotidiano das populações e completa que isto nos leva a uma compreensão dos conhecimentos tradicionais como produtos históricos, constituídos pela continuidade e transformação dos seus conteúdos.

Entretanto, dizer que o empirismo é uma das condições da construção do conhecimento tradicional não significa dizer que seja um conhecimento “natural”, como se fosse uma continuidade do homem primitivo com a natureza, ou como se fosse uma forma de engajamento prático instintivo e inconsciente (SÁEZ, 1998). Pelo contrário, Diegues (2000) afirma que as populações tradicionais não só vivem e convivem com o ambiente natural, como também pensam sobre ele e elaboram categorias próprias com as quais nomeiam, classificam, ordenam e experimentam a sua eficácia nos planos prático, simbólico e espiritual.

Um dos clássicos que inspirou o que se pensa atualmente em relação ao empirismo associado ao conhecimento tradicional foi o “Pensamento Selvagem”, de Lévi-Strauss (1989). Nessa obra, baseado em um longo período de observação em campo, o autor conclui que o conhecimento dos indígenas “supõe séculos de observação

ativa e metódica, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirmá-las através de experiências incansavelmente repetidas” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.29).

Diegues (2000) compartilha dessa ideia, para o autor os conhecimentos tradicionais não são um estágio anterior ao conhecimento científico ou um conhecimento pré-lógico; são conhecimentos fundados em lógicas distintas das denominadas de ciência ocidental.

Em parte, isso se dá devido ao modo como esse conhecimento é repassado. Oscar Calavia Sáez (1998) aponta que os canais de transmissão/aquisição são diversos, e nem sempre se pode associar um determinado conhecimento a um único canal. Exemplos desses canais de transmissão são: a troca, a compra, a conquista por meio de disputas, a aliança matrimonial (SÁEZ, 1998). Os ensinamentos também são veiculados no âmbito familiar (exemplo, experiências) e/ou no coletivo (diagnósticos, tomadas de decisão). (PERRELI, 2008). Assim, o conhecimento tradicional pode ser caracterizado como um conhecimento coletivo e continuamente modificado, adaptado e construído com base nos saberes já existente.

A distribuição do conhecimento tradicional entre os membros das comunidades é segmentada e assimétrica, ou seja, o que é repassado aos membros da coletividade não é igualmente distribuído, variando segundo critérios como gênero, idade, função social (SÁEZ, 2002; ELLEN; HARRIS, 1996), laços de parentesco, preferências individuais (SÁEZ, 1998), além da continuidade ou não das gerações.

O conhecimento tradicional é adquirido através da experiência e passado para a geração seguinte. O contexto desse conhecimento é o ambiente local, em todos os seus aspectos culturais, sociais, econômicos e físicos. Para responder aos desafios das condições locais e da natureza em permanente mudança, esses povos tiveram que desenvolver capacidades adaptativas. E é isso que torna o conhecimento tradicional dinâmico, sendo constantemente modificado para satisfazer as necessidades, condições e prioridades do momento.

Até aqui foram exploradas algumas características do conhecimento tradicional, os elementos comuns que podemos extrair das definições de conhecimento tradicional, de forma geral independente das denominações particulares dadas pelos diferentes autores, seriam: i) é um conhecimento empírico, fruto de trabalho intelectual; ii) é transmitido oralmente de geração em geração; iii) não se separa o mundo físico, do espiritual e social; iv) os canais de distribuição são diversos, tornando-o fragmentado no seio da comunidade, ou seja, é construído socialmente, embora que em certos tipos de

comunidades tradicionais passam ser da competência de um grupo específico; v) não é estático e evolui ao longo do tempo à medida que as comunidades respondem aos novos desafios e necessidades. Portanto, o que distingue um conhecimento como tradicional é, fundamentalmente, o modo, o processo, a forma como é adquirido, produzido, usado e transmitido, e não o seu conteúdo específico.

As abordagens do conhecimento tradicional são diversas, seus domínios intelectuais incluem sistemas de classificação de animais e plantas (Jensen, 1985; Berlin, 1992; Mourão e Nordi, 2002); estratégias de coleta e captura de espécies (Marques, 1991; Hanazaki, 2003; Bergossi, 2006; Souto, 2007); medicina e farmacologia (Elisabetsky, 1987; Figueredo et al. 1993; Silva, 1997); astronomia (Ribeiro, 1987); além de técnicas de uso e manejo de recursos naturais (Posey, 1987). Muitos desses conhecimentos têm sido utilizados em pesquisas científicas, especialmente nos campos de botânica, farmacologia, zoologia e ecologia.

Diegues aponta estruturas do saber acumulado pelas comunidades tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influencia da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca, sobre os ecossistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a preservação das espécies. Para o autor, o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. (DIEGUES, 2004).

Esses padrões foram há meio século destituídos, enquanto Popper exigia que uma teoria para merecer o nome científica, pudesse dar origem a experimentos que a refutassem, pudesse em suma ser mostrada falsa, Kuhn, ao mostrar historicamente a incomensurabilidade das diversas teorias científicas ou “ciências normais”, faz ver que nenhuma atende realmente ao quesito de Popper, derrubando esse argumento que muitos utilizam para menosprezar o valor do conhecimento tradicional.

Lévi-Strauss (1962) destaca a natureza teórica do conhecimento selvagem: a diferença entre ciência tradicional e ciência de tipo ocidental, que existe e é enfatizada, não residiria nas operações intelectuais envolvidas, mas nos objetos a que se aplicam, conceitos no caso da grande ciência, propriedades sensíveis na ciência selvagem.

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (2012), hoje os sistemas de conhecimento ditos tradicionais, na medida em que exploram as possibilidades de ontologias diversas e mundos alternativos, merecem análise da filosofia da ciência mais contemporânea. Pois,

É exatamente por essas razões que a descrição minuciosa dos sistemas de conhecimentos ditos tradicionais é da maior importância para a antropologia e filosofia da ciência. Cabe à antropologia entender procedimentos, protocolos, direitos associados, tipos e vocabulários de conhecimento, epistemologias dos diversos tipos e muito mais. (CUNHA, 2012, p.458).

Esses conhecimentos como já vimos, são construídos dentre outras coisas, através da convivência com a biodiversidade, onde essas comunidades nomeiam e classificam as espécies vivas com suas categorias e nomes. Diegues (2000) fala numa etno-biodiversidade, que seria riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a. O autor ainda conclui que a biodiversidade pertence tanto ao domínio natural quanto do cultural, mas que é a cultura enquanto conhecimento que permite às comunidades tradicionais entender, representar mentalmente, manusear, retirar suas espécies e colocar outras, enriquecendo-a com frequência.

O conhecimento tradicional é particularmente rico, por ser detido, mantido e expandido por populações muito diversas entre si e na maioria das vezes articularmos esse conhecimento com o científico, causa problemas sérios. De acordo com Manuela Carneiro Cunha, isso acontece porque “químicos, farmacólogos, agrônomos, biólogos em geral, com poucas e honrosas exceções, não levam a sério a contribuição do conhecimento tradicional e certamente não se dispõem a repartir com seus detentores os louros e benefícios das descobertas” (CUNHA, 2012, p.440).

A respeito das diferenciações entre o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno, para Lévi-Strauss (1989), o conhecimento tradicional compõe a “Ciência do concreto”, a qual se distingue da ciência ocidental moderna, mesmo que tenha o mesmo padrão conceitual e metodológico, para ele, enquanto esta última possui um objeto de investigação definido, que tem como finalidade a satisfação das necessidades humanas, a ciência do concreto busca o conhecer pelo conhecer e, tal como a ciência ocidental, fundamenta-se em constatações empíricas.

Por outro lado, como já discutido, umas das diferenças primordiais entre o conhecimento produzido pelas sociedades orais e pelas sociedades letradas é principalmente o modo de produção desse conhecimento, enquanto um se baseia na oralidade, a segunda utiliza a escrita como ferramenta para a transmissão e continuidade dos conhecimentos (LENCLUDE, 1994). Nesse contexto, é necessário que os conhecimentos tradicionais sejam interpretados a partir de como foram produzidos, para

que não sejam padronizados e fragmentados como conhecimentos originados na ciência moderna (ELLEN, 19997; TOLEDO, 2000).

Além disso, é necessário encontrar uma forma para o conhecimento científico e o conhecimento tradicional viverem juntos. De acordo com Manuela Carneiro, “viverem juntos não significa que devam ser considerados idênticos. Pelo contrário, seu valor está justamente na sua diferença” (CUNHA, 2007, p.84) O problema, então, é achar os meios institucionais adequados para, a um só tempo, preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional, reconhecer e valorizar suas contribuições para o conhecimento científico e fazer participar as populações, além de encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

6.2 PESCADORES, MUITO ALÉM DE CONTADORES DE HISTÓRIA

Os pescadores fazem parte das comunidades tradicionais, por apresentarem um modo de vida peculiar, principalmente os que vivem basicamente das atividades pesqueiras marítimas. Segundo Diegues (2000), eles estão espalhados pelo litoral, pelos rios e pelos lagos, e possuem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas complementares. Para Diegues, a pesca dificilmente promove o desenvolvimento econômico e sim se associa ao subdesenvolvimento econômico encontrado nas comunidades de pesca encontrado no mundo inteiro (DIEGUES, 1973).

Esses pescadores, sobretudo os artesanais, possuem uma produção, “em geral, familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos”. Apesar de grande parte deles viver em comunidade litorâneas não-urbanas, alguns moram em bairros urbanos ou periurbanos, construindo aí uma solidariedade baseada na atividade pesqueira. (DIEGUES, 2000, p.56).

Além disso, eles “praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada.” (DIEGUES, 2000, p.56).

Isso ocorreu com os pescadores que fazem parte desta pesquisa, as falas de Seu Natureza e Teteu relembram a época em que a Praia do Forte era uma vila pacata, onde a pesca costumava ser de subsistência ou complementar:

Naquela época aqui, a pescaria aqui pra nós vender o pescado era difícil. Meus irmãos mesmo saíam pra pescar, quando eles chegavam era a coisa mais difícil do mundo, porque não tinha freguesia nenhuma, era pequena, um povoadinho. Era mais pra comer né, pra se alimentar. Quando chegava o pessoal que, fim de semana, uma hipótese, o pessoal trabalhava na fazenda fim de semana tava todo mundo aqui, sexta, sábado o pessoal vinha de fora, vendia uma farinha, uma fruta, um negocio... Então a gente fazia aquele, trabalhava com peixe, troca. – Seu Natureza.

Antes de eu chegar a pescar já foi mais difícil ainda vender peixe, chegava a trocar, por farinha, por outra coisa semelhante. Porque o comprador era menos, a quantidade de pessoas era pequena e dava muito peixe! – Teteu.

Como mostrado nos trechos acima, o peixe funcionava nas trocas antigamente na Praia do Forte, caracterizando um tipo de economia, numa outra lógica de produção e consumo, característica das comunidades tradicionais.

De acordo com Diegues (2004), as principais características para designar pescadores como tradicionais, são: o fato de não utilizarem a escrita; de serem sociedades em que o conhecimento é gerado e transmitido pela oralidade através de um linguajar particular; conhecerem os ciclos naturais e dependerem deles para sua sobrevivência; viver em pequenos aglomerados com atividades organizadas no interior de unidades familiares, onde as técnicas têm baixo impacto sobre a natureza.

Em relação a essa característica do conhecimento transmitido através da oralidade, aparece em uma fala de Buduga, “Nós fomos aprendendo com os mais velhos né, depois que marcar mesmo você tá lá em alto mar, você vai pra tal lugar assim e assado, é isso e isso, tal marca essa, tal marca essa... Conhece as marcas? – Conheço! Vamo.” Contando como aprendeu a pescar, ele descreve como seu Padrinho ensinava:

– Você vai botar tal marca assim, assim, assim.

– Meu padrinho, num acertei!

– Tal marca tava assim?

– Não. Tava assim...

– Então tá errado, bote assim.

Era assim... Tinha velho que ensinava a gente e tinha velho que dizia “hoje eu quero pescar em tal lugar, a marca é essa, bote!”. E tinha pescador que batia a chumbada no chão, de cem braça, “não tá não, não tá no lugar não, tá errado!”. “Você rapaz, se levante e olhe, porque as marcas de alto mar não é aqui na praia não, é lá no centro... pra dentro do mar!” Um galho de mato, você tinha que descobrir aquele galho de mato

– Tá vendo?

– Tô.

– Tá? Bora! Jogue o ferro aí, tá no lugar?

– Tá, agora tá.

Esses ensinamentos frequentemente são repassados por membros da própria família ou de relacionamento próximos, como no caso de Seu Natureza, “tudo que eu

sei de pescaria aprendia com meu irmão, meu irmão e meus avós”, e Seu Dedé, “aprendi com meu pai. Meu pai era até pescador de baleia antigamente.”.

Outras características destacadas por Diegues (2004, p.30) como comuns entre os pescadores, são:

a combinação entre pesca, agricultura, artesanato e outras atividades, o uso de formas de ajuda mútua, como o mutirão e troca de dias, a pouca importância dada à religião oficial, ao casamento como instituição civil e religiosa, à quase total inexistência de lideranças, além da importância dada aos mais velhos, e o apego ao lugar, apesar das contínuas migrações.

Dentre os pescadores entrevistados aqui, esse apego ao lugar é comum a todos, alguns declaram que não deixariam a Praia do Forte por nada. Outros, em algum momento da vida deixaram, mas acabaram regressando, o que aconteceu com Seu Natureza e Seu Dedé. “Eu saí daqui quando tinha treze anos, treze anos. A minha mãe era nativa, eu sou nativo, todo mundo, minha família toda era daqui. Mas aí, todo mundo trabalhando, isso, aquilo outro, voltei. Voltei em noventa pra aqui”, - Natureza.

Seu Dedé deixou a Praia do Forte para trabalhar na Marinha, que segundo ele mesmo, chegou a viajar por todo o litoral Brasileiro, mas no fim voltou para o seu porto seguro:

Eu comecei como marinheiro, comecei a viajar dando assistência as plataformas lá no mar, viu? Lá pescava porque quando parava o rebocador a gente botava linha e pegava o peixe também, não esquecia o peixe não. É, nasci aqui nessa casa. Trabalhei um bocado, mas quando me aposentei eu vim me embora pra cá. – Seu Dedé.

Os pescadores comumente são relacionados ao mito do paraíso perdido, vistos muitas vezes, romanticamente, vivendo num reino da natureza, quase confundindo-o com a própria natureza (CUNHA, 2004, p.106). “Essa visão idílica do pescador artesanal, centrada numa concepção física e exterior da natureza, tende a congelá-lo no tempo, como se fosse ausente de movimento, ausente de desordens.” (IDEM, 2004, p.106). É uma visão, além de romancista, complicada por considerar que o pescador – por ser tradicional – tenha um comportamento parado no tempo. Diegues (2004, p.23), deixa claro que “essa tradição, herdada dos antepassados, é constantemente reatualizada e transmitida às novas gerações pela oralidade”, ou seja, ser tradicional não significa ser estático. Érika Fernandes-Pinto e José Geraldo Marques (2004, p.188) também defendem que,

O tradicional neste tipo de conhecimento não é a sua antiguidade, mas a forma como ele é gerado, transmitido e posto em prática. As comunidades tradicionais não estão imobilizadas no espaço nem congeladas no tempo, ao contrário, retiram parte de sua vitalidade da sua capacidade de se comunicar e se mover. O conhecimento não é apenas transmitido de geração a geração pela oralidade. Ele é dinâmico e envolve pesquisa, experimentação, observação, raciocínio, especulação e intuição. Além da transmissão cultural vertical (entre gerações), muito conhecimento aperfeiçoa-se na horizontalidade (entre uma mesma geração), por meio das conversas e das interações do cotidiano. Além disso, muito do aprendizado sobre pesca é visual, não envolve oralidade. (FERNANDES-PINTO; MARQUES, 2004, p.188).

Uma característica apontada por Cunha (2004), como resistente as mudanças sociais que sofreram as comunidades pesqueiras nas ultimas décadas, é a lua como um dos astros que, de acordo com as representações sociais do pescador, atua em seu universo eco produtivo, favorecendo boas ou más pescarias.

A lua mexe com a pesca, a lua mexe com tudo”. Tais expressões são muitas vezes evocadas pelos pescadores artesanais e integram particularmente o universo cósmico dos mais velhos. Pode-se constatar que a lua é o principal componente que atua no ciclo da maré, condicionando a elevação do nível do mar, a força da corrente, influenciando na presença do peixe no espaço aquático e na modalidade de sua captura (CUNHA, 2004, p.108).

Os pescadores da Praia do Forte também tinham essa relação com a lua, como um astro que norteava o trabalho do pescador, como relata Buduga que “antigamente sobre a pesca, nós trabalhava pela lua, lua cheia, lua nova, quarto crescente, quarto minguante, se sabia tudo isso de cabeça, é tal dia, isso, isso e isso”. Outro pescador explica o período que a tartaruga marinha saía para desovar, de acordo com a lua, “antes de ela sair, maré de quarto mesmo, maré de lua, nós saía procurando pela praia, elas saía pra desovar”, lembra Seu Natureza.

Sobre a relação dos pescadores com o tempo, pode-se dizer, de acordo com Cunha (2004, p.108), que os pescadores artesanais ainda tecem o seu próprio tempo, num ritmo dissonante do ritmo urbano-industrial, pois sua vida segue os movimentos próprios da natureza – das marés, das espécies, dos astros e da atmosfera.

A rigor, é um ritmo que se funda, de um lado, na especificidade do ecossistema marinho, que se apresenta imprevisível, cíclico e móvel; e, de outro, na atividade produtiva – a pesca-, que se encontra entrelaçada com a passagem das espécies nas águas (com seu ciclo biológico e movimento migratório), regulando o tempo de trabalho. (CUNHA, 2004, p. 108)

Ou seja, é a pesca que comanda os horários do dia-a-dia, a sucessão, ordenamento das tarefas e seus intervalos, no entrelaçamento da atividade com a natureza (CUNHA, 1987). Essa regulação de horários e frequências de ida à pesca está sempre relacionada aos elementos da natureza.

Quando eu pescava ia, se o tempo tivesse bom, ia diariamente, durante uma semana de segunda à sexta, ou até mesmo sábado. E aí, se o tempo ficasse ruim, a gente ficava dependendo do tempo. Porque é a vida do pescador, a gente depende do tempo. E aí se pega muito peixe, ótimo. Se num pega tem que voltar à pesca né, porque a vida do pescador é assim, ele vive de tentação, tenta pegar, se não pegou ele tem que voltar a insistir porque ele vai sobreviver disso, então essa é a vida do pescador. – Teteu.

Seu Santana também comenta essa dependência das condições climáticas

Ah, naquele tempo era savero à vela, saía de manhã, chegava de tarde. Às vezes saía de tarde, chegava no outro dia, passava a noite, chegava no outro dia de manhã. E a rotina continuava sempre assim. Ia. Só se tivesse tempestade, aí a gente não ia. – Santana.

Os olhares externos desconhecem que esse sujeito social possui uma forma de ordenação temporal e espacial diferente do contexto urbano-industrial e um conjunto de saberes decorrentes das interações de séculos com a natureza, dos quais a modernidade não pode prescindir para sua continuidade no tempo.

As mudanças sociais que vêm ocorrendo, no interior das comunidades de pescadores nas últimas décadas, de acordo com Cunha (1987), têm descaracterizado essas comunidades em função da expansão da urbanização, do turismo e da especulação imobiliária.

Esses pescadores vêm sofrendo ameaças à sobrevivência dessa tradição, especialmente em razão dos avanços da especulação imobiliária a partir das décadas de 50 e 60, que privou grande parte dessas comunidades de suas posses nas praias, obrigando-os a exercer atividades de caseiros e pedreiros (DIEGUES, 2000).

Esse fenômeno pode ser observado na Praia do Forte-BA, onde os pescadores relatam o desinteresse das novas gerações pela atividade pesqueira devido à oferta de trabalho em serviços relacionados com a atividade turística, em casas de segunda residência, hotéis e restaurantes, como já vimos alguns relatos no primeiro capítulo. Para enfatizar esse fato que ocorre não somente em Praia do Forte, mas em toda região, um relato do pescador Buduga: “Nenhum parente, sobrinho, não tem nenhum pescando. Você num encontra pescador mais... Arembepe, Monte Gordo, Barra de Ipojuca, você

não encontra pescador, todo mundo foi procurar outras atividades. Essa rede hoteleira puxou muita gente. Ave, e como puxou!”.

Outra fator que vêm contribuindo para a perda da tradição de pesca artesanal, como aponta Diegues (1973; 1983), acontece desde o Brasil colônia quando a atividade pesqueira era de subsistência, porém, com o processo de urbanização desde 1920, se instituiu a pesca praticada por indústrias e isso não representou uma passagem gradativa da pesca artesanal para a industrial, mas a criação de uma produção isolado do artesanato. A pesca industrial, com todo seu maquinário moderno, foi introduzida em contraposição a pesca artesanal. O “saber-fazer” profissional do pescador experiente foi sendo, aos poucos, substituído por aparelhos eletrônicos. (DIEGUES, 1973; 1983).

Essa situação aparece nos relatos que seguem. “As saveiros eram todas à vela, num existia internet também, essas tempestades anunciadas a gente num tinha naquele tempo, tinha que comer fora mesmo”, Santana. A mesma situação é confirmada por outro pescador:

Os barcos eram a vela, não era motor. Hoje são todos motorizados, tecnologia moderna, GPS, sonda. Antigamente sua marca era isso aqui, o olho. Tinha que marcar pelo olho! Hoje não, hoje é tecnologia, você bota aí o nome que você quiser, você bota aí, bota no GPS. Pronto, você vai. Daqui dez anos você “Porra, quero ir naquele lugar, naquela pedra!”, aí você vai no GPS, ele dá. Pronto, aí você vai bater em cima. – Buduga.

Ou seja, muito dos conhecimentos desenvolvidos e repassados pelos pescadores tradicionais sobre a arte da pesca, os pescadores industriais não chegam a conhecer ou desenvolver, pois contam com recursos tecnológicos que substituem em alguns aspectos o conhecimento tradicional do pescador artesanal. Porém, são dois modos de produção diferentes, cada qual com suas particularidades.

Até aqui foram abordadas discussões sobre as comunidades tradicionais e o conhecimento tradicional oriundo dessas comunidades, destacando as comunidades de pescadores, com o objetivo de situar o leitor partindo de informações mais gerais, para posteriormente, abordar especificamente os conhecimentos tradicionais dos pescadores da Praia do Forte sobre as tartarugas marinhas. Ou seja, o caso dos pescadores da Praia do Forte e seus conhecimentos tradicionais sobre as tartarugas marinhas.

6.3 O CONHECIMENTO TRADICIONAL DOS PESCADORES DA PRAIA DO FORTE SOBRE AS TARTARUGAS MARINHAS

Na literatura sobre o Projeto Tamar está relatado que no início do projeto ainda não havia no Brasil, por parte de pesquisas científicas, dados sobre as tartarugas marinhas e seu modo de vida. (SUASSUNA, 2000; FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000). Desse modo, quando o Tamar iniciou suas atividades, a fim de descobrir a existência de tartarugas marinhas no Brasil e, posteriormente, na realização de trabalho de conservação dessas espécies, contou com a ajuda e conhecimento tradicional dos pescadores das regiões que se instalaram, pois eles já estavam habituados e possuíam conhecimento sobre o comportamento dessas espécies no Brasil.

Apesar de no livro “Assim nasceu o Tamar”, dizer que os pescadores da Praia do Forte “sequer conheciam tão profundamente hábitos e comportamento dos animais” comparando com os conhecimentos dos “tartarugueiros de Pirambu e os carebeiros de Regência” (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000), a Praia do Forte foi uma das primeiras bases de instalação do Tamar, como abordado no capítulo dois, portanto, é de se supor que a contribuição da comunidade de pescadores através dos seus conhecimentos tradicionais foi substancial.

A coordenadora do Tamar, e também fundadora do projeto, que se instalou na Praia do Forte na ocasião quando foi montada a base pioneira na década de 1980, Mariângela Marcovaldi (Neca), reconhece a contribuição do conhecimento tradicional dos pescadores da Praia Forte para o Tamar, na fase inicial do projeto:

No período que eu cheguei, já na época da desova, mas não sabia direito qual que era a época, não sabia direito quando terminava... Era uma aventura, tinham pouquíssimos animais na praia, então eu através dessa senhora (Neca se refere a Dona Ediza), eu comecei a tentar entender como é que ia pra praia e aí entrou o conhecimento dos pescadores, ela dizia quem sabia, quem que ia tartarugar, como é que funcionava, com quem que eu podia falar, aí eu comecei a falar com essas pessoas.

E prossegue a coordenadora, sobre o assunto:

Então a primeira ideia que nos veio à cabeça, foi uma ideia absolutamente intuitiva, foi assim, a gente não entende nada de tartaruga na praia, a gente tem um diploma, tem uma informação lá do Hemisfério Norte, que sabe o que é que acontece, como é que acontece são as pessoas que usam elas (as tartarugas). – Neca.

A fala de Neca se refere ao fato de, na época, não existirem estudos científicos sobre as tartarugas marinhas no Brasil, portanto ela tinha como base informações sobre o comportamento dessas espécies no Hemisfério Norte, que não se aplicavam ao caso do litoral Brasileiro. Com isso, foi através das informações dos pescadores que o Tamar pode conhecer o comportamento das tartarugas marinhas nas praias daqui.

Todo o trabalho de campo, todo o nosso trabalho de campo inicial, sair pra praia, horário pra sair pra praia, onde é que tinha mais chances de ter tartaruga, a maré, a profundidade dos ovos, aonde que os ovos tavam, toda a nossa coleta de dados biológicos inicial veio deles. Se nos jogassem na praia aí perdidos, a gente não ia, ia fazer ia, mas ia demorar trinta vezes mais tempo. Como nós estudamos na Faculdade era, isso Faculdade de Oceanografia!, um super curso, como todos os trabalhos científicos eram do Hemisfério Norte, dizia que a época de desova era de junho à setembro, que era o verão lá. Então se a gente tivesse ido atrás daquilo – e não tinha nada escrito que era por causa da sazonalidade, falava nos meses – nós teríamos vindo pra praia num mês completamente errado, se nós não tivéssemos feito levantamento, perguntado. – Neca.

O fato dos oceanógrafos do Tamar procurar informações através do conhecimento dos pescadores e levá-los em consideração deve ser valorizado, pois nem sempre os cientistas reconhecem o valor de conhecimento dessas comunidades. A respeito disso, Marie Roue (2000, p. 74) cita Johannes em sua obra Saberes Ecológicos Tradicionais, onde ele lembra “o surpreendente desprezo dos cientistas para com os saberes de gente da terra”:

Imagine people who confidently assume they can best describe and manage the natural resources of an unfamiliar region alone - ignoring local hunters who know every cave and waterhole and the movements and behavior of a host of local animals - overlooking the farmers who know the local soils, microclimates, pests and seasonal environment changes - disregarding the native fisherman who know the local currents and the movement and behavior of the marine life in their waters. (Johannes, 1989, p.5).¹²

Em outras palavras, os cientistas que ignoram o conhecimento das comunidades tradicionais, desperdiçam uma fonte a qual a ciência jamais poderá se igualar, por serem adquiridos de formas distintas do conhecimento ocidental. O Projeto Tamar considerou essas informações, pois estudos na área do etnoconhecimento “têm mostrado que os conhecimentos adquiridos por comunidades tradicionais pesqueiras são aprofundados,

¹² Tradução: Imagine pessoas que assumem com confiança que possam melhor descrever e gerenciar os recursos naturais de uma região desconhecida, ignorando caçadores locais quem conhece cada caverna, furos de água, movimentos e comportamentos dos animais locais, com vista para os agricultores que conhecem os solos locais, microclimas, pragas e alterações no ambiente sazonal, desconsiderando os pescadores nativos que conheçam as correntes locais, movimentos e o comportamento da vida marinha nas suas águas.

ricos em detalhes, e muitas vezes concordantes com observações científicas.” (FERNANDO-PINTO; MARQUES, 2004, p.164).

O conjunto de informações teórico-práticas que os pescadores apresentam oferece grande fonte de conhecimentos praticamente desconhecida pela ciência ocidental. A exemplo disto estão os conhecimentos dos pescadores da Praia do Forte sobre as tartarugas marinhas, sobre comportamento; hábitos alimentares; ecologia e reprodução. Uma das informações principais, as quais os pescadores da Praia do Forte passaram para o Tamar, foi sobre a reprodução da tartaruga, a frequência que as fêmeas desovam, os locais da desova, como encontrar uma ninhada de ovos de tartaruga, como eles descrevem nos trechos a seguir.

Coisas que eles não aprenderam, fui eu que ensinei. Como tem até a parte que a tartaruga, ela sobe aqui, numa postura, e desce aqui. A outra ela sobe aqui e desce aqui, em vários lugares. Quando ela sobe assim e que desce aqui e cruza o rastro, acabou a postura. Até isso nós sabia porque você via uma tartaruga fazer isso, então você marcava, durante um ano ela não saía mais, aí você guardava na memória. Cada qual tem um lugar de pôr, ela num põe uma em cima da outra. Bom, então, eu expliquei tudo, eles seguiram meus exemplos, como até vieram me agradecer – Nuca.

Seu Nuca explicou ao pessoal do Tamar, a quem ele se refere como “eles”, sobre a desova da tartaruga, o fato de ela subir do mar até a praia, colocar os ovos e descer do lado oposto ao que subiu, formando o desenho de um oito como ele mesmo gesticulou durante sua fala. Interessante notar alguns aspectos que claramente caracterizam o conhecimento tradicional, como quando ele fala “nós sabia porque você via uma tartaruga fazer isso”, ou seja, um conhecimento adquirido no território próprio, ao longo do tempo, através da observação do comportamento da tartaruga marinha. Além do registro através da memória, da frequência com que a tartaruga desova “você marcava, durante um ano ela não saía mais”. Os pescadores Santana e Buduga relatam da mesma forma a desova da tartaruga,

Ela deixa o rastro quando ela sobe, fica parecendo um caminho de, um rastrinho de carro que saí de dentro pra fora assim, ela saí e procura o lugar. Ela mesmo cava o buraco, ela faz a ninhada dela, ela mesmo tapa, ela bate o lugar, não é todo mundo que acha. Quando ela bate, ela... É um negócio perfeito. E desce também, não desce pelo mesmo lugar, desce por outros, um pouquinho mais afastado. – Santana.

Buduga, também descreve o momento da postura dos ovos da tartaruga, mostrando que tem grande conhecimento sobre os hábitos dela:

Quando ela sobe ela deixa o rastro, ela sobe aqui, desce aqui, faz isso. Ela tem que cruzar, se ela cruzou aí você sabe que ela pôs. Se ela não cruzar, ela subir aqui e descer aqui, ela foi lá, olhou, mas não pôs, amanhã ela vem, amanhã ela vem pôr. E ainda tem outra coisa, ela põe com trinta dias ela sobe novamente e bate o lugar ó (gesticula o movimento da tartaruga), ela bate no lugar. Tem outra coisa, ela não põe cento e cinquenta ovos? Sai cento e quarenta, são cento e quarenta tartaruga, eu não sei se vai sobreviver dez. Quando eles tão descendo o peixe come, o caramuru, a moreia, comem. Ai sobrevive dez, quinze, vinte de uma ninhada dessa. – Buduga.

Chama atenção o pescador se atentar a detalhes tão minuciosos do comportamento desse animal, como ela cruzar seu rastro indica que a postura dos ovos foi feita e que retorna para bater sob o ninho após trinta dias da postura, tempo em que os filhotes estão próximos a sair do ninho, que ocorre em média após quarenta dias. O conhecimento tradicional com tudo que o caracteriza como tal, pode dar conta de informações deste tipo.

Seu Nuca também menciona as batidas que a tartaruga dá em cima do ninho e a habilidade delas em esconder onde foi feita a postura, que só consegue ser descoberta por quem tem a habilidade:

Muitos, às vezes, não conhece, mas muitos contam como é o trabalho delas aqui... Mas eu que sempre andava pela beira da praia, uma vez chegou uma por trás de mim, um dia nós tamo aqui nessa barraca, na barra das cinco da manhã ou cinco e meia, menina quando damo fé, tamo vendo naquele coqueiro dali ó, só via a areia subir assim ‘vulp, vulp, vulp’, mas que zorra é aquela?! Aí o cara foi lá e chamou, disse “Ah, vem ver uma tartaruga pondo aqui”, ela já tava aterrando os buracos pra poder ir entrar dentro d’agua. Só você vendo! Quer dizer, então é uma dessas que já conta como é o seguimento dela. É tanto que a tartaruga até, ela cava de um jeito que você que não entende não sabe onde é que tá os ovos, porque além dela enterrar, aqui no lugar ela bate assim com as asas. – Nuca.

Nessa fala, Seu Nuca deixa claro que o conhecimento tradicional a respeito das tartarugas marinhas é adquirido no cotidiano, através das experiências, nas andanças pela praia, como ele mesmo diz, “é numa dessas que já conta como é o seguimento dela”.

Isso foi num determinado tempo, a pessoa ali de noite, andando pela praia, e dali subia uma tartaruga. E às vezes ela aí pondo, aí deixava pôr, ela às vezes ia embora, nós daqui que não bulia com ela, mas tinha pessoas que vinha do interior... Ela subia hoje, hoje é quanto? É nove, nove de maio, nove de junho ela subia novamente pra segunda postura. Você ficava marcando. Bom, naquela época você sentava aqui, eu digo-Menina, você quer ver como uma tartaruga desova? Hoje nós vamos. – É mesmo? – É. Aí quando desse a hora mais ou menos, que sempre é de noite, eu chamava você, nós subia aqui, chegava lá nós não ficava na beira da praia como tá o pessoal aí, chegava no coqueiral nós sentava, ficava ali, debaixo do coqueiral, daí a pouco eu digo –

Lá vem ela! Ela vinha, subia, olhava prum lado, olhava pra outro, aí começava a cavar com aquela pata aquela panela tão bonita que você fica besta.

Seu Nuca demonstra um encantamento com o trabalho da tartaruga em cavar o ninho para postura, ao chamar de “panela tão bonita”. Além disso, podemos perceber nesse trecho que os pescadores sabiam os períodos e dias certos que as tartarugas vinham desovar, pois “ficavam marcando” esses dias.

Quando ela ia assim pra pôr, nós podia chegar acender uma vela, qualquer luz ali, ela fazia todo serviço sem sair dali. Depois então ela aterrava tudo, saía bagunçando pra você perder o lugar onde ela pôs e caía na água e ia embora. Então isso, com determinado tempo nós fomos aprendendo – Nuca.

Nesses trechos apresentados com as falas do Seu Nuca, ele chama atenção para as maneiras da tartaruga marinha esconder os ninhos, “ela cava de um jeito que você que não entende não sabe onde é que tá os ovos” e o conhecimento necessário para descobri-los, que conforme ele relata “com determinado tempo nós fomos aprendendo”. Um aprendizado que ocorreu na praia, território do pescador, na sua rotina, como as falas “muitos, às vezes, não conhece, mas muitos contam como é o trabalho delas aqui... Mas eu que sempre andava pela beira da praia...” e “foi num determinado tempo, a pessoa ali de noite, andando pela praia”, deixam claro.

As “manhas” das tartarugas marinhas, para proteger os ninhos dos predadores são diversas, além de ciscar toda a areia da praia próximo ninho para disfarçar o lugar exato, elas fazem vários buracos, de acordo com Buduga, “ela é bandida viu, ela faz oito, dez buracos na praia e põe um só” e Santana comenta que,

Às vezes olhava quando a tartaruga ia por, pegava os ovos. Os sabidos, os mais entendidos pegavam os ovos porque elas fazem vários buracos antes de pôr os ovos, ela só põe num lugar, mas se o cara não sabe cava ali, cava ali e não acha nada, não encontra que ela faz vários sinais de ter posto ali e não põe, só põe num lugar. Então quem sabe já vai na certa. – Santana.

Porém os pescadores descobriram uma técnica para encontrar a localização exata do ninho, “você vai de dia e o mosquito le indica, o mosquito vai onde ela pôs. Mesmo coberto de terra, mas o mosquito tá ali em volta, ao redor do buraco onde tá os ovos. É, tudo isso tem que ter noção”, explica Santana. Ou seja, no dia seguinte a postura dos ovos no ninho, os mosquitos ficam em volta da superfície e assim os pescadores identificam a localização do ninho. Outra técnica é procurar com um pau, “ele vai com

o pau, aí o lugar que ela pôs o pau penetra com mais facilidade” - Santana. Essa técnica é utilizada pelo Tamar ainda hoje na procura dos ninhos para demarcação.

Apesar da forma de os pescadores explicarem como encontrar um ninho, dar a impressão de ser um trabalho simples, não é. Consiste em um trabalho que requer experiência, adquirida através do conhecimento tradicional. Imagine, por exemplo, uma pessoa comum sair à procura do ninho, mesmo que encontre os rastros da tartaruga, levará horas pressionando um pau sobre a areia da praia e muito provavelmente não conseguirá encontrar. Além de que uma pessoa sem a experiência pode pisotear o ninho e comprimir os ovos, chegando a quebrar.

A respeito da época de desova das tartarugas marinhas no Brasil, eles também tinham conhecimento. A coordenadora técnica do Tamar, Neca, afirmou que era um dado que não havia no curso de Oceanografia e que o Tamar obteve essas informações através do contato com os pescadores. O período, de acordo com Seu Nuca, é “de janeiro até agora maio sempre elas saí mais. Quando dá de agosto, setembro, outubro em diante e assim, saí muito poucas, muito poucas mesmo. Quer dizer, quando chega no verão não, aí acabou.”.

Outra informação ainda sobre a desova, quem revela é o pescador Santana, que todas as posturas durante a vida de uma tartaruga marinha, serão no mesmo lugar. “Aqui nesse pé de árvore mesmo todo ano sobe, porque ela não muda o lugar, é a mesma. Só falta agora elas botarem ovo lá dentro do projeto!” – Santana.

Os relatos dos pescadores trazem informações sobre o comportamento das tartarugas marinhas em aspectos variados, que não necessariamente contribuíram como informações úteis para o Projeto Tamar, mas que devem ser consideradas. Seu Dedé fala sobre o acasalamento da tartaruga marinha, que de tão demorado, facilitava a captura do animal:

Quando elas tavam namorando se agarravam assim, chegava lá na praia, bastava. Pegava, ela quando começa a namorar demora muito, agarrada uma na outra. Já outro peixe ninguém via ela namorar não, mas a tartaruga a gente via, via que ela embolava na praia assim, agarrada uma na outra. – Seu Dedé.

Sobre os hábitos alimentares das espécies de tartarugas, eles também têm conhecimento. De acordo com os pescadores da Praia do Forte, elas se alimentam de algas marinhas, “ela vem entre os corais, vem pros corais porque se alimenta de, se alimenta com as algas, conhecida também como sargaço, aquela que fica nas pedras. Então ela vinha se alimentar ali” – Teteu. As praias na região da Praia do Forte são

repletas de recifes e corais, o que explica, dentre outros motivos, a enorme quantidade de ocorrências de tartarugas marinhas nessas praias, já que se configura como um ambiente favorável à alimentação delas.

Em relação ao conhecimento das comunidades tradicionais, neste caso, comunidades de pescadores tradicionais, “a literatura tem mostrado que essas populações conseguem distinguir diferenças mesmo sutis ou imperceptíveis talvez para as pessoas de outra cultura, sobre, por exemplo, elementos que compõem seu “território” e que exprimem o nível de percepção de sua complexidade” (CASTRO, 2000, p.170). À exemplo deste pensamento de Castro, muito foi mostrado aqui, com conhecimentos específicos dos pescadores da Praia do Forte, que pessoas com modos de vida distintos provavelmente não conseguiriam obter com tanta facilidade.

Importante observar que na visão dos pescadores, esses conhecimentos, por estarem atrelados ao seu modo de vida de forma tão natural, são fáceis de absorver, “Eu não tenho explicação não, é você só andar na beira da praia, você vai andando na praia, vai andando na praia...”, explica Buduga, quando questionado sobre como descobrir um ninho de tartaruga na praia.

Os demais pescadores também exprimem a mesma ideia, de que encontrar o ninho da tartaruga é um trabalho fácil:

“A tartaruga até aí perto do farol, por aí afora, ela vinha a gente sabia onde ela foi, que ela ia, deixava o rastro, enterrava os ovinhos, tudo isso a gente via, **muito fácil**” – Seu Dedé.

“A gente já sabia, a gente já nasceu... Já tinha isso por aqui, já tinha a tartaruga. Todo lugar era visível, **todo mundo sabia, até as criancinhas** como eu na época que era pequeno já sabia. Dizia, aqui subiu uma tartaruga, aí os meninos cavavam, tiravam os ovos.” – Santana.

“Mas o ninho da tartaruga **até você descobre**, porque você chega andando na praia de noite, quando é hoje de noite, nós vamos dá uma subida na praia na hora da maré, aí onde subiu a tartaruga você vê o rastro, tá entendendo?” – Seu Nuca.

Para ele, é algo tão simples que até eu descobriria. Para mim, a começar pela “hora da maré”, a qual ele se refere como o momento para sair à busca do ninho, já estaria perdida, pois desconheço qual seria.

Se você não sabe, deixa o sol sair, quando saí os mosquitos fica em cima da ninhada, por causa do cheiro da tartaruga, fica em cima delas, aí você chega

ali com um pau, botou assim ele é duro, aí você faz com força ele já desceu e pronto fura um ovo daquele e pronto, você conhece e vai. –Seu Nuca.

Destaquei em negrito os trechos que os pescadores se referem à captura da tartaruga e identificação dos ninhos como “muito fácil”, “todo mundo sabia, até as criancinhas”, “até você descobre” para explicitar a ideia de que para os pescadores é um conhecimento comum, fácil de ser aprendido.

Contrariamente, eles falam que precisa experiência para obter esses conhecimentos, “tudo isso é experiência que o homem é um bicho desgraçado. Nós somos mais sabido do que o animal”- Seu Nuca. Dá mesma forma, Teteu deixa transparecer que não é tão fácil encontrar um ninho, “Ah, bom, isso aí eu não sou cem por cento não, não era craque na área não. Futucava bastante, mas tinha uns com mais prática. É futucava a praia, já os mais práticos já iam na certa!”.

O nome popular das espécies das tartarugas marinhas, também teve origem no conhecimento tradicional dos pescadores. De acordo com o Tamar, na primeira expedição que fizeram no litoral Brasileiro, foi investigado como as comunidades de pescadores nomeavam esses animais.

Quando a gente chegou aqui nós já tínhamos passado dois anos fazendo levantamento a pé, praticamente, do Rio até o Amapá. Nesse levantamento nós fomos associando ao conhecimento acadêmico, as espécies aos nomes populares que tinha em cada lugar, e cada lugar era diferente. A gente tem esse registro, até na época a gente entendeu bem porque que nome popular é difícil de você traduzir. Às vezes, a mesma tartaruga num lugar chamava de um nome e num outro, outro. – Neca

Diante da diversidade de nomes populares que se tinha das espécies de tartarugas marinhas nas diferentes regiões, o Tamar decidiu como estratégia adotar o nome que mais predominava, ou seja, como a espécie era mais conhecida em diferentes lugares, “a gente adotou por predominância de nome comum, a cabeçuda na maioria dos lugares é cabeçuda, ou nos lugares que tinham mais concentração de desova que acabaram sendo os lugares aonde produz mais ninhos pra espécie.” – Neca.

Em relação aos nomes populares dados pela comunidade de pescadores da Praia do Forte, Neca afirma que eles também tinham nomes para diferenciar algumas espécies:

Eles sabiam as espécies que tinham aqui, chamavam por nomes diferentes, tinha meio pente, legítima. Esses dias agora teve um senhorzinho que foi o primeiro que a gente contratou que, no mínimo, separou três. A legítima eles consideravam a de pente, é a de pente, a que faz aqueles, todos aqueles que

faziam no passado, óculos, pente, bolsa, era a única espécie que fazia isso, por isso ela era chamada de legítima. A meio-pente ou falso pente, que ele até mencionou, é a cabeçuda que ela é parecida, mas não é. Alguns chamam a verde de aruanã, mas a verde não desova, ela tem bastante se alimentando aqui. E acho que a oliva, que é a pequena, não tinha nome mesmo não. – Neca.

Por essa fala, podemos entender que, de acordo com Neca, os pescadores da Praia do Forte tinham nomes para diferenciar três, das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem na região. Porém, curiosamente, os relatos dos pescadores a respeito dos nomes são diferentes. Alguns citam os nomes que a Neca citou, como utilizados por eles, como é o caso de Seu Nuca, “Tinham umas que eles chamavam, o tipo de tartaruga chamava aruanã, que foi o primeiro nome que eu vi na tartaruga; e a de pente, que é dois tipos de tartaruga, a aruanã e a de pente.” e Buduga:

Tinha a de pente, tem a cabeçuda, tem a que não é de pente, o nome assim por saber delas... Isso aí já veio já de velhos tempos, já ouvia por esse nome, ali a cabeçuda, a tartaruga é a cabeçuda, aquela é a de pente ali, aquela não é não. Também nós conhece, né. – Buduga.

Seu Dedé e Teteu apresentam um nome até então desconhecido, “sunhanha”. E não sabem explicar a origem desse nome, apenas era chamada assim. “O pessoal chamava sunhanha, pessoal, as moças chamava sunhanha, os outros só tartarugas”, conta Seu Dedé.

Chamava sunhanha, sunhanha. Por que sunhanha? Nem eu mesmo sei por quê... “Rapaz vamo pegar uma sunhanha?”, pegava uma sunhanha, sunhanha! Não sei onde arranjaram esse infeliz desse nome, então era o nome da tartaruga que a gente botava era esse, só esse. Agora, as marcas também não conhecia, conhecia tudo como tartaruga e de pente, é a única que a gente diferenciava uma da outra. Já hoje tem cabeçuda, tem num sei o quê, essas marcas a gente não conhecia por nome. Esses nomes técnicos não era nossa área. – Teteu.

Aparentemente para eles o nome “sunhanha” soa um pouco esquisito, pois falaram o nome repetidamente, como se estivessem estranhando, além de Teteu expressar isso ao dizer “não sei onde arranjaram esse infeliz desse nome”. Porém o fato é que existia essa denominação. Já Seu Natureza, conta que não havia diferenciação, que “era tudo tartaruga”, para depois lembrar que chamavam também de tartaruga de pente.

Ninguém sabia por nome não. Hoje em dia é que nós temos, até outro dia eu tava olhando o livro aí do projeto que tem o nome das tartarugas, mas naquele tempo não. É tartaruga mesmo, pronto! Tudo a mesma coisa, tudo a mesma coisa... Aqui toda tartaruga que nós conhecia era a tartaruga de pente,

a marca né. A gente chamava aqui tartaruga de pente, os mais velhos né. Era dois tipos de tartaruga, essa comum, nós chamava comum, e aquela de pente.
– Seu Natureza.

Podemos notar que eles utilizam o termo “marca” para se referir às espécies das tartarugas marinhas. Divergências à parte, a tartaruga de pente parece ter sido o nome popular mais conhecido, pois foi o mais citado.

Não saberia explicar aqui o motivo pelo qual os pescadores entrevistados divergem a respeito dos nomes populares, podemos supor que não se recordam dos nomes antigos com tanta clareza ou costumavam, apesar de saber diferenciar, chamar todas as espécies apenas por tartaruga, na maioria das vezes. Seria esse o caso de estudar mais profundamente essa questão para compreender, porém não é o objetivo desta pesquisa. Apenas queremos destacar que os nomes que os pescadores designaram para as espécies, foram adotados pelo Tamar e são também os nomes populares que conhecemos das tartarugas marinhas no Brasil, resultado desse conhecimento específico tradicional.

Como vimos até aqui, o conhecimento tradicional dos pescadores da Praia do Forte com relação às tartarugas marinhas, seu modo de vida, reprodução, alimentação, habitat, etc. é vasto e teve importante contribuição para o Tamar, principalmente no início do projeto. Porém, esses conhecimentos tradicionais, baseados na experiência, em muitas regiões estão tão ameaçados de extinção quanto os próprios recursos biológicos, como vêm acontecendo na Praia do Forte.

Foi perguntando aos pescadores entrevistados, se eles chegaram a repassar os seus conhecimentos sobre pesca e as tartarugas marinhas aos seus filhos e netos, e com unanimidade a resposta foi negativa. Buduga e Seu Nuca, respectivamente, explicam que não repassaram por falta de interesse ou de gosto pela arte da pesca: “Não, que meu menino não gosta de, sobre pesca ele não é, não gosta não.”, “Não que não teve interesse né, não teve interesse não.”.

Não, não, não, meus filhos nenhum deles se interessaram em pesca, nenhum deles. Eu ensinei a alguém né, quando eu andava, costurar rede... Mas não ensinei nenhum deles, são três homens e três mulheres, nenhum deles se interessaram esse negócio de pesca. E aqui em Praia do Forte mesmo, se for procurar um pescador nativo vai ser difícil. – Seu Natureza.

O que contribuiu para esse desinteresse pela pesca nas novas gerações da Praia do Forte, como já discutido nos capítulos anteriores, foi o desenvolvimento do turismo

na região, que proporcionou aos moradores locais trabalhar em outras atividades, abandonando assim a tradição da pesca. Houve uma mudança muito grande, da relação da comunidade local com as tartarugas marinhas, que antes caçava, pescava e utilizava e passou a preservar esse animal, sendo assim praticamente impossível que o conhecimento tradicional em relação aos conhecimentos tradicionais sobre a tartaruga marinha, fosse repassado da forma como devem ser para caracterizar-se como tal, pois a relação da comunidade com esse animal mudou totalmente.

Os filhos e netos dos pescadores aqui entrevistados tem uma relação nova com a tartaruga marinha, a relação de proteger esse animal. Além disso, eles têm conhecimento sobre as espécies, porém a fonte de conhecimentos deles, na maioria das vezes foi através do projeto Tamar, que passou a informar as novas gerações com o objetivo de preservar as tartarugas marinhas. É um lamento o fato deles não sentirem mais necessidade de falar sobre esse assunto, e perderem a autoridade para explicar sobre as tartarugas. Como mostra um trecho da entrevista com Teteu, quando perguntado se passa os seus conhecimentos sobre as tartarugas marinhas para seus netos, ele respondeu que não porque o Tamar já faz esse papel: “Não porque, num precisa, porque já não fazemos, eu não faço parte preservação, agora às vezes conversando aqui a gente explica, ele (o neto) como foi o Projeto Tamar, e aí pronto, ele começou a se ligar”. – Teteu.

Porém são dois conhecimento distintos, e seria interessante que esses pescadores conseguissem repassá-los para as futuras gerações, mesmo que os hábitos em relação às tartarugas tenham se modificado em favor à preservação das espécies.

A ideia de conservação das espécies de tartarugas marinhas, não existiu entre os pescadores da Praia do Forte, antes da chegada do Projeto Tamar. Como eles mesmos contam “não tinha isso não, não tinha essa preservação não, foi depois de trinta anos pra cá” (Buduga), ou seja, foi com a chegada do Tamar. Seu Teteu explica que “Nunca passou pela cabeça da gente, de preservação de nada”, que também é confirmado por Santana, “não, não tínhamos ideia não.” Provavelmente não existia a ideia de preservar as tartarugas marinhas porque eles acreditavam que não havia necessidade, como demonstram em algumas ocasiões onde falam que “tem tartaruga demais”.

Não havia por parte dos pescadores, a percepção de que as tartarugas marinhas estavam em ameaça de se extinguirem, e essa questão está ligada a religiosidade, pois eles acreditavam que os recursos naturais não se esgotavam, e que Deus era o responsável por isso:

Pra eles era uma realidade muito distante, era um período que não se falava nisso e também, pra quê? Até o porta-voz que era eu, era uma coisa extrema, “quer proteger esses bichos, pra quê esses bichos, servem pra quê?”, e a outra coisa era essa, dos mais velhos a total certeza de que os recursos naturais não se esgotam... Pode tirar, pode fazer, o que Deus botou na terra o homem não tira, e isso era muito forte – Neca.

Apesar de que não existia por parte dos pescadores da Praia do Forte a consciência sobre a necessidade de se preservar as tartarugas marinhas e conseqüentemente, nenhuma forma de manejo dessas espécies, pois a relação deles com as tartarugas eram outras, os conhecimentos tradicionais destes pescadores contribuíram e ainda contribuem para o trabalho de proteção às tartarugas marinhas pelo projeto Tamar, como temos visto até aqui e como resume bem a fala de Neca Marcovaldi:

O conhecimento científico nos dava um genérico desse comportamento, então nós já sabíamos que elas vinham à noite. Por exemplo, a gente não sabia, não tinha ideia porque não andava nas praias, que uma tartaruga obviamente onde tem recife ela vai depender da maré pra subir. Então isso tudo eles nos aconselhavam, eles já sabiam. Quantas vezes, mais ou menos, uma tartaruga vinha; em que tempo ela voltava; como é que os filhotes nasciam, essa coisa, a experimentação da praia, de saber andar na praia fazendo o que a gente chama de tartarugar, achar o ninho.

Na sequencia a coordenadora do projeto admite ter aprendido os conhecimentos da práticos sobre as tartarugas marinhas com os pescadores, que eram experientes:

Se eu encontrasse uma tartaruga na praia ela podia até colocar ovo na minha frente, se eu não mexesse quando ela saísse, eu não ia achar. E depois, num treinamento intensivo com eles a gente achava todos, porque a maneira que eles achavam, eles tinham uma manha, com uma varetinha de madeira, eles sabiam pelo desenho da cama, de onde a tartaruga subia, mais ou menos onde era mais provável de tá o ninho. Quer dizer, elas disfarçavam e eles conheciam o disfarce. Depois eles tinham essa esperteza de saber que aonde ela cavou, quando ficasse cutucando com a varinha, a varinha ia ceder na areia. – Neca.

Apesar de ser um conhecimento que corre o risco de estar se perdendo com os mais velhos, ainda hoje é útil para o projeto Tamar,

Então tudo isso a gente aprendeu com eles. Tudo aprendeu com eles, e até hoje quando chega a nova leva de estagiários, além, claro, quando tem um experiente nosso, mas quando não tem, são as pessoas daqui, que é quem realmente domina a praia, entende da maré, sabe se o rastro, sabiam se a maré tava subindo, se a maré tava descendo, tem uma ideia do tempo que a tartaruga subiu ou foi embora. – Neca.

O reconhecimento do Tamar sobre o aprendizado através do conhecimento dos pescadores está expresso em painéis, no Centro de Visitantes da Praia do Forte e a contribuição da comunidade com o projeto, que podemos ver nas figuras 11 e 12:

Figura 11: Painel no Centro de Visitantes do Tamar na Praia do Forte, com imagens dos primeiros tartarugueiros, que eram em maioria pescadores da região. Fonte: Bárbara Oliveira, captada em maio de 2016.

Figura 12: Painel no Centro de Visitantes da Praia do Forte com referência aos conhecimentos dos pescadores que orientaram os pesquisadores. Fonte: Bárbara Oliveira, captada em maio de 2016.

É inquestionável o valor desse conhecimento tradicional e como ele pode ser útil, assim como são os conhecimentos dos pescadores da Praia do Forte, para o projeto Tamar no trabalho de preservação das espécies de tartarugas marinhas no litoral Brasileiro, um trabalho pioneiro e que vem sendo desenvolvido há quase trinta e cinco anos, com resultados positivos. Exemplos como este, onde há uma valorização da existência dos saberes fora do mundo ocidental, devem ser seguidos, colocando em prática uma parceria com o objetivo de tomar decisões que dizem respeito ao meio ambiente e recursos naturais, desde que seja igualmente reconhecido o valor desses conhecimentos tradicionais e o direito dessas comunidades de dispor deles mesmos.

Essa postura adotada pelo Tamar é importante, não se trata aqui, como muitos cientistas condescendentemente pensam, de simples validação de resultados tradicionais pela ciência contemporânea, mas do reconhecimento de que os paradigmas e práticas de ciências tradicionais são fontes importantes, e de inovação da nossa ciência. Tentar resolver problemas sem considerar as populações locais dando a devida atenção, tem sido o motivo de fracasso de inúmeros programas de desenvolvimento que não se preocuparam adequadamente com as realidades locais, humanas, ou ambientais.

O conhecimento tradicional está caminhando para a extinção, visto que são poucos os pescadores da Praia do Forte que possuem esses conhecimentos e o fato da tradição da pesca estar se perdendo, sendo difícil encontrar um nativo na profissão, como os próprios pescadores falam. O Projeto Tamar soube utilizar essa fonte de conhecimento nas ações de preservação das tartarugas marinhas, mas, nas ações do projeto esse conhecimento não se configura como conhecimento tradicional por diversos motivos aqui expostos, mas como uma ressignificação do conhecimento sobre as tartarugas marinhas, um conhecimento técnico.

As ciências tradicionais devem continuar funcionando e pesquisando, Manuela Carneiro, defende que “não se encerra seu programa científico quando a ciência triunfante recolhe e eventualmente valida o que elas afirmam. Não cabe a esta última dizer: daqui pra frente podem deixar conosco”. (CUNHA, 2007, p.81).

Lamentavelmente, o conhecimento tradicional dos pescadores da Praia do Forte em relação às tartarugas marinhas vem se perdendo, dentre outros motivos porque a relação dos pescadores com as tartarugas mudou, devido à necessidade preservação das espécies das tartarugas e ações do Tamar, que sem dúvida é um trabalho de extrema importância ao meio ambiente, mas acabou causando como efeito colateral essa ameaça

a preservação do conhecimento tradicional dos pescadores da Praia do Forte, que não estão sendo repassados para as novas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar de que modo a Comunidade de Pescadores da Praia do Forte-BA contribuiu, através da transmissão do seu conhecimento tradicional, para as ações de conservação do Projeto Tamar com as tartarugas marinhas. Dentre os objetivos específicos, compreender esse conhecimento e o modo dos pescadores lidarem com as tartarugas marinhas antes e depois da instalação do Projeto Tamar na localidade.

Os pescadores da Praia do Forte tinham o hábito de caçar e pescar as tartarugas marinhas para consumir a carne e ovos do animal, além do aproveitamento do casco. Uma das coisas que chamou atenção durante a pesquisa foi o fato dos pescadores afirmarem que a pesca e caça da tartaruga e dos ovos era para subsistência, ou seja, eles não dependiam desse animal para a sobrevivência, era apenas um complemento na dieta alimentícia da comunidade, como mostraram alguns trechos de entrevistas.

Outra característica dessa relação que apareceu durante o trabalho foi o fato de que a captura da tartaruga consistia em uma atração, da qual participavam muitas pessoas, mostrando que além do consumo para alimentação existia um propósito de lazer e entretenimento com as atividades relacionadas à captura do animal. Ficou claro nos relatos dos pescadores a existência de festividades que tinham como atrativo principal capturar para posteriormente consumir a carne da tartaruga marinha, juntamente com bebida alcóolica.

Com a chegada do projeto Tamar, e paralelamente a proibição da captura das espécies de tartarugas marinhas, devido à necessidade de preservação das espécies, foi desenvolvido na Praia do Forte um trabalho com a comunidade local, especialmente com os pescadores, para mudar os hábitos de pesca, caça e consumo das tartarugas marinhas. Com isso, a relação dessa comunidade de pescadores com as tartarugas marinhas foi modificada, passando a abandonar hábitos antigos, que ocorreram durante muitas gerações.

Ao contrário do que imaginamos no início da pesquisa, foi constatado que os conflitos ocorridos com a chegada da Projeto Tamar e a proibição da captura da tartaruga não foi acirrado, inclusive há nos relatos contradições sobre a existência ou não desses conflitos entre o Tamar e a comunidade de pescadores. Acreditamos que

pode ter acontecido algum tipo de resistência não tão agressiva como aconteceu em outras comunidades que o Tamar se instalou, e que a comunidade da Praia do Forte, realmente acabou apoiando o Projeto. Uma das justificativas dos pescadores para explicar o apoio dado ao projeto foi o fato de não haver dependência da tartaruga marinha pela comunidade, e sendo assim não teria causado grande prejuízo.

Além disso, outro motivo que fez com que os pescadores e a comunidade em geral desse apoio às causas do projeto Tamar, foram oportunidades de trabalhar juntamente com o projeto ou se beneficiar de alguma outra forma, pois a Praia do Forte era uma vila muito precária e não havia muitas atividades como fonte de renda. Atualmente, o Projeto Tamar conta com vários programas que beneficiam a comunidade local de diferentes formas, além de que com o crescimento do projeto, suas instalações aumentaram e necessidade de obra também cresceu. De acordo com o próprio Tamar o centro de visitantes e sede nacional na Praia do Forte gerou emprego e renda para a comunidade, além de ter contribuído para o desenvolvimento do turismo na região (FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR, 2000).

Segundo a Coordenadora Nacional do Tamar, Neca Marcovaldi a quantidade de emprego gerado na Praia do Forte, envolvendo o trabalho na Praia e o trabalho no Centro de Visitantes, trabalho na loja, restaurante, envolve mais de cento e cinquenta pessoas. A maioria dos funcionários é da Praia do Forte ou de comunidades próximas. Em relação à geração de empregos para os pescadores, atualmente a maioria trabalha apenas no período de reprodução das tartarugas marinhas, como tartarugueiros. Porém, o Tamar procura dar oportunidades aos nativos da Praia do Forte, inseridos as novas gerações de descendentes dos pescadores tradicionais no projeto. Praticamente todos os pescadores entrevistados durante a pesquisa têm ou em algum momento tiveram alguém da família trabalhando no Tamar. Assim como, todos os funcionários “nativos” entrevistados são filhos ou netos de pescadores.

A Praia do Forte foi uma das primeiras bases de instalação do Tamar, e por isso havia a suposição de que os pescadores haviam contribuindo para o Projeto através dos seus conhecimentos tradicionais, o que foi constatado nesta pesquisa. Pois durante o início do Tamar não existiam estudos científicos sobre as tartarugas marinhas no Brasil, havendo informações sobre o comportamento dessas espécies apenas no Hemisfério Norte, que não se aplicavam ao caso do litoral Brasileiro. Com isso, foi através das informações dos pescadores que o Tamar pôde conhecer o comportamento das tartarugas marinhas nas praias daqui.

O conjunto de informações teórico-práticas que os pescadores apresentaram ofereceu grande fonte de conhecimentos praticamente desconhecida pelo Tamar até então. Conhecimentos sobre comportamento; hábitos alimentares; ecologia e reprodução das tartarugas marinhas. Uma das informações principais que os pescadores da Praia do Forte passaram para o Tamar foi sobre a reprodução da tartaruga, a frequência que as fêmeas desovam, os locais da desova, como encontrar uma ninhada de ovos de tartaruga, além dos hábitos alimentares das espécies de tartarugas.

Dentre os conhecimentos compartilhados pelos pescadores da Praia do Forte, chamou atenção detalhes tão minuciosos do comportamento desse animal, como o fato da tartaruga cruzar seu rastro indica que a postura dos ovos foi feita e que retorna para bater sob o ninho após trinta dias da postura, tempo em que os filhotes estão próximos a sair do ninho, que ocorre em média após quarenta dias. Apenas o conhecimento tradicional com tudo que o caracteriza como tal, poderia dar conta de informações deste tipo.

O nome popular das espécies das tartarugas marinhas, também teve origem no conhecimento tradicional dos pescadores. De acordo com o Tamar, na primeira expedição que fizeram no litoral Brasileiro, foi investigado como as comunidades de pescadores nomeavam esses animais. Os relatos dos pescadores trouxeram informações sobre o comportamento das tartarugas marinhas em aspectos variados, seu modo de vida, reprodução, alimentação, habitat, etc. um conhecimento vasto que teve importante contribuição para o Tamar, contribuíram e ainda contribuem para o trabalho de proteção às tartarugas marinhas pelo projeto.

Porém, esses conhecimentos tradicionais, baseados na experiência, em muitas regiões estão tão ameaçados de extinção quanto os próprios recursos biológicos, como vêm acontecendo na Praia do Forte. Foi perguntando aos pescadores entrevistados, se eles chegaram a repassar os seus conhecimentos sobre pesca e as tartarugas marinhas aos seus filhos e netos, e com unanimidade a resposta foi negativa.

Houve uma mudança muito grande, da relação da comunidade local com as tartarugas marinhas, que antes caçava, pescava e utilizava e passou a preservar esse animal, sendo assim praticamente impossível que o conhecimento tradicional em relação aos conhecimentos tradicionais sobre a tartaruga marinha, fosse repassado da forma como devem ser para caracterizar-se como tal, pois a relação da comunidade com esse animal mudou totalmente.

Os filhos e netos dos pescadores aqui entrevistados tem uma relação nova com a tartaruga marinha, a relação de proteger esse animal. Além disso, eles têm conhecimento sobre as espécies, porém a fonte de conhecimentos deles, na maioria das vezes foi através do projeto Tamar, que passou a informar as novas gerações com o objetivo de preservar as tartarugas marinhas.

Apesar de ser um conhecimento que corre o risco de estar se perdendo com os mais velhos, ainda hoje é útil para o projeto Tamar. É inquestionável o valor desse conhecimento tradicional e como ele pode ser útil, assim como são os conhecimentos dos pescadores da Praia do Forte, para o projeto Tamar no trabalho de preservação das espécies de tartarugas marinhas no litoral Brasileiro, um trabalho pioneiro e que vem sendo desenvolvido há quase trinta e cinco anos, com resultados positivos. Exemplos como este, onde há uma valorização da existência dos saberes fora do mundo ocidental, devem ser seguidos, colocando em prática uma parceria com o objetivo de tomar decisões que dizem respeito ao meio ambiente e recursos naturais, desde que seja igualmente reconhecido o valor desses conhecimentos tradicionais e o direito dessas comunidades de dispor deles mesmos.

Lamentavelmente, esse conhecimento tradicional está caminhando para a extinção, visto que são poucos os pescadores da Praia do Forte que possuem esses conhecimentos e o fato da tradição da pesca estar se perdendo, sendo difícil encontrar um nativo na profissão, como os próprios pescadores falam. O Projeto Tamar soube utilizar essa fonte de conhecimento nas ações de preservação das tartarugas marinhas, mas, nas ações do projeto esse conhecimento não se configura como conhecimento tradicional por diversos motivos aqui expostos, mas como uma ressignificação do conhecimento sobre as tartarugas marinhas, um conhecimento técnico.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, A. **Etnografia**: metodologia cualitativa em la investigación sociocultural. Barcelona, Espanha: Ed. Boixareu Universitaria Marcombo, 1995.
- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, M.; CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação. In: Programa Nacional da Diversidade Biológica – **Seminário de Consulta**. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Macapá, 1999.
- ARAÚJO, C. P. de. **Terra à Vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo.
- ARAÚJO, C.; VARGAS, H. **Sorria: Você está na Bahia**. A urbanização e a turistificação do litoral baiano. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, nº 1 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. P. 23-41. 2013
- ARRUDA, R. S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 273-290, 2000.
- _____. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, 2000.
- _____. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999.
- BARTLETT, F. **Remembering**. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.
- BEGOSSI, A. Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries. **Ecologyand Society**, v.11, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art5/> Acessado em: 18 de abril de 2015.
- BERGSON, H. **Matière et Mémoire**. Oeuvres. Paris: PUF, 1959.
- BERLIN, B. **Ethnobiological classification**: principles of categorizations of plants and animals in traditional societies. Princeton University Press. 1992.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, nº. 3, p. 68-80, 2005.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 18 de abril de 2016.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção a fauna e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5197-3-janeiro-1967-364679-normaatualizada-pl.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo (2007). Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Brasília. 83p. Disponível em < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf> Acesso em 22 de junho de 2016.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e Profissionais: Incluindo “Participação no Manejo de Áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, 2000.

CHAUÍ, M. de S. **Cultura e Democracia**: O discurso competente e outras falas. ed. 10. São Paulo: Cortez Editora. 2003

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

COLCHESTER, M. **Salvando la Naturaleza**: Pueblos Indígenas, Areas Protegidas y Conservación de la Biodiversidad. Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social, 1995.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Macro zoneamento da APA do Litoral Norte da Bahia. Salvador, 2001.

CORDELL, J. **Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing**. Roma, FAO. 1982.

COSTA, A. M. da. **Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Proteção Ambiental**: O Caso do PRODESU – Litoral Norte da Bahia. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional). Universidade de Salvador – UNIFACS.

COSTA-NETO, E. M.; MARQUES, J. G. W. Atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, Município de Conde, Bahia: Uma abordagem etnoecológica. **SITIENBUS** - Série Ciências Biológicas, v.1; n.1, 2001. p. 71 – 78.

CULTIMAR. **Recursos naturais na vida caiçara**. Curitiba: Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008.

CUNHA, M. C. da. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v.55, n.1, 2012.

_____. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista da USP**. São Paulo, n.75. p.76-84. set-nov. 2007.

_____. Saberes patrimoniais pesqueiros. In: Diegues, A. C. (Org.) **Enciplopedia Caiçara** - v.1 - O olhar do pesquisador. São Paulo: Editora Hucitec. Nupaub, 2004.

_____. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-63, 1999.

_____. **Comunidades litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental**: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná). Estudo de Caso n. 2. PPCAUB/Pró-Reitoria de Pesquisa da USP/F. FORD/IUCN, São Paulo, 1989.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Edição de 28 de fevereiro de 1990.

DIEGUES, A. C. (Org.) **Enciplopedia Caiçara** - v.1 - O olhar do pesquisador. São Paulo: Editora Hucitec. Nupaub, 2004.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP/Hucitec, 2001.

_____. **Etnoconservação** – Novos Rumos para a Conservação da Natureza. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

_____. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB/USP: COBIO/MMA. 2000.

_____. **Povos e mares**: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima. São Paulo: NUPAUB –USP. 1995.

_____. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

_____. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. São Paulo: NUPAUB/CEMAR. Universidade de São Paulo, 1973. Dissertação de mestrado.

DIEGUES, A. C. S.; VIANA, V. M. (Orgs.). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC, 2004.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. n.115, p.139-154. 2002.

ELISABETSKY, E. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. In: Suma Etnológica Brasileira. Vol. 1. **Etnobiologia**. (D. Ribeiro ed.). Vozes/Finep. Petrópolis. p. 135-148. 1987.

ELLEN, R. **Indigenous Knowledge of Rainforest**: Perception, Extraction and Conservation. University of Kent at Canterbury, 1997.

ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. In: **EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP**, 1996, Canterbury. Proceedings. Canterbury, 1996.

FERNANDES-PINTO, E; MARQUES, J. G. W. Conhecimento Etnoecológico de pescadores artesanais de Guaraqueçaba, Paraná. Diegues, A. C. (Org.) **Enciplopedia Caiçara** - v.1 - O olhar do pesquisador. São Paulo: Editora Hucitec. Nupaub/CEG, 2004.

FERREIRA, L. C. A política ambiental no Brasil. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

FIGUEREDO, G.M., LEITÃO-FILHO, H. DE F. & BEGOSSI, A. Etnobotany of Atlantic Forest coastal communities: diversity of plant uses in Gamboa (Itacucuça Island, Brazil). **Hum. Ecol.** n. 2, v.4, p.419-430. 1993.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a Observação Participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.), **Desvendando Máscaras Sociais**, 3 ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990, p.77-86.

FUNATURA. Fundação Pró-Natureza. In: **Bahia**. Prefeitura Municipal de Mata de São João. Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Restinga de Praia do Forte. Brasília, 1987.

FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR. **Assim nasceu o Projeto Tamar**. Salvador: A Fundação, 2000.

_____. **Relatório de Atividades**. Mimeo, 1998.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GEERTZ, C. Do ponto de vista de nativo: a natureza do pensamento antropológico. In: **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, p. 85-107, 2001.

_____. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 13-41, 1989.

GODELIER, M. **L'idéal et le matériel**. Paris, Fayard. 1984.

_____. A parte ideal do real. In: CARVALHO, E. A. (Org). **Antropologia**. São Paulo: Ática. p. 185-203. 1981.

GOETHE, J. W. **Memórias**: Poesia e Verdade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

GOMES, S. L. 1998. **Em busca do paraíso...a (eco) lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte – Bahia**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.

GOODY, J.; WATT, I. **As consequências do letramento**. São Paulo: Ed. Paulistana, 2006.

GUGGISBERG, S. Testemunho e memória: a fragilidade da potencia documental. **Do Corpo**: Ciências e Artes. Caxias do Sul, v. 1, n.3, 2013.

HANAZAKI. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. **Biotemas**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 23-47. 2003.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades@. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=292100>> . Acesso em 22 de março de 2016.

IEL/FIEB; SEBRAE, 2004. **Diagnóstico Tecnológico de Turismo da Praia do Forte 2014**. Instituto Euvaldo Lodi/Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 109 p.

IZQUIERDO, I. **A arte de esquecer**: cérebro e memória. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação das práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.). **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 519-543.

JENSEN, A. A. **Sistemas indígenas de classificação de aves: aspectos comparativos, ecológicos e evolutivos**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1985.

LACERDA, N. “Mundos” Distintos. Conflitos pela apropriação do Litoral Nordeste no Brasil. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**. V.12, n.2.

LENCLUD, G. Qu’est ce que la tradition? In: DETIENNE, M. **Transcrire les mythologies**. Paris: AlbinMiche, p. 25-43, 1994.

LEQUIN, Y.; MÉTRAL, J. A La Recherche d’Une Mémoire Collective: Les Métallurgistes Retraités de Givors. **Annales ESC**, v. 35, n.1, 1980.

LÉVI-STRAUSS, C. Como nasce um etnógrafo. In: **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

_____. Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss. In: Mauss M. **Sociologie et anthropologie**. Paris: Presses Universitaire de France; 1950.

LIMONAD, E. Questões ambientais contemporâneas, uma contribuição ao debate. In: **II Encontro Nacional de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2004

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, Pensadores, Atica, 1976.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. **Pesquisa e educação especial**: mapeando produções. Vitória: UFES, 2006, p. 361-386.

MARCOVALDI, M. A.; MARCOVALDI, G. G. Marine turtles of Brazil: the history and structure of Projeto TAMAR-IBAMA. **Biological Conservation**. v.91, p. 35-41, 1999.

_____. **Projeto Tamar**. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, 1985.

MARQUES, J. G. W. **Aspectos ecológicos na ecologia dos pescadores do complexo estuarino-lagunar de Mundaú-Manguaba, Alagoas**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Brasil, 296p. 1991.

MATTEDI, M. R. M. **Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA/LN**. Relatório Resumido. Salvador: Unifacs. Conder, 1999.

MATTOS, S. M. C. da S. **Acesso y Permanencia em uma Educación de Calidad**. Educação – Exclusão, Inclusão Social e Empreendedorismo: o Caso de Praia do Forte. Congresso Iberoamericano de Educación Metas 2021. Buenos Aires, República da Argentina. Set. 2010

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 6ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1996.

MORAES, W. **A senhorial Casa da Torre**. Origem dos latifundiários da elite no Brasil-Colônia. 2001.

MORAIS, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciencias Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOURÃO, J. S. & NORDI, N. Comparação entre as taxonomia folk e científica para peixes do estuário do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil. **Interciência**, v. 27, p.664-668. 2002.

NEVES, L. A. **Memória e história: potencialidades da história oral**. Uberlândia: ArtCultura, 2003.

PATIRI, V. J. de A. **Projetos Ecológicos e o Desenvolvimento Local: Estudo de Caso do Projeto Tamar**. Dissertação, Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2002.

PEREIRA, A. Q; Silva, M. N. de F. O litoral nordestino e o imobiliário-turístico: Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. **GeoTextos**. Vol. 10, n.1, jul.2014. p. 59-82. Disponível em <
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/9951/8405>> Acesso em: 22-out de 2015.

PERRELLI, M. A. S. Conhecimento Tradicional e Currículo Multicultura: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas Kaiowá/Guarani. **Ciencia & Educação**, v.14. n.3, p. 381-396. 2008.

PORTELLI, A. **The Peculiarities of Oral History**. History Workshop, n. 12. 1981.

POSEY, D. A. Etnobiologia, teoria e pratica. In: Suma Etnológica Brasileira. Vol. 1. **Etnobiologia**. (D. Ribeiro, ed.). Vozes/Finep. Petrópolis. p.15-25. 1987.

REINALDO, A.M.S.; SAEKI, T.; O uso da história oral na pesquisa em enfermagem psiquiátrica: revisão bibliográfica. Revista Eletrônica de Enfermagem. v. 5, n. 2, p. 65 – 70, 2003. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

RIBEIRO, B. Chuvas e constelações: calendário econômico dos índios Desâna. **Ciência Hoje**. v. 36, n.6, p.14-23. 1987.

RORIGUES, A. A. B. (Org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ROUÉ, M. Novas Perspectivas em Etnoecologia: “Saberes Tradicionais” e Gestão dos Recursos Naturais. In: **Etnoconservação – Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. DIEGUES, A. C (Org.). São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP, 2000.

SÁEZ, O. C. Ciência amazonica: notas para um estudio critico de los saberes nativos. **Soma Interazioni Terapeutiche e Antropologia Medica**, Genova, v. 3, p. 1-7, 1998.

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura e trauma: um novo paradigma. In: _____. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Ed. 34, p.63-80. 2005.

SILVA, V. A. **Etnobotânica dos índios Xucurú, com ênfase nas espécies do Brejo da Serra do Ourorubá (Pesqueira, Pernambuco)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1997.

SILVEIRA, C. G. **O Design e a Consciência da Sustentabilidade Integral: O Projeto Tamar na vila de Regência, ES.** Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Bauru. 2011.

SOUTO, F. J. B. Uma abordagem etnoecológica da pesca do caranguejo, *Ucides cordatus*, Linnaeus, 1763 (Decapoda: Brachyura), no manguezal do Distrito de Acupe (Santo Amaro-BA). **Biotemas**. v. 20, n.1, p. 69-80. 2007.

SPINOLA, C. **O Impacto sócio-cultural da atividade turística na Praia do Forte.** Pré-textos para discussão, 1997.

SUAREZ, M. A. Os Problemas da Expansão Espacial do Turismo no Brasil. Uma análise exploratória com base na Nova Economia Institucional. **Ciencias Sociales Online**. Julio 2007, v. IV, n.2. Universidad de Viña del Mar-Chile. Disponível em <http://www.uvm.cl/csonline/2007_2/pdf/alban.pdf> Acesso em 22 de maio de 2016.

SUASSUNA, D. M. F. de A. **Um pergunta que se faz ao recém-chegado: Quem és? O Projeto Tamar e a intervenção em comunidades de pescadores.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília-DF, 2001.

TOLEDO, V. M. Indigenous Knowledge on Soils: An Ethno ecological Conceptualization. In: BARRERA-BASSOS, N.; ZINCK, J. A. Ethno ecology in a worldwide perspective: an annotated bibliography. Enschede: International Institute for Aerospace. **Survey and Earth Sciences**, p. 1-9, 2000.

_____. Indigenous people and Biodiversity. **Encyclopedia of Biodiversity**. v. 3. Academic Press, p. 451-463, 2000.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Belo Horizonte, I(3): 5-26, 1987.

WEBER, R. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p. 63-83.1996.

ZIOBER, B. R.; ZANIRATO; S. H. Ações para Salvaguarda da Biodiversidade na Construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 59-78. 2014.

ZURITA, M. **O Projeto TAMAR, a Política Ambientalista Brasileira e Suas Repercussões Sobre Território, População e Sociedade.** Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_523.pdf. Acesso em 23 de abril de 2016.